

Proposta de Medidas para o Estado de Preparação (R-PP)

País: São Tomé & Príncipe

Data de submissão: Julho 2014



Fundo de Parceria para o Carbono Florestal (FCPF)

Programa de cooperação das Nações Unidas para a redução das emissões devido a desflorestação e a degradação das florestas nos países em desenvolvimento (**ONU-REDD**)

Exclusão de responsabilidade: O Banco Mundial e o Programa ONU-REDD não garantem a exactidão dos dados incluídos nas propostas de medidas para o estado de preparação (R-PP) apresentadas pelos Países participantes do programa REDD, e não poderão ser responsabilizados das consequências do seu uso. As fronteiras, cores, nomes e outras informações consignadas em mapas apresentados nas R-PP não implicam da parte do Banco Mundial nenhuma tomada de posição quanto ao estatuto jurídico de um qualquer território, mais do que o reconhecimento ou aceitação destas fronteiras.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
SIGLAS	3
INFORMAÇÕES GERAIS	6
RESUMO DO R-PP	7
COMPONENTE 1: ORGANIZAÇÃO E CONSULTA	8
1A - DISPOSITIVOS NACIONAIS DE GESTÃO DA PREPARAÇÃO	8
1B - PARTILHA DE INFORMAÇÃO E DIÁLOGO INICIAL COM GRUPOS-ALVOS DAS PARTES ENVOLVENTES	12
1C - PROCESSO DE CONSULTA E DE PARTICIPAÇÃO	19
COMPONENTE 2: PREPARAÇÃO DA ESTRATÉGIA REDD+	27
2A - AVALIAÇÃO DO USO DE TERRAS, CAUSAS DAS MUDANÇAS DE AFECTAÇÃO DE TERRAS, DA LEI FLORESTAL, DAS POLÍTICAS E DA GOVERNANÇA	27
2B - OPÇÕES ESTRATÉGICAS DA REDD+	36
2C – QUADRO DE IMPLEMENTAÇÃO DA REDD+	46
2D - IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROCESSO DE PREPARAÇÃO PARA A REDD+ E SUA IMPLEMENTAÇÃO	51
COMPONENTE 3: ELABORAÇÃO DUM NÍVEL DE REFERÊNCIA NACIONAL DAS EMISSÕES PARA AS FLORESTAS E/OU DE UM NÍVEL DE REFERÊNCIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS	60
COMPONENTE 4: CONCEPÇÃO DE SISTEMAS NACIONAIS DE SEGUIMENTO FLORESTAL E DE INFORMAÇÃO	69
4A - SISTEMA NACIONAL DE SEGUIMENTO FLORESTAL	69
4B - CONCEPÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE AS VANTAGENS MÚLTIPLAS, OUTROS IMPACTOS, A GOVERNAÇÃO E AS GARANTIAS	81
COMPONENTE 5: CRONOGRAMA E ORÇAMENTO	85
COMPONENTE 6 – CONCEPÇÃO DE UM QUADRO DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO	99
BIBLIOGRAFIA	108
ANEXOS do R-PP	111
Anexo 1A: Dispositivos nacionais de gestão de preparação	111
Anexo 1A/1: Criação de REDD+ e das Instituições responsáveis do processo REDD+	111
Anexo 1A/2: Proposta do Decreto-Lei do regulamento do Sistema Nacional REDD+	118
Anexo 1A/3: Papel dos actores chaves	122
Anexo 1A/4: Termos de Referências para o recrutamento de peritos das células técnicas do UN-REDD+	124
Anexo 1B: Partilha de informação e diálogo nacional com grupo-alvo das partes envolvidas	128
Anexo 1B/1: Lista de público-alvo	128
Anexo 1B/2: Quadro síntese das actividades de informação e diálogo realizado no quadro do R-PP	131
Anexo 1B/3: Cartografia das partes interessadas	134
Anexo 1B/4: Ferramentas de comunicação	135
Anexo 1C: Processo de consulta e de Participação	136
Anexo 1C/1: Estratégia de comunicação	136
<u>Anexo 2: Preparação da Estratégia REDD+</u>	151
<u>Anexo 2A: Avaliação do uso de terras, causas das mudanças de afectação de terras, da lei florestal, das políticas e da governação</u>	151
Anexo 2A/1: Causas de Desflorestação e degradação das florestas em São Tomé e Príncipe	151
Anexo 2A/2: Predominância das causas directas da desflorestação e degradação do país	152
Anexo 2A/3: Futuras causas de desflorestação e degradação das florestas em São Tomé e Príncipe	153

Anexo 2A/4: Esforço empreendido pelo governo no sector florestal	154
Anexo 2A/5: Mapas de zonagem do Parque Natural Obô de São Tomé e do Parque Natural do Príncipe	158
Anexo 2A/6: Acções por sectores que tiveram impacto sobre a governação florestal e ambiental	159
Anexo 2B : Opções Estratégicas	162
Anexo 2B/1: Resumo das opções estratégicas por zonas ecossistemicas	162
Anexo 2B/2: Identificação dos projetos-piloto para cada ecossistema	163
Anexo 2B/3: Ideias para o desenvolvimento de projetos-piloto no âmbito da componente 2b	164
Anexo 2C : Quadro de implementação de REDD+	165
Anexo 2D: Impactos ambientais e sociais das medidas de preparação e a implementação de REDD+	165
Anexo 2D/1: Esboço dos TDR para a AASE	165
Anexo 3: Cenários de Referencia	167
Anexo 4: Concepção de Sistemas Nacionais de Seguimento Florestal e de Informação	167
Anexo 4A: Sistema Nacional de Seguimento Florestal	167
Anexo 4A/1: Tipos de dados satélites existentes	167
Anexo 4A/2: Dados cartográficos disponíveis	168
Anexo 4A/3: Superfície das formações florestais	170
Anexo 4A/4: Resultado do IFN	170
Anexo 4A/5: Comparação entre as emissões de 1998 e 2005	170
Foto nº 1: Foto de Família do Atelier Nacional de Validação do R-PP	171

ÍNDICE DAS TABELAS:

ÍNDICE DAS FIGURAS:

ÍNDICE DOS ESQUEMAS:

ÍNDICE DOS GRÁFICOS:

SUMÁRIO EXECUTIVO

São Tomé e Príncipe é um arquipélago totalmente colonizado por formações florestais. Emergindo das profundezas do mar devido à actividade vulcânica, consequência da divergência das placas tectónicas africana e americana, as ilhas de São Tomé e Príncipe devem a sua formação, como prolongamento da cordilheira continental dos Camarões, forma assim um alinhamento de mais de 2.000km de extensão, que parte dos vulcões dos Camarões até ao mar.

Todavia, estas formações vegetais estão a degradar-se tendendo, em alguns casos, a transformação do coberto florestal original. As causas directas desta transformação, prendem-se, dentre outras, com o abate indiscriminado de árvores para madeira e combustível, abertura de novas áreas para extensão de culturas, índice elevado de pobreza associado à alta taxa de desemprego, agricultura de subsistência sem actividades compensatórias, aumento demográfico.

As causas indirectas deste fenómeno têm a sua origem nas debilidades institucionais quanto à aplicação das medidas previstas por lei e na falta de uma política habitacional coerente.

Com efeito, São Tomé e Príncipe sendo um País vulnerável do ponto de vista climático devido ao seu carácter insular e de pequenas dimensões está directamente exposto às consequências do aquecimento global. Este fenómeno tem reflexos profundos sobre desenvolvimento sustentável do país, pondo em perigo a vida da população e das suas infraestruturas sociais e económicas.

Ciente das fragilidades dos ecossistemas e das vulnerabilidades que caracterizam o país e no quadro da sua política de redução da desflorestação e conservação dos recursos florestais, São Tomé e Príncipe, enquanto país membro da COMIFAC, aderiu às iniciativas REDD+ e o sistema S&MRV. Estas iniciativas visam estabelecer um quadro institucional adequado e operacional para a redução das diferentes emissões, relacionadas quer com a desflorestação quer com a degradação de florestas, bem como o estabelecimento de um sistema de vigilância florestal.

O período subsequente à adesão foi caracterizado por consultas diversas onde foram implicados os principais actores com vista assegurar os princípios de transparência, inclusividade e apropriação do processo REDD+.

Assim, foi efectuada a nível nacional uma consulta pública com base no diálogo e consulta dos principais parceiros do REDD+, que culminou com dois ateliês nacionais, sendo um de pré-validação do R-PP realizado entre os dias 3 e 4 de Junho de 2014 e outro de validação do R-PP realizado no dia 24 Junho do mesmo ano, que foi presidido por Sua Excelência Senhor Primeiro Ministro e Chefe do Governo, Dr. Gabriel Costa, na presença do Sr. Cleto Ndikumagenge, Conselheiro Técnico Principal do Projecto S& MNV/Yaoundé.

O Governo São-tomense, enquanto entidade reguladora do processo REDD+, irá despoletar uma estratégia operacional suscetível de envolver todas as partes interessadas no referido processo, através de criação de um quadro jurídico-institucional adequado. Para o sucesso deste processo, será adoptado um plano nacional de consultas acoplado a um plano de comunicação, identificando os objectivos, as metas e as acções ora a implementar por cada categoria do grupo alvo.

Do ponto de vista institucional, foi proposto uma estrutura orgânica composta por um órgão máximo de tomada de decisão, o Comité Nacional REDD+ e um órgão executor, a Unidade Nacional REDD+.

Na fase preparatória do processo REDD+, as acções a empreender terão maior incidência na elaboração da futura estratégia REDD+, na avaliação ambiental e social estratégica, na realização

de consultas públicas, na definição do estatuto jurídico das terras (reforma fundiária), na análise sobre a propriedade do carbono. Nesta fase será desenvolvido, de igual modo, um conjunto de acções prioritárias que incluem mormente: angariação de fundos, partilha e distribuição de benefícios, elaboração de projectos-piloto, estabelecimento de mecanismo de gestão de conflitos, opções de gestão dos fundos da REDD+, adequação do quadro jurídico-institucional para a REDD+, apoio à gestão comunitária de floresta, a construção do cenário de referência e do MRV, etc...

Do ponto de vista estrutural o documento articula-se em seis componentes e descritos em doze sub/componentes.

O primeiro aborda os aspectos relativo a gestão do processo REDD+, incluindo os arranjos institucionais, a partilha e diálogo interativo entre as partes interessadas e consultas e participação pública.

O segundo trata da preparação da estratégia com ênfase na cartografia preliminar das causas de desflorestação e da degradação das florestas, o que permitiu a definição das propostas de seis opções estratégicas. Para a redução dos potenciais impactos negativos decorrentes destas opções estratégicas propõe-se ainda, neste componente, uma avaliação ambiental e social estratégica, bem como, a preparação de um plano de gestão ambiental e social.

O desenvolvimento de um nível de referência das emissões, adstrito ao terceiro componente, basear-se-á na construção de um cenário ao nível nacional tomando em conta as diferentes metodologias a serem desenvolvidas, a estimativa dos dados históricos da evolução da cobertura dos últimos 10/20 anos através da fotointerpretação. Este componente estará em harmonia com os componentes 2A, 2B e 4.

No que toca ao quarto componente, procura-se propor uma abordagem para a concepção de sistemas de seguimento florestal e de informação sobre as vantagens múltiplas do REDD+.

O quinto e o sexto componentes apresentam respetivamente o cronograma de actividades previstas para os próximos 3 anos e o seu orçamento e o sistema de seguimento e avaliação de implementação do R-PP.

O orçamento global do R-PP é de **USD 4.814.000,00 (quatro milhões oitocentos e catorze mil dólares americanos)** e a implementação de projetos-piloto nas áreas ora a identificar custarão doze milhões de dólares. Tendo em conta os sóbrios recursos financeiros disponíveis, São Tomé e Príncipe irá envidar esforços no sentido de valorizar as disponibilidades de cooperação dos tradicionais parceiros de desenvolvimento para a implementação do REDD+.

SIGLAS:

AASE/EESS - Avaliação Ambiental e Social Estratégica
AFOLU – Agricultura, Florestas e outros Usos de Terra
AGRIPALMA – Instalação de Plantação de Óleo de Palma
AIA - Avaliação de Impacto Ambiental
ANA - Agencia Nacional de Ambiente
ASPMIM - Associação dos Serradores, Proprietários e Mercadores de Madeira
BAD – Banco Africano de Desenvolvimento
CATAP - Centro de Aperfeiçoamento Agropecuário
CBD - Convenção sobre Biodiversidade ou Diversidade Biológica
CCD/UNCCD - Convenção de Luta contra a Desertificação
CCNUCC/CQNUMC – Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas
CDR/MAPDR – Centro de Desenvolvimento Rural / Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural
CECAB - Cooperativa dos Exportadores de Cacau Biológico
CECAQ - Cooperativa dos Exportadores de Cacau de Qualidade
CIAT - Centro de Investigação Tecnológica e Agronómica
CN REDD+ - Comité Nacional REDD +
CO₂ – Dióxido de Carbono
COFO - Comité das Florestas da FAO.
COMIFAC – Comissão das Florestas de África Central
CPD - Comandos Policiais Distritais
CST - Companhia São-tomense de Telecomunicação
CT AASE - Célula Técnica: Avaliação Ambiental Social Estratégica
CT IEC - Célula Técnica: Informação, Educação e Comunicação
CT SNVF - Célula Técnica: Sistema Nacional de Vigilância Florestal
CTNS – Comité Técnico Nacional de Supervisão
DADR - Direcção de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DCNSQA - Direcção de Conservação da Natureza, Saneamento e Qualidade do Ambiente
DF – Direcção das Florestas
DGA - Direcção Geral do Ambiente
DGRNE - Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia
DP - Direcção da Pecuária.
DSGC – Direcção dos Serviços Geográficos e Cadastrais
DTH - Direcção do Turismo e Hotelaria
ECOFAC - Projecto de Conservação e Utilização Racional dos Ecossistemas Florestais de África Central.
EFOPE – Escola de Formação de Professores e Educadores
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EMAE - Empresa de Água e Eletricidade
ENPAB - Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade
EU – União Europeia
FAO - Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FCPF - Fundo de Parceria para o Carbono Florestal
FENAPA/STP – Federação Nacional de Pequenos Agricultores de S. Tomé e Príncipe
FIDA- Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.
FMI – Fundo Monetário Internacional
FONG – Federação das Organizações não-governamentais
GEE – Gases com Efeito de Estufa
GEF – Fundo para o Ambiente Mundial
GIEC - Grupo de Peritos Intergovernamental sobre a Evolução do Clima
GIME - Gabinete de Interesse de Manutenção de Estradas
IEC REDD+ - Informação, Educação e Comunicação REDD+
IFN - Inventário Florestal Nacional
IGEE - Inventário de Gases com Efeito Estufa
INAE - Instituto Nacional de Estradas
INE – Instituto Nacional de Estatística
INM - Instituto Nacional de Meteorologia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Espacial do Brasil
IOF - Inquérito aos Orçamentos Familiares
LDCF – Fundo para os Países Menos Avançados
LISC - Centro de Botânica de Lisboa
MAPDR – Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural
MARAPA – Mar, Ambiente e Pesca Artesanal
MBG - Missouri Botanical Garden
MNV - Medidas, Notificação e Verificação
MOPRN - Ministério de Obras Públicas e Recursos Naturais
MRNA - Ministério de Recursos Naturais e Ambiente
MRNEA – Ministério de Recursos Naturais, Energia e Ambiente
MRV – Medição, Notificação e Verificação
NAPA - Plano de Acção Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas.
NCAS - Sistema Nacional de Quantificação de Carbono
NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NER – Nível de Emissão de Referência
NR – Nível de Referência
OFAC - Observatório das Florestas da África Central
OGE - Orçamento Geral do Estado
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU-REDD - Programa de Cooperação das Nações Unidas para a Redução das Emissões devido a Desflorestação e à Degradação das Florestas nos Países em Desenvolvimento
OSFAC – Observatório de Satélite das Florestas da África Central
PAP - Plano de Ações Prioritárias
PDDAA - Programa Detalhado para o Desenvolvimento da Agricultura em África
PFNL - Produtos Florestais Não Lenhosos
PGAS - Plano de Gestão Ambiental e Social
PNADD - Plano Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável

PNOP – Parque Natural do Príncipe
PNOST – Parque Natural Ôbo de S. Tomé
PNSAN - Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRIASA - Projecto de Reabilitação das Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar
QGAS - Quadro de Gestão Ambiental e Social
RAP - Região Autónoma do Príncipe
RAPAC – Rede das Áreas Protegidas de África Central
REDD+ - Redução das Emissões devido da Desflorestação e Degradação das Florestas, Conservação das Florestas e Aumento do estoque de Carbono
R-PP – Documento de Preparação ao REDD+
SATOCÃO - Sociedade São-Tomense de Produção de Cacau
S&MNV – Vigilância e Monitoramento, Notificação e Verificação
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SNVF - Sistema Nacional de Vigilância Florestal
STPH - Herbário Nacional de São Tomé e Príncipe
TDR – Termos de Referência
UA – União Africana
UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza
ULB - Universidade Livre de Bruxelas
UNEP – Programa das Nações Unidas para o Ambiente
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UO – Unidade Operacional
UOD REDD+ - Unidade Operacional Distrital REDD+
WWF - Fundo Mundial para a Vida Selvagem

Informações Gerais

Nome	Dr. Faustino da Conceição Neto de Oliveira
Título	Coordenador Nacional REDD+
Organização	MAPDR
Endereço	BP 47, SÃO TOMÉ
Telefone	+239 990 52 79
Correio electrónico	faconeol@yahoo.com.br
Site Web	

Nome	Adérito Manuel Fernandes Santana
Título	Ponto Focal CCNUCC
Organização	MOPIRNMA
Endereço	BP 1023, SÃO TOMÉ
Telefone	+239990 63 23
Correio electrónico	aderitosantana@hotmail.com
Site Web	

Equipa responsável pela redacção do R-PP

Nome	Organização
Eng.º Lourenço Monteiro de Jesus	Consultor Nacional
Eng.º Sabino Pires Carvalho	Consultor Nacional
Eng.ª Sulisa Signo Bom Jesus Quaresma	Consultora Nacional
Dr. Ibrahim Lima Salvaterra	Consultor Nacional
Dra. Heng D'janinn de Albuquerque dos Santos	Consultora Nacional
Eng.º Damião Teixeira de Almeida	Consultor Nacional
Eng.º Agostinho Chicaia	Consultor Internacional
Eng.º Salvador Sousa Pontes	Consultor Nacional FAO/COMIFAC-Projeto S&MRV
Mino Randrianarison	FAO, Projeto MRV

Resumo do RPP

Datas de preparação do R-PP	Maio 2013 – Junho 2014
Duração prevista de implementação do R-PP	Janeiro 2015 – Dezembro 2017
Orçamento total estimado:	4.814.000,00 USD para a construção da estratégia 12.000.000,00 USD para os projetos-piloto
Fontes previstas de financiamento:	OGE: USD 100.000,00 Outros: Banco Mundial, Fundo Carbono, UN-REDD, Governo angolano, EU, FMI, BAD, GEF, Governo Japonês, Noruega, etc.
Assinatura prevista no seio do Governo da demanda de subvenção do R-PP	Ministro de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural
Principais resultados esperados do processo de implementação do R-PP:	Resultado 1) As instituições nacionais e locais são instaladas e funcionais. Resultado2) As ferramentas de gestão do mecanismo REDD+ são instaladas (cenário de referência, MRV, salvaguardas ambientais e sociais) e sua implementação definidas. Resultado 3) Os elementos constitutivos da estratégia identificadas (opções estratégicas, mecanismo de partilha dos benefícios, de gestão dos fundos, legislações, etc.). Resultado 4) A estratégia nacional REDD+ é adoptada.

COMPONENTE 1: ORGANIZAÇÃO E CONSULTA

1A. Dispositivos nacionais de gestão da preparação

Norma 1A - devendo ser respeitado no texto da R-PP para satisfazer as disposições deste componente:
Dispositivos nacionais de Gestão da Preparação.

Tendo em conta o carácter transversal da concepção e do funcionamento dos dispositivos nacionais de gestão da preparação para a REDD+ convém associar os actores envolvidos, os organismos públicos competentes, fora dos serviços florestais, bem como outros sectores com vista a planificação e a implementação da preparação à REDD+. As actividades do reforço das capacidades devem ser previstas no plano de trabalho para cada componente aquando da elaboração da R-PP resultante em grande medida, da intervenção de peritos e técnicos internacionais.

Preconiza-se, para uma gestão eficiente do processo da REDD+, em São Tomé e Príncipe, o estabelecimento de um quadro institucional adequado e operacional com instituições responsáveis pela sua condução. Estas serão criadas para o efeito, e aquelas já existentes poderão ser reforçadas, a fim de aumentar as capacidades de realização do País em matéria de redução das diferentes emissões relacionadas quer com a desflorestação quer com a degradação de florestas.

O Governo Santomense delegou a função de coordenação de REDD+ aos Ministérios tutelares das florestas e do ambiente, sob a orientação do primeiro-ministro. Outras entidades governamentais hão - de integrar, também, o processo.

O quadro institucional de gestão da REDD+ em São Tomé e Príncipe é constituído por um órgão máximo de tomada de decisão ao nível nacional (Comité Nacional REDD+) e um executor (Unidade Nacional REDD+). Este último é responsável pela implementação do processo REDD+ através das suas estruturas executivas distritais e da região autónoma do Príncipe (Unidade Distritais REDD+ e Unidade REDD+ R.A do Príncipe), de acordo com o organigrama abaixo:

2. ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DO REDD+

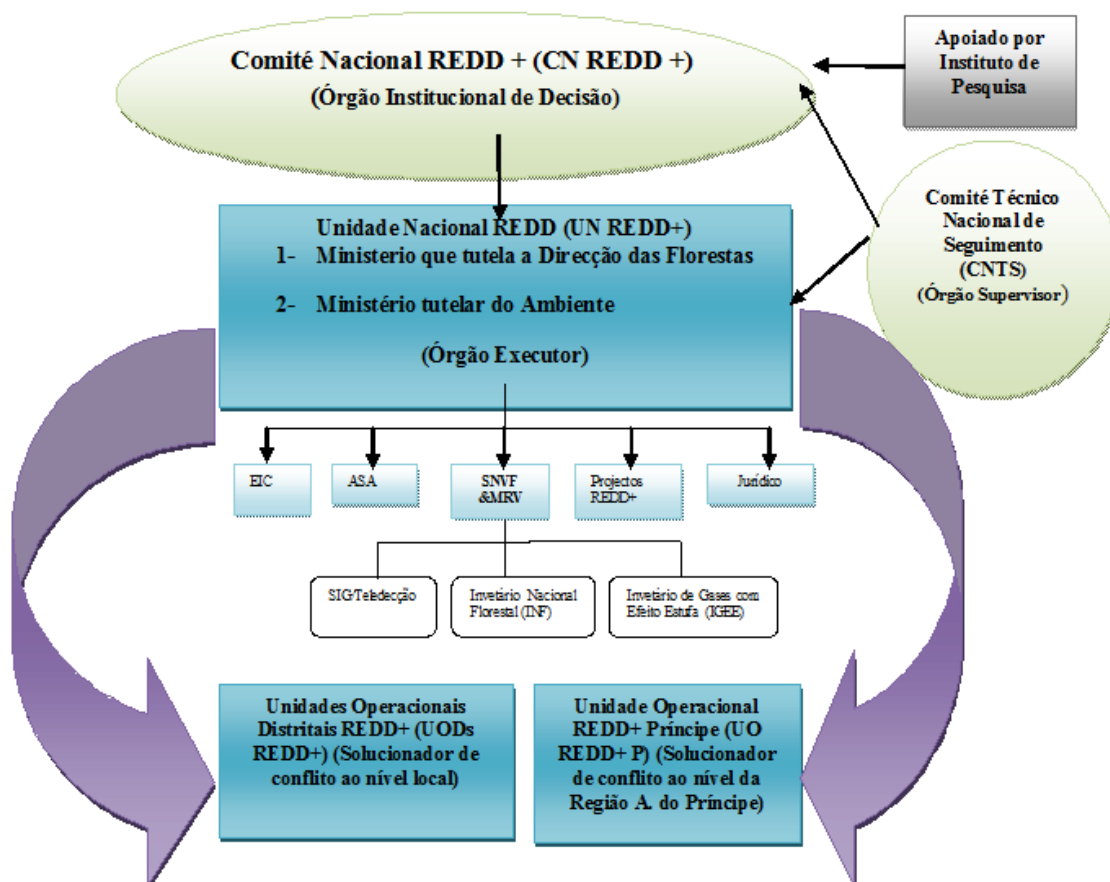


Figura nº 1: Arranjos Institucionais para a implementação da REDD+

Todavia o processo relacionado com a criação de REDD+ no País, bem como a composição e as funções de cada instituição integrante do respectivo quadro institucional estão devidamente detalhados nos anexos I e II do presente documento.

Por outro, o papel dos diferentes actores-chave do processo REDD+ estão definidos objectivamente no anexo III em consonância com o componente 1 C.

Finalmente os critérios de recrutamento e selecção dos peritos das células técnicas constam, de igual modo, do anexo IV deste documento.

3. CAPACITAÇÃO PARA O PROCESSO REDD+

O processo REDD+ exige capacitação a todos os níveis (nacional, regional, distrital) durante a fase de preparação e implementação. O processo envolve habilidades não apenas para os membros do Governo e os da Unidade Nacional REDD+ (UN REDD+), como, também, para todos os actores no sentido de serem capazes de se apropriarem devidamente da REDD+. Uma das opções estratégicas de São Tomé prende-se com a redução das emissões devido à degradação, a fim de reforçar os pilares do ecoturismo, rumo à economia-verde. Nesta conformidade, as sessões de formação serão programadas de forma frequente durante os primeiros dois anos de construção da estratégia, para que a sua operacionalidade seja efectiva no mais breve possível.

As formações serão ministradas, primeiramente, aos membros do Comité Nacional REDD+, à Unidade Nacional REDD+ (e as suas Células Técnicas de apoio) e pessoal-chave de outros ministérios que serão mobilizados para o processo. Dadas as fragilidades económicas do arquipélago, todas sinergias regionais serão valorizadas para consolidar o desiderato ligado à formação dos actores deste processo.

A transferência de capacidades e competências será realizada entre os peritos mobilizados durante a fase de preparação, para que São Tomé e Príncipe possa então gerir de forma autónoma o seu processo da REDD+. A referida transferência irá afectar todas as partes envolvidas no processo REDD+, não só ao nível central, mas também e, sobretudo, ao nível distrital e local.

A formação deverá abranger os seguintes aspectos:

- a) A REDD+ no contexto das mudanças climáticas e mais particularmente as relações entre a biodiversidade e o clima, para que os formandos (todos os actores) possam ter conhecimentos necessários sobre assuntos relacionados com a REDD+;
- b) Economia-Verde ao serviço do desenvolvimento;
- c) O papel das florestas na mitigação das mudanças climáticas e principalmente, na viabilidade e sustentabilidade dos arquipélagos;
- d) Os desafios a favor de negociações, *win-win*, no âmbito do mercado de carbono.

Tabela nº 1: Plano de Actividades e Horizonte Temporal (Componente 1A.)

Actividades	Ano1		Ano2		Ano3	
	S1	S2	S1	S2	S1	S2
Definição das funções de cada actor e de cada instituição						
Estabelecimento da representação da Plataforma da sociedade civil (ao nível central e distrital)						
Reunião do Comité Nacional REDD+ (CN REDD+)						
Recrutamento de peritos para estabelecimento das células técnicas da Unidade Nacional REDD+ (UN REDD+)						
Estabelecimento das Unidades Operacionais reagrupadas REDD+ (UODs REDD+ e da R.A do Príncipe (UO REDD+ R.A. P)						
Formação aos membros do CN REDD +						
Formação dos peritos das células técnicas da UN REDD+						
Formação dos membros das UODs REDD+ e da UO REED+ R.A.P						
Formações em domínios especializados (mercado de carbono, negociação internacional etc.)						
Estabelecimento de Unidade de Resolução de Conflitos						
Representação Internacional						

Tabela nº 2: Orçamento do Componente 1A.

Actividade Principal	Actividade Secundaria	Orçamento em (mil dólares)			
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total
Operacionalidade do Quadro institucional	Equipamentos	30	-----	-----	30
	Staff (pessoal)	25	15	20	60
	Nível central e distrital	150	75	50	275
	Instituição de resolução dos conflitos	10	5	5	20
Formações	Formação especializada aos membros do quadro institucional	30	30	10	70
	Formação dos stakeholders	25	20	0	45
Intercambio	Participação em negociações internacionais	15	10	15	40
	Participação nos intercâmbios entre países.	15	10	15	40
Total		300	165	115	580
Governo					

1B. Partilha de informação e diálogo inicial com Grupos-alvo das partes envolvidas

Normas 1b a serem cumpridas no texto da R-PP para atender às exigências desta componente Partilha de informação e diálogo inicial com os grupos-alvo das partes interessadas

O R-PP deve ser uma prova de que o governo está interessada em identificar as partes interessadas no REDD+, e lançou uma campanha credível de partilha de informação e sensibilização dos principais intervenientes a nível nacional. O primeiro objetivo da campanha é de estabelecer um diálogo sobre o REDD+ conceito e desenvolvimento e a elaboração do R-PP para lançar as bases para consultas a serem realizadas durante a execução do plano de trabalho do R-PP.

As populações que vivem nas florestas foram tidas em conta durante todo o processo.

O R-PP aporta uma gama apropriada de partes interessadas que foi identificado como grupos vulneráveis e estão começando a ser ouvidos e que o tempo e esforços foram investidos para levantar conceitos e processos mais fundamentais do REDD+ e incluindo a AASE.

A. EXPERIÊNCIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE EM TERMOS DE PARTICIPAÇÃO E DIÁLOGO

São Tomé e Príncipe está prenhe de experiências participativas, pelo que o processo REDD+ afigura-se como uma destas iniciativas que poderá valorizar o leque de lições apreendidas. É importante frisar que se trata de um país territorialmente pequeno com uma cultura mista, composta por diversos dialectos (crioulo cabo-verdiano, foro, lunguié e anguené), sendo o português a língua oficial falado por todos, o que constitui um denominador comum minimizando assim as eventuais barreiras de comunicação.

Todo o processo de divulgação de inovações e/ou informação será sempre facilitado devido o grau de alfabetização da sua população, que conta com cerca de 90,1% de alfabetizados. Daí que, o processo de elaboração do R-PP beneficiou de uma participação contínua dos principais actores chave e de um diálogo inter-activo que conferiram maior inclusividade.

A introdução da consulta e a audiência pública no processo de avaliação de impacto ambiental, o processo de elaboração da lei florestal, da lei de base do ambiente, do PNADD, do ENPAB confirma a importância da participação do cidadão na gestão do ambiente. Para o efeito, a participação dos diferentes segmentos da sociedade santomense foi assegurada, através de discussões públicas, em todos os distritos e a Região Autónoma do Príncipe, congregando opiniões de técnicos, representantes do poder local, organizações não-governamentais, forças militares e paramilitares, líderes comunitários, confissões religiosas, estudantes, entre outros. Tratou-se, portanto, de um processo participativo que implicou todas as sensibilidades e comunidades que integram a sociedade são-tomense.

B. IMPORTÂNCIA DA IMPLICAÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS NO PROCESSO REDD+

A República de São Tomé e Príncipe pretende implementar um processo REDD+ participativo e inclusivo com maior pendor na prossecução dos ideais do seu desenvolvimento sustentável. Perante este desafio o País deve continuar a empreender esforços no sentido de cumprir com os objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) particularmente os relacionados com a redução da pobreza e fome (Objectivo 1), com o Desenvolvimento Sustentável (Objectivo 7) e com a promoção de igualdade de género (Objectivo 3).

Nesta perspectiva, a construção da estratégia REDD+ deverá contar com a implicação de todas as partes interessadas, de forma que os benefícios futuros deste processo venham favorecer as comunidades locais tributárias das florestas e não só.

Em São Tomé e Príncipe mais de 95% da população utilizam os recursos provenientes das florestas para garantir a sua sobrevivência. Esta dependência é ainda mais acentuada com a falta de emprego para os jovens e mulheres do meio rural. Os jovens dedicam-se sobretudo à produção de vinho de palma, ao fabrico de carvão e à extracção de inertes, e as mulheres, na maioria dos casos, dedicam-se à exploração de produtos florestais lenhosos e não lenhosos para melhorar a sua renda familiar. Todo o aumento da pressão ou rarefação dos recursos pode modificar o ritmo climático, afectando em certa medida comunidades locais.

É nesta perspectiva que o Governo São-tomense pretende trazer a Iniciativa Canadiana de Floresta Modelo para transferir, cada vez mais, a responsabilização da gestão das florestas às comunidades locais, tendo em conta as implicações destas quer na gestão sustentável (com os mecanismos de agroflorestais ou através de mecanismos de pagamento de serviços ambientais) quer no aumento da pressão sobre os recursos (uso de práticas agrícolas não sustentáveis ou ainda as queimas indesejáveis).

A abordagem da floresta modelo, como método participativo de diálogo inter-activo entre partes interessadas, poderá servir de ferramenta valiosa para fazer da REDD+, em São Tomé, um verdadeiro instrumento de desenvolvimento endógeno. Preconiza-se, para o efeito, logo no primeiro ano de implementação do R-PP, a elaboração de uma estratégia tendendo a uma maior implicação destes grupos (partes interessadas), identificando as suas reais necessidades e ideias sobre projectos a implementar.

C. INFORMAÇÃO, FORMAÇÃO E CONSULTAS REALIZADAS NO QUADRO DA ELABORAÇÃO R-PP

Em São Tomé e Príncipe o processo envolveu cerca de 2000 (duas mil) pessoas de diferentes níveis sociais.

✓ Ateliers de Formação

Os ateliers de formação iniciaram em 2013 no Distrito de Água Grande, com um horizonte de 66 formandos, de acordo com o (anexo 1B. 2).

✓ Ateliers de Sensibilização

Os ateliers de sensibilização revestiam-se de uma dupla natureza: por um lado a sensibilização do público sobre a temática da REDD+ em São Tomé e Príncipe, que envolveu cerca de 1000 pessoas nas localidades, e por outro, a sensibilização referente ao processo de concertação com vista a recolha de informações que estão consignadas no presente R-PP.

Todavia, os ateliers tinham o intuito de manter as populações informadas e sobretudo, levá-las à uma tomada de consciência sobre os reais desafios que ameaçam a sustentabilidade do arquipélago para uma mudança de comportamento no seu dia-a-dia, quanto à problemática da desflorestação e degradação das florestas. Por outro, providenciaram uma possibilidade de verificar a transparência deste processo assegurando assim que as comunidades do meio rural, também, possam integrar o referido processo.

✓ Ateliers de Consultas Públicas

A realização destas actividades são uma das principais vias de desenvolver mecanismos que garantam o respeito dos direitos das pessoas que vivem e dependem das florestas.

Das principais recomendações saídas destas consultas públicas, entre dezembro de 2013 a janeiro de 2014, que valorizem os serviços ecossistémicos, pode-se destacar:

- Repensar a forma de lidar com a questão energética na perspectiva de aumentar a percentagem de utilização de energias renováveis;
- Reforçar as acções relacionadas com a educação ambiental nas comunidades, aproveitando o grau de alfabetização da população;
- Implementar projectos estruturantes nos domínios de gestão dos solos, agricultura familiar.

Os resultados dos ateliers de consultas públicas estão bem espelhados no quadro síntese das actividades (ver anexo 1B.2).

D. IDENTIFICAÇÃO E CARTOGRAFIA DO PÚBLICO-ALVO

A participação de um público diversificado deve ser uma constante quer no desenvolvimento da proposta R-PP, quer na sua implementação. A definição do público-alvo é um dos aspectos importantes a tomar em consideração em qualquer processo participativo, pois a sua não definição implicaria uma serie de riscos que comprometam o alcance dos objectivos preconizados.

Para o efeito, foram identificados seis principais categorias de públicos-alvo (ver anexo 1B.3) tal como se segue: Sociedade Civil, Poder local, Administração pública, Sector Privado, Medias e Parceiros do Desenvolvimento.

Figura nº 2: Público-alvo da REDD+

E. PREOCUPAÇÕES DAS PARTES ENVOLVENTES QUANTO AO FUTURO DA REDD+

É necessário estabelecer um diálogo onde todos os actores possam ter acesso à informação actualizada. Nesta perspectiva, cada categoria das partes interessadas será esclarecida quanto aos passos a serem dados para a construção da estratégia.

Durante as sessões de formação sobre o processo REDD+ (atelier de formação sobre a planificação, formação dos membros do Comité técnico Nacional de Seguimento (CTNS), formação de formadores, dos consultores nacionais, dos pontos focais REDD+) foram recolhidos contributos para a R-PP, identificando preocupações, necessidades, interesses e oportunidades com os distintos públicos e

reconheceu-se ainda que São Tomé e Príncipe conta com um grande potencial para desenvolver rapidamente a REDD+, mas tem apresentado algumas lacunas tais como:

- A problemática de gestão florestal do país e a fraca aplicação da legislação florestal;
- Os riscos de ver os mesmos grupos dominantes a beneficiarem dos resultados da REDD+;
- A questão da cedência de terras à SATOCAO e AGRIPALMA, duas empresas cuja actividade tem um impacto directo na desflorestação e degradação florestal:
 - ✓ SATOCAO - Grande parte das plantações situa-se nas encostas de fortes declives, incidindo grandemente na degradação do coberto florestal, embora a cultura de cacau desenvolvida sob sombreamento.
 - ✓ AGRIPALMA – Os palmares estabelecido por esta empresa concentram-se sobretudo na zona Sul da ilha de São Tomé, tendo provocado uma autêntica desflorestação das florestas secundárias existentes na referida zona.
- O risco de se tomar decisões não acertadas quando a abordagem utilizada é *Top Down* ao invés *Bottom Up*.
- As probabilidades do uso indevido dos recursos financeiros do REDD+.

Apesar dos passos importantes, na realidade, esta etapa deve continuar no decurso do presente ano e nos primeiros meses de implementação do R-PP, de modo a que se possa ampliar a quantidade e qualidade de informação ao nível nacional.

F. OS INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO

De acordo com as particularidades de São Tomé e Príncipe, as Instituições encarregues do processo REDD+ e de elaboração da R-PP, em parceria com a Sociedade Civil, identificaram provisoriamente, certos instrumentos de comunicação. Os instrumentos de comunicação serão reproduzidos e utilizados no quadro da comunicação em volta do processo REDD+, a curto e medio prazos (ver anexo 1B. 4).

G. GRAU DE PARTICIPAÇÃO FACE ÀS INOVAÇÕES DA REDD+ EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Além das comunidades rurais, participaram, também, diversas instituições públicas e privadas; ONGs e outras, com o objectivo de colher e divulgar informações de forma mais detalhada e conseguir o maior envolvimento de todos, desde decisores políticos a organizações de base.

A participação de actores relevantes nos ateliers de sensibilização e consultas públicas distritais sobre a REDD+, teve muita adesão tanto do poder local como das instituições e ONGs locais. Quanto aos médias, participaram de forma activa nas diversas actividades realizadas tanto na Região Autónoma do Príncipe como nos distritos. Os mesmos contaram com informação específica para a divulgação do tema em questão.

Em todas estas actividades, recolheu-se valiosos contributos para a proposta de preparação da REDD+, porquanto o conjunto de temas esteve em torno das causas e impactos das mudanças climáticas; as oportunidades que surgiram em São Tomé e Príncipe quanto aos propósitos de nivelar o roteiro rumo à implementação do processo REDD+ com mecanismos claros de participação das partes interessadas, tendo em conta os fracos conhecimentos que se tem deste processo.

Ademais nos próprios meios de comunicação massiva, como a rádio, TV, jornais, internet, jornais digitais versados sobre o tema em STP, são notáveis a inexistência de trabalhos ligados ao referido tema.

Ao nível do Ministério de Educação, é verificável a preocupação sobre os temas ambientais, mas para um melhor resultado, o ideal seria alargar para todos os níveis de ensino e criar parceria com as instituições afins.

De forma geral, quanto a participação nos ateliers podemos constatar que o número de participantes a nível dos distritos e RAP é aceitável tal com espelha o gráfico.

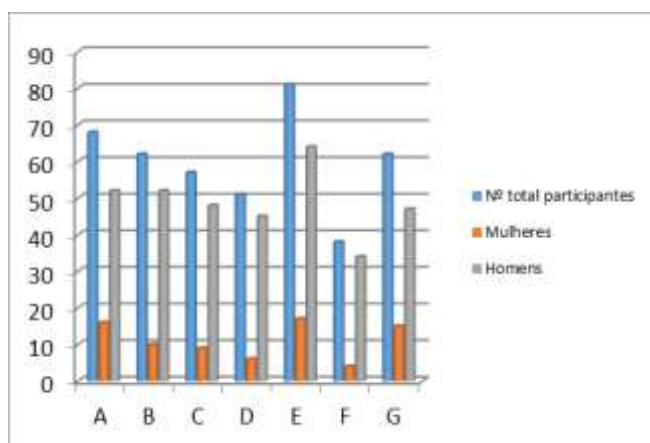


LEGENDA:

- A**-Atelier e consultas públicas Distritais sobre o REDD+ Região Aut. do príncipe.
- B**-Atelier e consultas públicas Distritais sobre o REDD+ Mé – Zóchi.
- C**-Atelier e consultas públicas Distritais sobre o REDD+ Lobata.
- D**-Atelier e consultas públicas Distritais sobre o REDD+ Caué.
- E**-Atelier e consultas pública Distritais sobre o REDD+ Cantagalo.
- F**-Atelier e consultas públicas Distritais sobre o REDD+ Lembá.
- G**-Atelier e consultas públicas Distritais sobre o REDD+ Água Grande.

Gráfico nº 1: Consulta Públicas realizadas.

No que se refere à participação das mulheres, o resultado ficou à quem das expectativas, foram alcançados um horizonte de cerca de 419 pessoas, com participação de cerca de 69 mulheres isto é, apenas 17,9%, situação que devemos contornar em futuras consultas, ou seja buscar uma maior participação do sexo feminino nas diversas actividades que serão desenvolvidas.



LEGENDA:

- A**-Atelier e consultas públicas Distritais sobre o REDD+ Região Aut. do príncipe.
- B**-Atelier e consultas públicas Distritais sobre o REDD+ Mé – Zóchi.
- C**-Atelier e consultas públicas Distritais sobre o REDD+ Lobata.
- D**-Atelier e consultas públicas Distritais sobre o REDD+ Caué.
- E**-Atelier e consultas pública Distritais sobre o REDD+ Cantagalo.
- F**-Atelier e consultas públicas Distritais sobre o REDD+ Lembá.
- G**-Atelier e consultas públicas Distritais sobre o REDD+ Água Grande.

Gráfico nº 2: Consultas Públicas Realizadas.

LEGENDA:

- A**- Atelier de sensibilização, de formação e planificação do Projeto MNV
- B**-Formação de Facilitadores sobre o REDD+
- C**-Encontros entre CNS (Comité Nacional de Seguimento o projecto SMNV e as Câmaras Distritais).
- D**-Sensibilização a nível das localidades.
- E**-Atelier de sensibilização e consultas públicas Distritais sobre o REDD+.

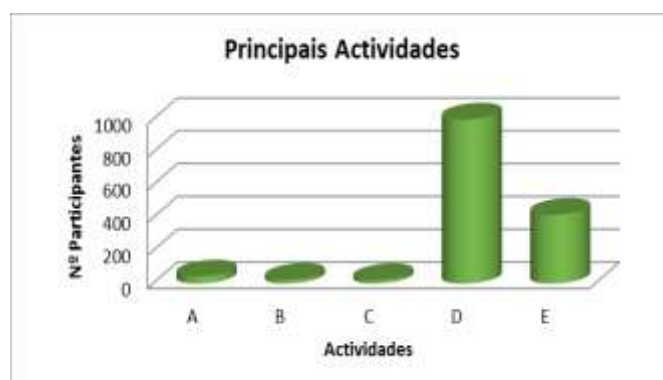


Gráfico nº 3: Actividades realizadas (Atelier de formação, de Sensibilização e de Concertação)

Tabela nº 3: Cronograma do componente 1B.

Actividades	Ano I		Ano II		Ano III		Instituição responsável pela implementação.
	Sem 1	Sem 2	Sem 1	Sem 2	Sem 1	Sem 2	
Criação do Comité REDD + para informações (ver comp. 1-A)							Coordenação Nacional
Elaboração de uma estratégia para implicação das comunidades tributárias das florestas							Coordenação Nacional
Capacitação de Jornalista dos diversos meios comunicação nacional.							Coordenação Nacional Consultores nacionais
Criação de células a nível dos meios de comunicação nacional.							Coordenação Nacional Consultor IEC
Concepção dos suportes de comunicação e informação.							Coordenação Nacional Consultor IEC, Consultor Designer
<i>Plaidoyer</i> com os órgãos de soberania e os parceiros de desenvolvimento.							Coordenação Nacional Consultores nacionais
Concepção do Plano de consulta e participação.							Coordenação Nacional Consultor IEC
Implementação do Plano de consulta e participação.							Coordenação Nacional Consultores nacionais, Comité Técnico Nacional de Segmentos
Consultas e Monitoramento.							Coordenação Nacional Consultor IEC

Tabela nº 4: Orçamento do componente 1B.

Actividade Principal	Actividade Secundária	Orçamento em (mil dólares)			
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total
Partilha de informação e diálogo com Grupos-Alvo	Capacitação de Jornalistas dos diversos meios de comunicação nacional.	10	12	15	37
	Criação de células a nível dos meios de comunicação nacional.	3	5	2	10
	Concepção dos suportes de comunicação e informação.	325	100	70	495
	Plaidoyer junto aos órgãos de soberania e aos parceiros de desenvolvimento.	3	3	3	9
	Consultas e Monitoramento	10	10	10	30
Total		351	130	100	581

1C. Processo de consulta e de participação

Normas 1C a serem cumpridas no texto da R-PP para atender às exigências desta componente Processo de consulta e participação

A adesão do governo e as partes interessadas em todo R-PP, a sua transparência, a divulgação, a consulta eficaz para participação informada das principais partes interessadas serão avaliadas com base nas informações e/ou documentação de RPP sobre os seguintes aspectos : i) o processo de consulta e participação comprometida com o desenvolvimento do ; ii) o grau de adesão dos governos e das partes interessadas a nível nacional; iii) o plano de consulta e participação para a fase de implementação do RPP; iv) as preocupações e recomendações das partes interessadas, e o processo para a sua consideração e/ou ação tomada sobre ele no RPP; e v) o mecanismo de ação em caso de reclamações sobre o processo de consulta e participação REDD+, e os procedimentos de resolução de litígios e a reparação.

A. PROCESSO DE CONSULTA E DE PARTICIPAÇÃO

O primeiro passo foi identificar e caracterizar os diversos actores implicados, para assegurar uma melhor participação, através das diferentes consultas dos processos relevantes da estratégia REDD+, que se pretende construir para São Tomé e Príncipe.

Esta estratégia deve ser consensual, aceite pelas partes interessadas e cujo processo participativo passa, essencialmente, por pilares de inclusividade, participação dos principais actores; transparência na tomada de decisões, responsabilização, o que poderá trazer maior implicação deles na tomada de decisões, na implementação, seguimento e avaliação das acções.

Os objectivos do processo de consulta e de participação são:

- Identificar as necessidades para o reajuste institucional e normativo em cada um dos sectores a fim de construir e implementar uma estratégia REDD+ ao nível nacional,
- Definir um plano de consultas susceptível de integrar os actores locais no sistema de vigilância para a REDD+,
- Construir de maneira participativa uma estratégia de avaliação de impactos sociais, económico e ambientais,
- Desenhar e implementar programas de fortalecimento de capacidades para cada categoria de actores.

B. TRANSPARÊNCIA DA COMUNICAÇÃO NAS CONSULTAS

A República Democrática de São Tomé e Príncipe pretende construir para a sua REDD+ um plano de consultas e de comunicação eficazes tendo em conta as suas particularidades geográficas na bacia do congo. Estes planos devem gerar maior entrosamento a fim de se conciliar as opções estratégicas da REDD+ com os propósitos do desenvolvimento do país. A sua dinâmica deve ser fortalecida por um programa de capacitação das partes interessadas a fim de garantir o acesso à informação e o diálogo inter e intrassectorial.

Todavia, esta dinâmica comunicacional abarcará cenários diferentes com o fim de fomentar uma maior participação social, uma articulação ao nível institucional, assim como o despertar da consciência da população face à REED+. Os referidos cenários incluem, mormente, aspectos tais como: a comunicação comunitária e pública.

Como parte da estratégia de comunicação (ver anexo 1C) o enfoque deve ser diferencial por distrito e grupo alvo, porquanto a informação deve constituir uma base para a participação de todas partes interessadas, incluindo, órgãos de fiscalização e auditores externos. Em contrapartida, a transparência e a responsabilidade conferem maior credibilidade ao sistema e segurança às partes interessadas.

Assim sendo, os aspectos relevantes deste plano de comunicação deverão gerar maior entrosamento com o guião da estratégia sobre a REED+. O recurso aos meios virtuais, Web Site, boletins eletrónicos, redes sociais e outras ferramentas de comunicação, permitirão adequar os conteúdos com a rádio-televisão e com as intervenções através da música, peças teatrais e entretenimentos.

C. ETAPAS PARA AS CONSULTAS

Para melhor informar, formar e fazer participar as partes interessadas do processo REDD+, foram elaborados diferentes ferramentas tal como estão detalhadas no Componente 1B (Ver anexo 1B/4).

Importa salientar que estas consultas são de duas naturezas. As temáticas que acontecem com o evoluir do processo e aquelas relativas ao próprio processo da estratégia da REDD+ nacional. Contudo, os seus cronogramas de implementação são complementares, pois a última vai até o segundo semestre do ano II (da implementação) ao passo que a primeira pode ir além desta data.

O plano de comunicação (ver anexo 1C) consolidado emerge das diferentes consultas em referência às categorias das partes interessadas identificadas no componente 1B e deve integrar as instituições de pesquisa e investigação como a CIAT, CATAP e EFOPE. O maior foco vai ser com:

✓ Consultas técnicas com agências da administração pública do Estado

Serão realizadas as seguintes actividades:

Entrevistas, reuniões e mesas redondas com instituições estatais e empresas do sector agro-florestal. Estas serão levadas a cabo com o objectivo de identificar eventuais barreiras que poderão advir com a implementação da estratégia REDD+ em São Tomé e Príncipe dum lado; e do outro, formular as devidas recomendações.

Com efeito, estas actividades poderão produzir conhecimentos em matéria de conservação, adaptação e mitigação dos efeitos das alterações climáticas de forma a:

- Assegurar, da parte das agências governamentais que as medidas concretas para a redução das emissões foram adoptadas de forma participativa assim como a sua implementação.
- Garantir maior integração e envolvimento multisectorial, com vista a servir de trampolim rumo a economia verde.
- Tomar em conta das preocupações das populações locais.

- **Consultas com comunidades locais**

As consultas com as comunidades locais serão desenvolvidas na perspectiva de facilitar o processo de apropriação da REDD+ dum lado, do outro, garantir a sua participação activa e efectiva, dos seus líderes que têm o direito e a responsabilidade de representa-las.

Esta diligência passa essencialmente por:

- Definir o seu papel dentro da estratégia nacional REDD+;
- Clarificar os desafios da REDD+ em função das opções estratégicas;
- Formar formadores para a implantação da perspectiva floresta modelo;
- Garantir uma cartografia participativa dos factores chave da deflorestação e degradação das florestas em São Tomé e Príncipe;
- Respeitar pelas opções estratégicas do Estado sobre o uso de terras para se evitar eventuais conflitos dele decorrente.

- **Consultas com a Sociedade civil**

As consultas com a Sociedade Civil devem privilegiar maiores consensos para capitalizar experiencias e reforçar o seu papel, sem esquecer da participação da mulher na gestão racional dos recursos florestais.

Todavia estas consultas serão realizadas pela célula técnica de IEC REDD+, vocacionada tecnicamente para o efeito, em função da categoria da população alvo, dos objectivos da referida consulta e do tema em questão. Esta, por sua vez, poderá ser completada pela Sociedade Civil que em São Tomé e Príncipe é tão Interventiva quanto visionária. Os temas para as consultas são aqueles que devem facilitar a construção da estratégia REDD+ e os elementos essenciais estão desenvolvidos nas componentes 2A e 2B e podem incluir mormente, os aspectos pertinentes como:

- Aprimorar as opções estratégicas preliminares com vista assegurar a construção da estratégia REDD+;
- Construir o dispositivo MRV;
- Definir competências e responsabilidades sobre mudanças climáticas e a REDD+;
- Discutir a temática dos direitos de propriedade sobre o carbono e outros serviços florestais;
- Estabelecer mecanismos claros de resolução de conflitos, titularidades e posse de terras;
- Avaliar os riscos e oportunidades para a REDD+;
- Identificar os projectos em função das diferentes zonas agro-climáticas;
- Adoptar mecanismos de gestão e partilha de benefícios decorrentes do processo REDD+;
- Desenvolver cenário de referência,
- Estabelecer a AASE (Avaliação Ambiental social e estratégico)
- Elaborar a estratégia nacional REDD+ propriamente dita.

O plano das consultas obedecerá a uma lógica consequente em função da sensatez das questões despoletadas no decurso do processo REDD+. Uma escala de prioridades será estabelecida para que as informações recolhidas quer do sentido da base para o topo quer vice-versa possam conferir maior qualidade à estratégia da REDD+ ora em construção.

C. CRIAÇÃO DE UM QUADRO PERMANENTE DE DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO

Todas reflexões atinentes ao bom funcionamento do processo REDD+ em São Tomé e Príncipe, o feedback das consultas realizadas, os resultados dos estudos recomendados serão canalizados junto da célula técnica IEC encarregue de difundi-las.

Com esta perspectiva espera-se:

- Fazer conhecer muito mais o processo REDD+;
- Obter uma proposta REDD+ elaborada com o apoio de todos os actores relevantes.
- Sensibilizar Instituições públicas e privadas;
- Avaliar as taxas de desflorestação e da degradação das florestas (nacional) tendo em conta os diferentes ecossistemas;
- Analisar outras experiências em matéria de política e estratégias que tenham impacto sobre a desflorestação e a degradação das florestas;
- Integrar as políticas sectoriais com o objectivo de harmoniza-las com o processo em curso;
- Rever o regime jurídico fundiário.

Tabela nº 5: Cronograma das actividades do componente 1C

Objectivo	Actividades	Ano 1		Ano 2		Ano 3	
		Sem 1	Sem 2	Sem 1	Sem 2	Sem 1	Sem 2
Identificar as necessidades de adequação institucional e normativa em cada um dos sectores para desenhar e implementar uma estratégia REDD+ a nível nacional.	Reuniões de alto nível						
	Entrevistas com pessoas-chave das instituições						
	Mesas técnicas com instituições a nível nacional.						
	Reuniões com as associações sobre mudanças climáticas.						
	Grupos focais em cada região.						
	Foros com peritos sobre florestas, serviços ambientais motivadores de desflorestação.						
	Mesas temáticas nacionais						
Definir protocolos de consultas para o desenvolvimento e implementação de iniciativas REDD+.	Consultas temáticas a nível distrital e regional com comunidades agrícolas.						
	Protocolo de consultas de instrumento normativo para a REDD+ em instâncias nacional.						
Integração dos actores locais no sistema de monitoria para o REDD+	Elaboração de propostas técnica institucional (Presidência, M. da Justiça, M. Agricultura e M. do Ambiente).						
	Atelier de consulta com as comunidades agrícolas a nível nacional.						
Construir de forma participativa estratégia de avaliação social e ambiental (AASE) e um marco de monitorio e manejo ambiental e social (QGAS)	Atelier para discutir a implementação dos actores locais no sistema de monitoramento do REDD+ (7 ateliers)						
Desenhar e implementar uma estratégia de comunicação direccionada ao público-alvo.	Seminários nacionais sobre o AASE e QGAS.						
	Consolidar mecanismos de transparência, análise e controle social a nível local, regional e nacional.						
	Estratégia nacional ²³ (para instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e						

Tabela nº 6: Orçamento da componente 1C

Actividade Principal	Actividade Secundária	Orçamento em (mil dólares)			
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total
Identificar as necessidades dos arranjos institucionais e normativos em cada um dos sectores para desenhar e implementar uma estratégia REDD+ a nível nacional.	Reuniões de alto nível				
	Entrevistas com pessoas-chave das instituições	2	2	2	6
	Mesas técnicas com instituições a nível nacional.				
	Reuniões com as associações sobre mudanças climáticas.	12	24	12	48
	Grupos focais em cada região.	6	6	6	18
	Fórum com peritos sobre florestas, serviços ambientais motivadores de desflorestação.	9	9	9	27
	Mesas temáticas nacionais	15	9	9	33
Definir protocolos de consultas para o desenvolvimento e implementação de iniciativas REDD+.	Consultas temáticas a nível distrital e regional com comunidades agrícolas.	12	12	12	36
	Protocolo de consultas de instrumento normativo para a REDD+.	1	1	1	3
Elaboração de propostas técnica institucional (Presidência, M. da Justiça, M. Agricultura e M. do Ambiente).		12	12	12	36
	Atelier de consulta com as comunidades agrícolas a nível nacional.	15	15	10	40
Integração dos actores locais no sistema de monitoramento para o REDD+	Atelier para discutir a implementação dos actores locais no sistema de monitoramento do REDD+ (7 ateliers)	15	15	5	35
Construir de forma participativa a avaliação ambiental e social estratégica (AASE) e um quadro de gestão ambiental e social (QGAS)	Seminários nacionais sobre o AASE e QGAS.	10	30	0	40
	Consolidar mecanismos de transparência, análise e controlo social e nível local, regional e nacional.	15	10	10	35
Desenhar e implementar uma estratégia de comunicação direccionada ao público-alvo.	Estratégia nacional (para instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e comunidades locais)	8	7	8	23
Desenhar e implementar programas de reforço das capacidades para cada grupo de actores.	Reforço das capacidades institucionais, comunitárias e sectoriais.	30	27	15	72
TOTAL		162	179	111	452

Componente 2: Preparação da estratégia REDD+

2A: Avaliação do uso de terras, causas das mudanças de afectação de terras, da lei florestal, das políticas e da governação

Norma 2A - Devem ser respeitadas no texto do R-PP para satisfazer as exigências deste componente:
Avaliação de uso de terras, das causas, das mudanças de afectação, da lei florestal, das políticas e da governação :

Apresentação de uma avaliação completa baseia-se nos seguintes aspectos: definição das principais tendências do uso de terras; avaliação dos factores directos e indirectos de desflorestação e da degradação das florestas nos sectores mais pertinentes no contexto da REDD+; reconhecimento dos principais direitos fundiários, direitos de acesso aos recursos naturais e problemas e lacunas existentes na matéria de governação ; descrição dos sucessos e insucessos obtidos na implementação das políticas ou de medidas de luta contra os factores de desflorestação e da degradação das florestas; enumeração dos principais benefícios, ocasiões de progresso e lacunas no contexto do REDD+ e a criação das condições necessárias de modo que a estratégia nacional REDD+ ataque directamente às causas de mudanças de afectação de terras.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe pertence ao maciço florestal da Bacia do Congo, com cerca de 101.000 hectares de florestas. Está repartido em diversos domínios florístico-vegetacionais, dentre os quais: as savanas do norte com cerca de 4.000 ha de cobertura, as florestas de sombra com 32.000 ha, as florestas secundárias cobrindo uma área de cerca de 30.000 ha, a floresta primária de altitude com 28.000 ha e por fim, as associações agroflorestais que ocupam uma área de 8.000 ha. Todas estas áreas florestais ocupam cerca de 90% da superfície total do País.

A história do país baseia-se na agricultura de exportação de cacau, café, copra e coconote das grandes roças. Portanto, as terras sempre foram ocupadas pelo sector agrário, alias a descoberta das ilhas foi motivada pela necessidade de se abastecer o mercado europeu dessas matérias-primas. No entanto, com o evoluir no tempo, após a independência, a privatização de terras levadas a cabo pelo governo na altura, com cedência de várias parcelas de terras às famílias e médios empresários sob o regime de título de posse provisório levou anarquia no que concerne ao uso e afectação de terras.

Todavia, passos significativos foram dados em matéria de legislação, das políticas fundiárias e de governação florestal que incidiram no presente regime de afectação de terras com impacto visível na actual cobertura florestal.

1. ECOSSISTEMAS FLORESTAIS, DEFLORESTAÇÃO E DEGRADAÇÃO DE FLORESTAS

a) ESTIMAÇÃO DAS SUPERFÍCIES DOS ECOSSISTEMAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

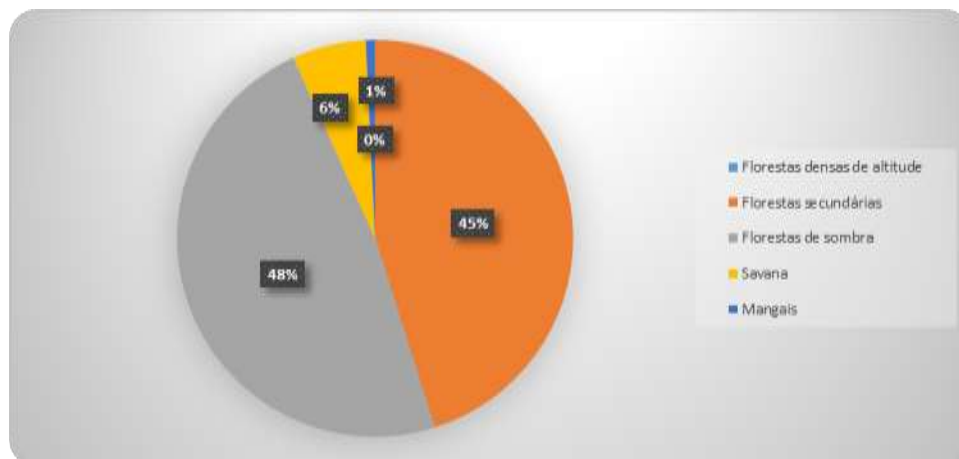
Estima-se que no País existam cinco zonas florestais representativas dos cinco ecossistemas florestais descritos no quadro abaixo indicado:

Tabela nº 7: Localização dos ecossistemas florestais de São Tomé

Ecosistemas	Localização	Superfície
Florestas densas de altitude	Centro sul de S. Tomé e Sul do Príncipe	28.000 ha
Florestas secundárias	Dispersas	30.000 ha
Florestas de sombra	Roças antigas de cacau e de café	32.000 ha
Savana	Norte da S. Tomé	4.000 ha

Mangais	Zona de transição entre o mar e a terra	500 ha
---------	---	--------

Gráfico nº 4: Estatística adaptada e consolidada



Fonte: Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, 2014

b) Estimação das taxas de desmatamento e degradação

A taxa de desflorestação em São Tomé não é conhecida com exactidão, porquanto, faltam ainda inventários florestais regulares para a sua determinação.

No entanto, os dados do Ministério de Agricultura dão conta da cedência de 1.260 ha à AGRIPALMA, entre 2009 e 2013, o que perfaz uma taxa de desmatamento no último período, entre 2011-2013 de 1,28% (874 ha), a mais alta perpetrada pelo Projeto. Contudo, a taxa média anual estimada é de 0,5%¹.

No tocante a taxa de degradação, as florestas secundárias, florestas de sombra, savana e os mangais (zonas de transição mar/terra) não foram poupadas da pressão antrópica crescente. No entanto as mais bem conservadas situam-se nos arredores do Pico de S. Tomé e do Príncipe Floresta de altitude) e as delimitadas por uma Zona Tampão são as mais bem conservadas sob o ponto de vista ecológico.

Daí que o processo de construção do cenário de referência das emissões dos GEE, passa pela estimação com alguma precisão das taxas de desflorestação e de degradação das florestas nos diferentes ecossistemas do País. Estas preocupações estão inseridas na componente 3 do presente R-PP que incidirão nesta fase no reforço de capacidades e na recolha de dados sobre as emissões dos GEE, através das ferramentas da Geomática.

2. IDENTIFICAÇÃO DAS CAUSAS DIRECTAS DA DESFLORESTAÇÃO E DA DEGRADAÇÃO DAS FLORESTAS RELACIONADAS COM USO DE TERRAS

Os principais factores que concorrem para as causas directas e indirectas da desflorestação e sobretudo da degradação das florestas em São Tomé e Príncipe prendem-se com o abate de árvores para construção, produção de carvão, lenha, a abertura de áreas para a plantação extensiva, índices elevados de pobreza associados à alta taxa de desemprego e a agricultura de subsistência sem actividades compensatórias de reflorestamento².

Embora o País não seja exportador de madeiras, todo o material lenhoso é consumido internamente nas obras de construção civil e mobiliário. Não existem estudos mais aprimorados para calcular com alguma exactidão a taxa anual das emissões de gases de efeito estufa mas sabe-se que a desflorestação em São Tomé é uma das principais fontes de

¹ Earth Observation Information Services for International Fund for Agricultural Development/ IFAD/PAPFPA).

² GOVERNO DE SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE – REDE DE GESTÃO AMBIENTAL e SOCIAL (EFA/FTI)

emissões de gases de efeito de estufa para a atmosfera e as mudanças climáticas aumentam a fragilidade destas florestas tropicais face à outras calamidades como incêndios, inundações e deslizamento de terras sobretudo nas zonas com forte declive e as costeiras.

Estas causas directas de desflorestação e degradação de florestas em São Tomé e Príncipe estão ilustradas no quadro em anexo 2A/ 1.

a) Causas directas

Foram identificadas cinco causas directas da degradação florestal e desflorestação nomeadamente: agricultura industrial, construção das infraestruturas, exploração da madeira para obras e energia, conquista de novas terras para agricultura de subsistência e extracção de inertes, a erosão e deslizamento de taludes adjacentes ao mar. Estas causas estão identificadas sobretudo nas áreas de fácil acesso em função da afectação de terras ocorrida no processo de privatização. No âmbito do dito processo, na reforma fundiária foram atribuídos aos pequenos agricultores (8.297 famílias), entre 1993 e 2001, tendo usufruído de cerca de 24.000 ha de áreas.

- **Agricultura de subsistência**

São Tomé e Príncipe é um País com enorme potencial agrícola e servido por uma rede hidrográfica importante. A agricultura de subsistência constitui uma actividade muito frequente em várias áreas do País. Dos 45.589,34 ha de terras aráveis disponíveis, ela ocupa, cerca de 2.000 há. Esta prática é feita em moldes tradicionais mas as vezes com uso de pesticidas e desrespeito da rotação de culturas.

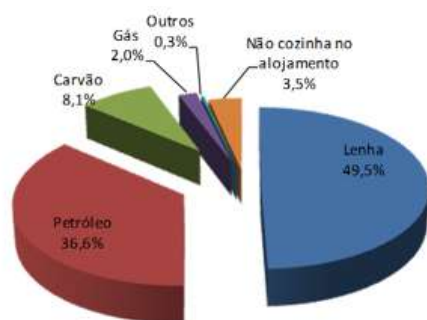
- **Agricultura Industrial**

As principais culturas industriais para exportação prendem-se com a produção do cacau, café e óleo de palma. São plantações mono específicas com impacto nas perdas em biodiversidade e stock de carbono. Por exemplo, o quadro a seguir mostra as áreas desflorestadas para o estabelecimento de palmares de 2009 à 2013, em zonas de Floresta secundária do sul da Ilha de São Tomé.

Tabela nº 8: Desflorestação e balanço das áreas desmatadas

Período (2009-2013)	Área (Km²)	Área (%)
Desflorestação 2009-2010	0,35	0,05
Desflorestação 2010-2011	3,52	0,52
Desflorestação 2011-2013	8,74	1,28

Fonte: Earth Observation Information Services for International Fund for Agricultural Development/ IFAD/PAPFPA



Fonte: Instituto Nacional de Estatística RGPH 2012.

- **Exploração de madeira (lenha e carvão) e a problemática da eficiência energética**

A nível nacional a lenha é o principal tipo de combustível para cozinhar, sendo utilizado por cerca de 49,5% das famílias são-tomenses. O petróleo vem em segundo lugar com 36,6%, as outras fontes como carvão, gás e outros têm poucas expressão representando 8,1%, 2% e 0,3% respectivamente.

Este consumo de madeira começa a ter impactos devastadores sobretudo nas formações florestais da região norte do País.

Os mangais também têm sofrido grande pressão social das comunidades piscatórias, sendo uma das principais fontes de lenha e matéria-prima (tintas extraídas das cascas dos mangues) para preparação das canoas e redes, o que tem repercutido na perda considerável destas formações.

- **Construção das Infraestruturas**

A procura de madeira para as obras e fabrico mobiliário é uma das principais causas directas de desflorestação e degradação das florestas, mais de 80% das casas em São Tomé são em madeiras³. Dos dados resultantes de um levantamento efectuado pelos técnicos da Direção das florestas do MAPDR, só em 2011 existiam sessenta (60) postos de venda de madeira disseminados em várias zonas do País, o que mostra a amplitude deste fenómeno.

- **Extração de inertes**

As actividades extractivas tradicionais existentes no país baseiam-se essencialmente na exploração de basalto e pozolanas⁴ em várias pedreiras. As referidas actividades são geralmente exercidas por empresas privadas e mistas, fruto do incremento da fileira da construção civil e obras portuárias.

A taxa de extração é desconhecida pois a maior parte das explorações são informais e ilegais provocando a degradação de paisagens (solo e a vegetação circundante).

A predominância da importância dessas causas está resumida no anexo 2A/2.

b) Causas indirectas

- **A fraca capacidade económica do País baseada na exploração dos recursos naturais**

Pese embora o País ser rico em recursos naturais o mais recente Inquérito aos Orçamentos Familiares - IOF 2010, permitiu constatar que 66,2% da população total de STP é pobre (pobreza absoluta), com uma despesa anual per capita inferior a 10.975.730 STD que corresponde ao limiar da pobreza, isto é, uma despesa per capita inferior a cerca de 30.071 STD por dia per capita (menos de 2 USD).

Esta pobreza está distribuída em cinco categorias de acordo com as despesas familiares diárias, pelo que a despesa diária per capita das famílias do 1º quintil figuram entre os 20% dos mais pobres e estimado à 47 cêntimos de euro (ou seja 11.535 STD), ao passo que aquelas famílias do 2º quintil representam 73 cêntimos (18.000 STD), as de 3º, 4º e 5º quinteis, os valores foram estimados respectivamente à 98 cêntimos de euro, 1.23 euros e 2.75 euros.

Este índice de pobreza tem consequências notáveis sobre os recursos florestais “gratuitos” na medida em que tem induzido um crescimento progressivo das actividades de abate de árvores e de exploração de inertes fundamentalmente nos distritos de Caué, Lobata, Mé-Zochi, Lembá e Cantagalo.

- **A pressão do crescimento demográfico sobre os recursos**

A taxa de crescimento populacional é de 2,45% e não está acompanhada por um crescimento económico inclusivo para atender a demanda cada vez mais crescente, em termos habitacionais, emprego, segurança social, etc.

A fraca capacidade económica do País é resultante de um conjunto de factores entre os quais, a baixa produção e produtividade no sector agrícola e sobretudo do principal produto de exportação, o cacau, a não valorização do potencial eco-turístico, a deficiente exploração dos recursos haliêuticos, assim como a não capitalização de outros recursos existentes.

³ INE RGPH 2012

⁴ AIP – Associação Industrial Portuguesa | Logistel, S.A.

Ao que tudo indica, o crescimento da população aumentou, de tal forma, a pressão sobre os recursos florestais que são facilmente exploráveis como a lenha e o carvão para o consumo doméstico, o vinho de palma, a madeira para construção, etc. Esta pressão foi acentuada pelo descontrolo reinante no uso excessivo e abusivo de moto-serras para a transformação de madeira.

- **Falta de inovação das tecnologias de aproveitamento para a transformação de madeira**

O desdobramento de madeira pelo uso excessivo de motosserras é um factor directo de desflorestação e da degradação de terras pois acarreta enormes desperdícios do material lenhoso e consequentemente o derrube desnecessário de muitas árvores.

O carácter portátil das motosserras tem facilitado o alcance das mesmas até as zonas inacessíveis para efeito de serragem floresta adentro.

- **Fragilidades político-institucionais**

O panorama legislativo do País é rico pela existência de várias leis e decretos em vigor em matéria de ambiente e florestas, tais como: Lei Base do Ambiente (Lei nº 10/99), Lei da Conservação da Fauna, Flora e Áreas Protegidas (Lei nº 11/99), Decreto-Lei nº 51/91, de 7 de Novembro, publicado no Diário da República n.º 25 de 7 de Novembro, que define as regras de distribuição e utilização de terras, Decreto-Lei nº 59/93 sobre o Regulamento Provisório para a Utilização das Florestas; Decreto n.º 37/99 que regulamenta o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental, Despacho nº 35/GME/2007, que interdita o abate de árvores em todo território nacional.

Apesar deste potencial do quadro legal, os indicadores relativos a governação florestal não são encorajadores, porquanto, o pacote legislativo não esbate as incongruências quanto as diferentes interpretações do uso de terras no que tange a reforma fundiária de 1992:

- Falta de coordenação entre as diversas estratégias de políticas sectoriais de utilização de terras,
- Lacunas no cumprimento da legislação florestal em vigor,
- A promiscuidade entre os agentes de controlo e fiscalização das actividades florestais e os madeireiros, resulta dos baixos salários que os mesmos usufruem do Estado.
- Falta de entrosamento entre as instituições envolvidas nos protocolos de cooperação para gestão e fiscalização das florestas assinadas entre a direcção das florestas e as seguintes instituições: Forças Armadas, Comandos Distritais Policiais (CPD), e Camaras Distritais (CD) e a Associação dos Madeireiros (ASPPMM).

- **Pouca envolvência da sociedade civil**

A sociedade civil santomense debate-se com sérios problemas de organização no sentido de participar na gestão sustentáveis dos recursos florestais. Assim se explica a ocorrência de vários casos de abates ilegais e indiscriminados, de devastação de manchas florestais, nas proximidades das comunidades locais/rurais, sem que os seus respectivos membros tomassem por iniciativa própria medidas para contrariar tais fenómeno.

3. IDENTIFICAÇÃO DAS FUTURAS CAUSAS DA DESFLORESTAÇÃO E DA DEGRADAÇÃO DAS FLORESTAS

As tendências das futuras causas da desflorestação e da degradação das florestas em São Tomé e Príncipe poderão advir do fomento do sector agrícola, da extensão das infraestruturas e de expansão urbana.

No domínio agrícola:

- A concessão de terras com vocação agrícola para cultura de exportação.
- A procura de lenha e carvão para atender as necessidades energéticas básicas de uma população em pleno crescimento.
- O crescimento demográfico com o seu leque de necessidades.

Domínio de infraestrutura:

- Implementação do Plano Director das Obras Públicas com o propósito de se criar uma grande centralidade habitacional, um porto em águas profundas, e infraestrutura de base para o ecoturismo, barragens hidroeléctricas que terão algum impacto na reserva disponível dos recursos naturais;
- Satisfação das necessidades próprias de um País que se debate com problemas do seu desenvolvimento endógeno.

A dinâmica interativa deste fenómeno está bem patente no anexo 2A/3.

4. USO E AFECTAÇÃO DE TERRAS

A retrospectiva histórica do processo de uso, afectação e posse de terras em São Tomé e Príncipe, delinea dois períodos importantes:

- (i) O período colonial, em que as roças de cacau e de café para a exportação pertenciam aos grandes fazendeiros coloniais; as terras eram essencialmente agrícolas com pouca intervenção do Estado Colonial Português.
- (ii) O período após a independência (1975) em que o novo Estado privatizou todas roças e atribui-se a titularidade das terras com a deliberação de redimensioná-las em pequenas parcelas que posteriormente foram redistribuídas às famílias que sempre trabalharam nas antigas roças coloniais. Um título provisório era dado aos novos aquiridores mas com o evoluir do tempo, os serviços afins do Estado ficaram ultrapassados com as invasões anárquicas de camponeses quer para o cultivo quer para outras finalidades.

Este processo conheceu um conjunto de polémicas pois:

- Várias parcelas pertencentes ao Estado são exploradas através de um título de posse provisório;
- Diversas parcelas são vendidas a terceiros através de processos normais de transpasse onde nem sempre os serviços afins são informados á tempo;
- Algumas parcelas são também objecto de açambarcamento por parte de alguns sectores sociais do País;
- Outras, em maior extensão, são adquiridas por investidores estrangeiros que disputam sobretudo a orla costeira e as antigas roças abandonadas;

5. ESFORÇOS REALIZADOS DE NATUREZA POLÍTICA E ESTRATÉGICA COM REAL IMPACTO NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS.

As políticas nacionais em prol de uma boa governação do sector florestal assentam-se nos principais documentos estratégicos de desenvolvimento do País, elaborados uns com o apoio financeiro de parceiros de cooperação multilateral e outros por inerência das actividades normais do Governo.

No geral destacam-se as políticas florestais, ambientais, agrícolas, energéticas e do sector mineiro. Todas elas foram elaboradas de acordo com as exigências concretas que a utilização dos recursos florestais impõem de um lado, do outro, respondam aos desafios que a agenda regional e internacional impele nesta matéria. É nesta senda que as linhas mestres do sector florestal foram gizadas no ano 2001, altura em que o País ratificou e publicou as sua lei florestal e também ratificou várias convenções internacionais com o olhar para salvaguardar o seu desenvolvimento sustentável.

O anexo 2A/4 espelha de forma pormenorizada estes esforços do Governo são-tomense em prol de uma política estratégica para a utilização dos recursos florestais.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS DA POLÍTICA FLORESTAL IMPLEMENTADA

O balanço da implementação da política florestal é no cômputo geral positivo. Neste âmbito, é de ressaltar as seguintes reformas legais e institucionais: (i) a criação da Lei florestal (2001), a criação da Lei Bases do Ambiente, do Decreto-lei que cria o Parque Natural Obô de São Tomé e do Príncipe (ii) O Plano de Desenvolvimento Florestal em curso de implementação (iii) a criação da Direcção das Florestas, e as Delegações Regionais de Agricultura e Pescas e a Direcção Geral do Ambiente ; (iv) a criação recente da Secretária do Estado do Ambiente (2014), (v) a admissão da Ilha do Príncipe (RAP) como Reserva Mundial da Biosfera pela Unesco.

Em São Tomé e Príncipe, ainda não existe uma legislação específica sobre o REDD+. Todavia o actual quadro jurídico ambiental e florestal em vigor podem servir para conferir a legitimidade do processo REDD+.

Nem todas as políticas implementadas tiveram êxitos esperados pois ainda imperam nestes sectores, diversos constrangimentos tal como referidos nas causas directas do presente componente. Os esforços empreendidos pelo Governo no âmbito das políticas de governação florestal estão resumidamente espelhados no anexo 2A/5.

✓ Necessidades em matéria de políticas REDD+ em São Tomé e Príncipe

Uma abordagem analítica das necessidades já foi feita no âmbito da criação de um quadro permanente de difusão de informação adstrito ao componente 1C.

A abordagem detalhada sobre a materialização destes temas de forma analítica será discutida ulteriormente na fase da construção da estratégia no âmbito da implementação das actividades de IEC consignadas na componente 1C.

As pesquisas previstas nesta abordagem serão baseadas nos resultados dos trabalhos do Instituto Nacional de Meteorologia, do Centro de Investigação Tecnológica e Agronómica (CIAT), do Centro de Aperfeiçoamento Agro-Pecuário (CATAP) e das instituições de Investigação e de ensino superior.

Para os estudos ora a realizar, os Termos de referência serão elaborados e validados a fim de assegurar a coerência entre os diferentes temas tratado nas pesquisas e em função das suas especificidades.

Tabela nº 9: Actividade a realizar e o cronograma detalhado para a componente 2A

Actividades	Ano 1		Ano 2		Ano 3	
	S1	S2	S1	S2	S1	S2
Identificação das causas da deflorestação e da degradação nos diferentes ecossistemas florestais						
Avaliação das taxas de deflorestação e de degradação nos diferentes ecossistemas florestais						
Identificação e avaliação das causas futuras da deflorestação degradação nos diferentes ecossistemas florestais						
Análise da governação em volta da utilização dos recursos florestais						
Análise das políticas sectoriais/legislação com o impacto sobre o estado das florestas						
Análise de problemas de coordenação entre as diferentes políticas florestais						
Análise dos riscos de má gestão dos assuntos públicos						
Inventário e análise das iniciativas/ projectos desenvolvidos pela sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento						
Economia política da REDD+						
Consulta						

Tabela nº 10: Orçamento das actividades do componente 2A

Actividade Principal	Actividade Secundária	Custo estimado (em mil dólares)			
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	TOTAL
Estado actual/ Análise das experiências passadas	Identificação das causas da deflorestação e da degradação nos diferentes ecossistemas florestais	8	8	10	26
	Avaliação das taxas de deflorestação e de degradação nos diferentes ecossistemas florestais	10	12	15	37
	Identificação e avaliação das causas futuras da deflorestação e degradação nos diferentes ecossistemas florestais	11	12	14	37
	Análise da governação em volta da utilização dos recursos florestais	9	10	10	29
	Análise das políticas sectoriais/legislação com o impacto sobre o estado das florestas	8	9	9	26
	Análise de problemas de	7	8	9	24

	coordenação entre as diferentes políticas florestais				
	Análise dos riscos de má gestão dos assuntos públicos	8	8	10	26
	Inventário e análise das iniciativas/projectos desenvolvidos pela sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento	10	10	13	33
	Economia política da REDD+	12	12	12	36
	Consultação	10	10	10	30
TOTAL		93	99	112	304

2b. Opções estratégicas REDD+

Normas 2b devem ser respeitadas no texto do R-PP para satisfazer às disposições desta componente:

Opções estratégicas REDD+

O R-PP deverá incluir um conjunto de estratégias REDD+ sobre as causas da desflorestação e da degradação das florestas e sobre as estratégias nacionais e sectoriais ; uma análise da estratégia emergente REDD+ tal como é hoje assim como do trabalho analítico proposto (e de maneira facultativa, os mandatos) para a avaliação das diferentes opções estratégicas de REDD+. Este resumo deve indicar como é que o País responde aos factores de desflorestação e da degradação de terras na estratégia REDD+ ; um plano de estimação dos custos e das vantagens da estratégia emergente REDD+, particularmente em termos de meios de subsistência rurais, de conservação da biodiversidade e de outros aspectos de desenvolvimento; a factibilidade socioeconómica, política e institucional da estratégia emergente REDD+ ; a consideração de aspectos e dos riscos ambientais e sociais no sectores florestal, agrícola, transportes ou outros, e de um plano de avaliação de riscos de fuga dos gases com efeito de estufa. As avaliações do R-PP devem, no final, produzir uma estratégia mais completa, mais detalhada e mais aprofundada da REDD+.

As propostas de opções estratégicas foram definidas na base da revisão bibliográfica de trabalhos anteriores e reforçadas pela análise das observações *in situ* das causas de desflorestação e degradação de florestas.

A construção da futura estratégia REDD+ de São Tomé e Príncipe deverá durar 3 (três) anos como pressuposto para o arranque da fase de investimentos.

Nesta fase, enquanto estratégia nacional em resposta aos factores de desflorestação e degradação, será largamente difundida a todas as partes interessadas a fim de receber as contribuições para a melhoria do documento final, ao nível nacional. As opções estratégicas para o futuro REDD+ em São Tomé e Príncipe preconizarão atingir os seguintes objectivos:

- (i) Redução de emissões por desflorestação e degradação florestal, bem como promover o aumento dos estoques de carbono, lutando contra as causas directas e indirectas da desflorestação e da degradação das florestas assim como, o aumento e reforço do stock do carbono, no arquipélago santomense ;
- (ii) Fornecimento de co-benefícios (redução da pobreza, desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade) para toda a população.

1. Visão e princípios gerais sobre projecto da estratégia para a REDD+

São Tomé e Príncipe ambiciona ser um país de uma economia verde emergente até 2035, considerando que o processo REDD+ seja uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável, contribuindo assim para a melhoria das condições socio-económicas das populações bem como a protecção do ambiente.

Por isso, estão em curso vários programas para corresponder a esta deliberação e muitos deles estão na fase de preparação para o mecanismo REDD+, como por exemplo o projecto das energias renováveis financiado por GEF/PNUD.

A futura estratégia REDD+ de São Tomé e Príncipe, visa atingir dois objectivos fundamentais: o primeiro refere-se à redução das emissões GEE que será avaliada de maneira objectiva com a criação dos instrumentos de MRV, o segundo, consiste em assegurar a partilha de benefícios para toda a população.

2. Propostas das opções estratégicas para combater as causas directas e indirectas da desflorestação e de degradação das florestas

As propostas das opções estratégicas tomam em consideração as necessidades e particularidades de cada ecossistema analisado. Essas opções não são exaustivas nem conclusivas, na medida em que, quer os factores da desflorestação quer os da degradação florestal são apenas pistas de reflexão em função das poucas informações existentes sobre o processo REDD+, pelo que as mesmas serão aprimoradas durante a fase da construção da estratégia REDD+.

Ademais, a análise das observações *in situ* indica que em São Tomé e Príncipe a degradação florestal é mais evidente do que a desflorestação, uma vez que a principal cultura de exportação, o Cacau é praticada sob regime de sombreamento de um lado, do outro, a agricultura de subsistência é feita em pequenas parcelas em associação de culturas.

São Tomé e Príncipe é um País sumidouro de dióxido de carbono, de acordo com a abordagem pormenorizada nos componentes 3 e 4 A. Neste contexto, em função da visão estratégica do País, é fundamental que se proponha duas categorias de opções estratégicas nomeadamente, opções sectoriais e opções transversais.

Tabela nº 11: Opções Sectorial e Transversal.

Opções sectoriais	Opções transversais.
OPS 1: Agroflorestal	OPT1:Boa governação
OPS2:Produção de Madeira- Construção- combustível	OPT2:Ecoturismo
OPS3:Energia Renovável	OPT3: Ordenamento territorial

Categoria a. As Opções sectoriais de investimento

As actividades a serem desenvolvidas nestes sectores devem estar em conformidade com as políticas agrosilvopastorais em curso no Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

✓ OPS 1: Agroflorestal

Para reduzir eficazmente as emissões provenientes das actividades agrícolas serão necessárias as seguintes acções estratégicas REDD+:

- Implementação de técnicas culturais susceptíveis de assegurar ao mesmo tempo a conservação da biodiversidade e bons rendimentos;
- Formar os camponeses ou agricultores como interface na aplicação destas técnicas de agricultura de conservação;
- Vulgarizar e intensificar as técnicas de agricultura de conservação na prática de cultivo de espécies alimentares adaptada tais como: a mandioca, a banana, o feijão, a batata-doce, a batata, o inhame, etc;
- Melhorar a produção e produtividade, a transformação e a comercialização dos Produtos Florestais Não Lenhosos - PFNL e de outros produtos agrícolas;
- Implementação de acções capazes de trazer uma mais-valia aos produtos locais, quer pela sua transformação, conservação, quer pela valorização dos produtos e subprodutos da pecuária.

Em termos de acções directas sobre as técnicas agrícolas, será necessário aumentar a produção e a produtividade reduzindo as extensões das superfícies agrícolas. Para que isto seja possível, deverão ser realizadas as seguintes actividades entre outras :

- Fertilização através de técnicas agrícolas ecológicas desenvolvendo (agrofloresteira, compostagem, etc);
- Promoção de rotação cultural ;
- Reforço da investigação agrícola com o uso de sementes e variedades melhoradas e performantes;
- Extensão agrícola (difusão de diferentes técnicas agrícolas ecológicas, etc.);
- Introdução de tracção animal (através do uso de bois e burros assim como de pequenas máquinas agrícolas ;
- Diversificação das actividades agrárias (apicultura, aquacultura, piscicultura, e pecuária não convencional de insectos para alimentação e ração).

Importa salientar que, para cada opção do sector agrosilvopastoril, a adoptar, deve se lhe corresponder a sua respectiva zona de aptidão cultural.

Contudo, o conjunto de actividades a serem realizadas devem incidir sobre:

- Processamento de produtos agrícolas com vista a aumentar o seu valor acrescentado;
- Optimização dos benefícios com a reorganização dos produtores em cooperativas agrárias;
- Pesquisa de oportunidades para o escoamento de produtos agrícolas e pecuária;
- Acesso às dotações para a promoção do investimento na produção agropecuária;
- Educação, formação técnica de jovens.

Em relação às questões florestais, o objectivo de São Tomé e Príncipe é de gerir de forma sustentável os recursos naturais e florestais baseando-se na luta contra a exploração anárquica e ilegal de árvores, na formação e a sensibilização da população sobre a importância de conservação das florestas e dos seus recursos, isto é, com as acções relativas à boa governação.

Para a gestão das explorações florestais serão necessárias as seguintes acções:

- Reforço da eficácia da gestão das AP, através de uma adequação entre as acções dos sectores agrícola, energética, florestal;
- Reforço do controlo e a fiscalização das actividades florestais e ambientais para combater a exploração ilegal;
- Reforço em recursos humanos e materiais para capacitar o sector de fiscalização ao abrigo da lei 05/2001.
- Desenvolvimento das florestas comunitárias.

Muitas actividades poderão ser desenvolvidas no quadro das incitativas para a criação de Floresta Modelo, cujas responsabilidades recaem fundamentalmente sobre as comunidades locais que, por sua vez, estejam em permanente diálogo com todas partes interessantes do processo.

Actividades florestais

Deste modo, pode-se salientar as seguintes actividades:

- Valorização dos Produtos Florestais Não Linhosos (PFNL);
- Promoção da participação de grupos de mulheres, podendo gerar a sua renda doméstica;
- Promoção do ecoturismo, sobretudo para a valorização das Áreas Protegidas (PNOST e PNOP);

- Manejo de ecossistemas frágeis tais como os manguezais, e outras zonas húmidas, florestas secas, zonas altas, etc.

As actividades florestais podem igualmente intervir no quadro da gestão dos impactos ambientais de exploração mineira ou outras formas de utilização do solo. Uma das opções que será tomada em consideração será o reforço da aplicação do plano de manejo e de medidas de acompanhamento aquando da sua aplicação, pois, a extração de inertes (exploração mineira) deve ser submetida às medidas para a restauração de sítios anteriormente explorados.

Os co-benefícios relacionados com a implementação da opção florestal não são de menosprezar, porquanto, as actividades ora a implementar podem apresentar um respaldo positivo na qualidade do solo e a protecção dos cursos de água, a contribuição em matéria da conservação da biodiversidade, a criação de empregos e o nível de vida das comunidades locais, etc.

✓ **OPS2: Produção de Madeira-Construção- combustível**

Tendo em conta, o aumento demográfico, as necessidades em madeira de construção por um lado e por outro, o crescente consumo de carvão e lenha como combustível, preconiza-se realizar as seguintes actividades:

- A valorização dos subprodutos da exploração florestal para fins energéticos tal como o referido no componente 2A sobre abordagem das causas indirectas aproveitamento dos restos de madeira para produção de carvão, etc.
- Organização da fileira da madeira para um melhor abastecimento do mercado local (madeira de construção, mobiliário, madeira para lenha e carvão, etc),
- Reforço do papel da mulher na produção e a comercialização de carvão e lenha
- A restauração e a instalação de repovoamentos florestais para a sequestração do carbono e a valorização da madeira para diversos fins em função das zonas ecossistemicas agro-florestais (madeira de construção, mobiliário, madeira para lenha e carvão, etc);
- Promover o acesso à micro-creditos para compra dos fogões melhorados.

✓ **OPS3: Energia Renovável**

O Sector energético em STP caracteriza-se essencialmente pelo consumo de recursos energéticos derivados do petróleo (gasolina, gasóleo, jet A1, gás butano e lubrificantes), da biomassa (lenha) e sendo a energia elétrica essencialmente produzida a partir de centrais térmicas com cerca de 70% do total.

Considerando que a utilização de madeira para energia constitui uma das causas maiores da degradação das florestas, sobretudo nas savanas de norte de São Tomé, pois são zonas muito vulneráveis devido a escassez de chuva naquela parte do País, por isso o agir neste sector requer:

- Criação das alternativas ao fabrico de carvão e uso da lenha de forma que se reduza significativamente a emissão dos GEE. Nesta conformidade as acções devem ser orientadas para a **eficiência energética** a médio prazo, em três etapas diferentes:

Etapla 1: Plantio de espécies de crescimento rápido e de alto valor calorífico;

Etapla 2: Instalação de fornos com técnicas de carbonização melhoradas para produção de carvão de alto valor energético;

Etapla 3: Vulgarização de fogareiros melhoradas nas zonas rurais.

Estas acções poderão contribuir enormemente para a redução das emissões com um ganho estimado em volta de entre 18,71 e 34,16 tCO₂ e anualmente (Feka et al, 2009).

No que concerne à produção de energias limpas as seguintes acções previstas podem ser de médio ou longo termos:

- A produção de energias renováveis e de energia alternativas para todas as zonas rurais onde a energia baseia-se fundamentalmente na queima de carvão e a coleta de lenha ;
- Promoção da produção de energia hidroeléctrica para reduzir a pressão de energia produzida pela EMAE ;
- Promoção de produção de energia com restos de produtos de exploração florestal não utilizados
- Implementação de plantações com espécies de rápido crescimento para fins energéticos (sobretudo nas regiões secas) de norte de São Tomé e de outras localidades onde o fenómeno se faz sentir a problemática de queima de carvão.

As principais dificuldades para implementação dessas iniciativas são de ordem financeira tendo em conta os custos/benefícios de cada investimento de que o País precisa. Assim o mecanismo REDD+ poderá contribuir a realizar esses investimentos, onde os benefícios sejam imediatos em prol da redução das emissões dos GEE. A participação do sector privado é muito importante sobretudo na implementação de novas tecnologias e a sua gestão para o advento duma verdadeira era Economia Verde.

Nota-se porém que a questão energética pode ser relacionada com as outras opções estratégicas, como por exemplo, a exploração florestal: com efeito, a valorização dos subprodutos de exploração florestal assim como de agricultura e pecuária para fins energéticos é uma necessidade. Daí se justifica a necessidade de uma gestão mais sustentável dos recursos e a redução ao longo prazo das emissões de GEE.

As opções estratégicas de investimentos nos diferentes sectores escolhidos devem criar entrosamento com as acções transversais para fazer do REDD+ uma real oportunidade de desenvolvimento sustentável. O resumo das opções estratégicas por zonas eco-sistémicas encontra-se descrito no anexo 2B/1.

Categoria b. As opções transversais, condições de alcance do mecanismo REDD+

As acções transversais devem ser consideradas, pois elas condicionam os resultados desta opção estratégica.

✓ OPT1: Boa governação

A falta de transparência e má governação podem afectar a capacidade de se alcançar os outputs dos projectos a serem preconizados, no âmbito do REDD+. Alguns estudos apontam que algumas limitações de carácter institucional causam uma certa ineficácia e insustentabilidade na implementação de alguns projectos. Assim, para superar as limitações no âmbito de uma boa governação, torna-se necessário a implementação de um conjunto de medidas designadamente:

- A inclusão nos projectos, de acções de reforço das capacidades institucionais, bem como acções de formação e capacitação dos quadros técnicos nacionais;
- O envolvimento de todas as partes interessadas no processo;
- O respeito pelos direitos e as necessidades das populações/comunidades locais.

✓ OPT 2: Ecoturismo

São Tomé e Príncipe poderá ser nos próximos anos um dos destinos turísticos, tanto é que as grandes companhias aéreas estão preocupadas com a modernização das infraestruturas aeroportuárias, a criação de serviços hoteleiros, desenvolvimento da rede rodoviária a

formação de guias turísticos, pois, para além das suas praias quentes o País encanta os seus visitantes pelas suas belezas paisagísticas naturais, um dos 200 sítios mundiais mais importantes do planeta.

A valorização das Áreas Protegidas do Parque Natural Obô de São Tomé e a do Príncipe para o ecoturismo e em particular de observação de pássaros e das belezas naturais do arquipélago é de optar estrategicamente como projecto-piloto para angariar divisas e postos de emprego à população.

✓ **OPT3: Ordenamento territorial**

O processo REDD+ não se oporá aos projectos de desenvolvimento para São Tomé e Príncipe, pois, o mesmo afirma-se como uma alavanca de desenvolvimento. O manejo do território é um instrumento para a tomada de decisões que permita a gestão racional do espaço.

O sucesso na implementação e no cumprimento do plano de desenvolvimento e zoneamento do território depende da melhor gestão de todas as actividades REDD+ sem que haja uma sobreposição (em termos de utilização presente e futuro do espaço, entre os diversos sectores de desenvolvimento. Com efeito, a estratégia de REDD + de São Tomé e Príncipe resulta da natureza multisectorial dos usos de terras, que requer no entanto a participação obrigatória de todos sectores na sua montagem.

Em S. Tomé e Príncipe a adopção de um plano de ordenamento do território constitui uma das prioridades do governo em matéria de ocupação e uso de terras. Tratando-se de um País territorialmente pequeno, e com cerca de 30% de terras de relevo acidentado, uma má gestão do uso de terras pode acarretar consequências graves e conflitos geracionais de difícil resolução. Como por exemplo, a reforma fundiária realizada em 1992, cujos objectivos consistiam em proteger o ambiente e dotar os antigos trabalhadores das roças de meio de subsistência. Se por um lado, o projecto contribuiu para a criação de uma classe de pequenos agricultores independentes, com resultados positivos relativamente à produção alimentar, o mesmo não se pode dizer do ponto de vista ambiental, que foram claramente negativos (abate de árvores, erosão do solo, perda da biodiversidade). Por isso, no âmbito da identificação das opções estratégicas transversais a problemática do ordenamento do território posiciona-se no centro das preocupações nacionais.

Do ponto de vista de título de propriedade, pode-se classificar as propriedades de terras em São Tomé e Príncipe, em duas categorias:

- As terras herdadas das gerações passadas, as chamadas “glebas”;
- As parcelas obtidas do Estado, conhecidas por “lotes”, com o processo de privatização agrícola ocorrida em 1992 merecem uma reflexão profunda e um enquadramento jurídico apropriado ao contexto REDD+.

Relativamente as terras inseridas na primeira categoria, são terras pertencentes aos santomenses mesmo antes da independência e são legitimadas por direito consuetudinário (fundiário) e os donos pagam uma taxa anual.

Dentro das terras pertencentes ao estado subdividem-se em três subcategorias pois umas têm título provisório, outras tem título definitivo e outras ainda não possuem algum título.

Por isso, as questões fundiárias devem ser encaradas com transparência e pragmatismo, pois o estado é o proprietário de todas as terras do País, e muitas famílias e pequenos agricultores possuem o título de posse provisório, o que tem criado muitos conflitos, quando o estado quer reavê-las, para a implementação de projectos para o desenvolvimento socio-económico do País. Neste sentido, a questão da posse de terras é um elemento condicionante para implementação das actividades REDD+, assim o processo deverá tomar em consideração este aspecto. Para tal, o mecanismo REDD+ deve lançar uma reflexão sobretudo naquilo que tange a distribuição de terras de forma a dar a maior sustentabilidade a reforma fundiária de 1992.

As orientações e os objectivos desta reforma agrária ainda não foram cabalmente implementadas, daí que impõe-se uma harmonização da legislação moderna sobre a propriedade fundiária para levar em conta os interesses e as necessidades das comunidades locais.

Para o efeito, deve se levar em conta o seguinte:

- Facilitar a concessão de títulos de terra para os grupos mais vulneráveis, principalmente membros das comunidades e as mulheres;
- Flexibilizar a redução da carga tributária, o custo de obtenção de títulos de terra, em prol desses grupos.
- Fazer um estudo preliminar susceptível de reduzir os riscos de apropriação de terras por parte do sector privado assim como pelas elites locais em detrimento das comunidades ribeirinhas cujo sustento está altamente ligado com os recursos florestais.

O manejo coordenado do território deverá tomar em conta, as projecções de desenvolvimento previstas nos diferentes sectores de actividade:

- O desenvolvimento agrícola
- O desenvolvimento das plantações florestais/repovoamentos (programa nacional de plantio)
- A exploração extractiva de inertes;
- A expansão demográfica.

Tabela nº 12: Cruzamento das Opções estratégicas sectoriais com as transversais

Causas da Deflorestação e Degradação das florestas	Opções estratégicas transversais		
	Boa governação	Ecoturismo	Ordenamento do Território
Agroflorestal	+++	+++	+++
Produção de Madeira- Construção- combustível	++++	+++	++
Energia Renovável	++++	++++	+++

Legenda: + à +++: o menos importante ao mais importante

3. A implementação da futura estratégia REDD+

A implementação da futura REDD+ será feita por dois ministérios tutelares que são o Ministério de Agricultura Pescas e Desenvolvimento Rural e a Secretária do Estado do Ambiente do Ministério das Infra-estruturas. No entanto, dependendo das dinâmicas que serão criadas durante esta fase poderá levar a implicação e/ou solicitação de outras agências governamentais para o efeito.

Durante a fase preparatória, STP começará a implementar projectos-piloto em diversas áreas identificadas e de acordo com as opções estratégicas identificadas de modo que o conceito da REDD+ seja real para que as acções sejam concretas e aplicáveis.

a) Projectos-piloto REDD+

Em colaboração com a equipa Nacional de REDD+ e em parceria com as organizações por identificar (por exemplo ESA/FIDA, OSFAC, outros parceiros de desenvolvimento), seis (06) projectos-piloto de REDD + poderão ser implementados em São Tomé e Príncipe com o Fundo de Prontidão do REDD+ do FCPF.

Objectivos dos projectos-piloto são:

- Alimentar a construção da estratégia com as informações sobre as actividades concretas levadas a cabo no terreno e sobre as reflexões dos actores locais assim como testar as opções REDD+ com vista a tirar ilações para afinar a estratégia nacional;
- Realizar actividades concretas para uma melhor apropriação da REDD+ e produzir emissões de GEE palpáveis e verificáveis. As unidades de carbono serão valorizadas a fim de beneficiar os promotores e todos os actores envolvidos nos benefícios REDD+;
- Servir de base de acção prática da REDD+ nas diferentes zonas ecossistémicas do território nacional onde os mesmos serão implementados.

Para além dos objectivos, os projectos-piloto REDD+ respondem aos seguintes critérios:

- Contribuição à redução real da desflorestação e degradação das florestas, assim como responder às causas da desflorestação e a degradação das florestas bem determinadas;
- A contribuição ao desenvolvimento local;
- A experimentação dos instrumentos de contabilização do carbono florestal nos sítios;
- Experimentação dos sistemas de homologação das actividades REDD+;
- Produção de co-benefícios diversos (respondendo assim as questões relativas ao AASE: social, ambiental e de governação);
- As capacidades técnicas (experiências adquiridas no projecto e as iniciativas REDD+) e financeiras (capacidade de co-financiamento) dos proponentes do projecto.

Esses critérios serão reforçados e submetidos para validação do Comité de Pilotagem depois da concertação com o grupo alvo. **Respostas concretas à fraqueza institucional e administrativa.**

Isto pode ser feito através de três maneiras:

- Pela integração das legislações em vigor, considerando a problemática das mudanças climáticas como elemento de fundo;
- Pelos esforços com vista a aplicação da legislação em vigor e pelo reforço do controlo e de fiscalização das actividades florestais.
- Pela melhoria do princípio de participação junto ao público-alvo (partes envolvidas).

A fim de vigiar a coerência, as actividades previstas nos projectos-piloto, todos os sectores devem envolver-se de modo que haja impactos positivos da REDD+. Os projectos-piloto devem seguir a sua visão política e as futuras opções estratégicas fixadas pelo Comité REDD+.

O Secretariado Técnico com o apoio das instituições especializadas nacionais e internacionais ajudarão a identificar as zonas para a implementação da REDD+ a fim de implantar os projectos-piloto durante a fase preparatória. De facto, devido às facilidades de cobrir todas as zonas do País de uma só vez, deve-se, no entanto, fazer uma abordagem prática, cobrindo totalmente cada uma das 5 zonas durante a fase de investimentos. Daí que vários projectos vão ser implementados na escala nacional, para fazer da REDD+ um verdadeiro instrumento de desenvolvimento nacional.

A gestão das emissões dos GEE, será tratada nos componentes 4 (MRV) e 2C (quadro de implementação) com a construção dos instrumentos já programados em cada componente. Os projectos-piloto apresentados a seguir (lista não completa), são resultados dos trabalhos de reflexão efectuados com o grupo alvo durante as consultas distritais e sessões de prevalidação do e validação do R-PP. Estes projectos cobrem todas as zonas ecossistémicas e contribuem para a redução da pressão sobre os recursos assim como as emissões de GEE.

A identificação dos projectos-pilotos para cada ecossistema está referenciada no anexo 2B/2. A administração central do estado terá uma função principal de regular e facilitar o processo. Em todo o caso, ela pode implementar projectos de demonstração. Os projectos-piloto serão

implementados pela sociedade cível e pelo sector privado e por parceiros técnicos dos Ministérios tutelares.

Uma identificação participativa dos projectos-piloto será feita através de sensibilizações e das consultas ao nível local. Esta identificação será feita através dos elementos do grupo alvo da REDD+ e sobretudo por gestores potenciais dos projectos e das actividades levadas a cabo no terreno.

Tabela nº 13: Actividades a realizar e o cronograma detalhado para o componente 2b de acordo com as opções estratégicas, para São Tomé e Príncipe.

Actividades	Ano 1		Ano 2		Ano 3	
	S1	S2	S1	S2	S1	S2
Estudos preliminares						
Avaliação das potencialidades na redução das Emissões GEE (Componente 4A)						
Avaliação das potencialidades económicas e sociológicas da REDD+ e dos inventários florestais						
Elaboração dos projectos-piloto para a REDD+						
Consultas públicas locais para a identificação das zonas onde implementar os projectos REDD+						
Montagem dos projectos REDD+						
Procura de financiamentos para os projectos-pilotos/negociações						
Implementação dos projecto-pilotos REDD+						
Para a construção da estratégia						
Consultas públicas locais para a construção da estratégia.						
Análise da Estratégia emergente REDD+ para avaliar as opções estratégicas						
Elaboração de um plano de custos						
Avaliação de custos e benefícios do REDD+						
Construção da estratégia						
Correção e emendas na estratégia						
Finalização da estratégia						

Todas as consultas para esta parte são identificadas e detalhadas na parte 1C. Elas não foram tomadas em consideração neste quadro.

Tabela nº 14: Orçamento de actividade do Componente 2b.

Actividades principais	Actividades secundárias	Orçamento em (mil dólares)			
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total
Definição das opções estratégicas para combater as causas da Desflorestação e Degradação das Florestas.	Elaboração de estudos preliminares.	150	150	50	350
	Identificação dos projetos-pilotos				
	Elaboração de projetos-pilotos				
	Gestão dos projectos/seguimento e avaliação				
	Identificação das opções estratégicas.	200	100	100	400
	Logística e materiais				
Total		350	500	150	750

2C: Quadro de Implementação do REDD+

Norma 2c devendo ser respeitado no texto do R-PP para satisfazer as disposições desta componente :

Quadro de implementação da REDD+ :

Descreve as actividades (e possivelmente o mandato em anexo) e produz um plano de trabalho para especificar os dispositivos institucionais e aspectos aplicáveis para REDD + de acordo com o contexto nacional. Determina os principais aspectos para a implementação de REDD + e examina os potenciais dispositivos relacionados; propõe um plano de trabalho que permita a sua avaliação e integração no processo de preparação final.

Os aspectos primários provavelmente serão: a propriedade da terra e os direitos para desenvolver actividades potenciais estratégicas de REDD + "os problemas de governança primária relacionados com REDD +; os dispositivos institucionais necessários para envolver e monitorar atividades de REDD + e transações.

O quadro para a implementação da REDD+ deve responder às seguintes questões:

- ✓ Operacionalização de toda a estrutura institucional envolvida no processo REDD+ (CN REDD+ como entidade orientadora da política e o UN REDD + e UODs REDD+ e a UO REDD+ do Príncipe como entidades executoras e o CTNS como órgão supervisor das actividades a serem realizadas).
- ✓ Adopção de legislação que permita a legalidade e conformidade do processo REDD+ que, por sua vez, deve estar em consonância com a legislação em vigor.
- ✓ Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação para facilitar a sensibilização dos intervenientes (Ver anexo 1C).
- ✓ Preparação de um plano de consulta (Ver anexo 1C).
- ✓ Implementação de estruturas de gestão transparente para resolução de eventuais conflitos que possam surgir no âmbito de implementação do processo REDD+.
- ✓ Desenvolvimento de um sistema que permita a contabilização e monitoramento de unidades de carbono (ver componente 4A).
- ✓ Desenvolvimento de um sistema de partilha equitativa das receitas provenientes do processo REDD+ e um mecanismo para a gestão dos fundos.

1- A ESTRATEGIA A SER ADOPTADA

a) *Sintonia entre as partes.*

As UODs REDD+ e UO REDD+ da Região Autónoma do Príncipe devem trabalhar em conjunto com todas as partes envolvidas que estão presentes ao nível local, incluindo a plataforma da sociedade civil.

b) *Legitimar todo o quadro institucional REDD+. Isto implica desenvolvimento das seguintes acções:*

- Emissão de um decreto-lei pelo Governo no sentido de dar legitimidade à criação, organização e o funcionamento do Comité Nacional REDD+,
- Emissão do despacho do ministro competente para legitimar a criação, organização e funcionamento da UN REDD+, bem como a nomeação dos seus membros nomeadamente Secretariado Executivo e os respectivos membros das Células Técnicas,
- Emissão do despacho do ministro competente para legitimar a criação, organização e funcionamento das UODs REDD+ e a UO REDD+ do Príncipe bem como a nomeação dos seus respectivos membros integrantes.

c) *Adopção de legislação relacionada com o processo REDD+.*

Ainda não há um quadro jurídico exclusivo para implementação operacional do REDD+ em São Tomé e Príncipe.

Enquanto não se adoptem leis e regulamentos específicos para o processo REDD+ durante a fase de lançamento e elaboração da estratégia REDD+ de São Tomé e Príncipe, o actual quadro jurídico florestal e ambiental pode ser aplicado para garantir a legalidade do processo REDD+, por conter disposições normativas relacionadas com reflorestamento e a conservação das florestas.

A legislação para o REDD+ será elaborada durante a fase preparatória. A sua implementação será feita gradualmente, pelo que abrangerá os seguintes aspectos:

- ✓ Gestão de processos;
- ✓ Procedimento para a participação nos programas;
- ✓ Procedimentos oficiais para aprovação / autorização de programas REDD+ / Projetos
- ✓ Direitos de carbono (direitos e obrigações);
- ✓ Distribuição de benefícios;
- ✓ Gestão do financiamento relacionado com resultados decorrentes da execução do REDD+;
- ✓ Gestão de conflitos;
- ✓ Monitoramento do processo REDD+.

Outra alternativa seria proceder uma revisão pontual do actual quadro jurídico florestal e ambiental com vista a incorporar nos referidos quadros jurídicos os aspectos referentes ao processo REDD+ acima referidos.

d) *O mecanismo de reclamação e resolução de potenciais conflitos*

O mecanismo de reclamação e resolução de conflitos irá lidar com:

- Conflitos relacionados com o uso potencial da terra e da repartição de benefícios de REDD+;
- Conflitos em relação ao uso da terra entre os vários participantes (comunidade local, camada da população que depende directamente da floresta, do sector privado, distritos, agricultores, criadores de gado etc.);
- A gestão dos fundos de REDD+ e alocação de benefícios a vários níveis.

As instâncias para a gestão desses potenciais conflitos deverão ser estabelecidas ao nível das Unidades Operacionais Distritais REDD+ e a Unidade Operacional REDD+ do Príncipe de acordo com a mudança da gestão do processo de REDD+ em São Tomé e Príncipe. O mecanismo de reporte de informação para o nível central será realizado de acordo com o plano de comunicações que é desenvolvido no componente 1C.

A última instituição para resolução dos conflitos será o Ministério da Justiça através dos tribunais. É necessário o fortalecimento de capacidade dos Magistrados em relação aos assuntos REDD+ que emitirão a decisão final no âmbito da resolução dos conflitos.

Estudos deverão ser feitos no sentido de identificar claramente o nível de implementação das entidades de resolução de conflitos, as formas, o funcionamento com vista a implementação de um mecanismo eficiente e eficaz para a resolução de conflitos.

e) Repartição de benefícios decorrentes de REDD +

O sucesso do mecanismo de REDD+ dependerá da implementação efectiva de um sistema equitativo de partilha de benefícios provenientes da REDD+, sobretudo para financiar projectos de sobrevivência alternativos do grupo da população que depende directamente da floresta.

Actualmente, o país não dispõe de um quadro jurídico que defina e determina o estatuto jurídico de carbono. O país necessita de assistência técnica internacional para elaboração deste importante diploma legal. Outra alternativa para esta questão é incorporar esta componente no quadro jurídico REDD + aquando da sua elaboração.

f) Mecanismo de gestão de fundos de REDD+

O mecanismo de gestão das receitas do programa REDD+ vai permitir que as receitas sejam transferidas para as Comunidades Locais.

Para o efeito, é necessário que se constitua um mecanismo que permita a transferência das referidas receitas.

Estudos devem ser realizados no sentido de averiguar a forma como deve ser constituído o referido mecanismo de transferência de receitas para as comunidades locais.

2- QUADRO JURÍDICO INSTITUCIONAL REGULADOR DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA

O assunto relacionado com a distribuição e utilização de terras actualmente pertença do Estado é regido pela lei 03/91, quadro jurídico da propriedade fundiária e complementado pelo Decreto-Lei 51/91 e pelo Decreto 10-2/2000.

Segundo o quadro jurídico acima referido, a distribuição de terra que integram o domínio privado do Estado e destinado a fins agrícolas tem como objectivo, mediante um novo ordenamento do espaço rural, a fixação do homem a terra, o aumento da rentabilidade agrícola, a satisfação das necessidades de cada família e a elevação do seu nível de vida.

As terras que integram o domínio privado do Estado e destinadas a fins agrícolas serão distribuídas à:

- a)** Trabalhadores das Empresas Agrícolas,
- b)** Finalistas do Centro de Formação Agro- Pecuária;
- c)** Trabalhadores despedidos no âmbito do Programa de Reforma da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado;
- d)** Desempregados;
- e)** Outros.

A distribuição de terra para fins agrícola terá a forma de contrato de concessão e far-se-á pelo ajuste directo entre as partes e mediante a constituição de Direito de Usufruto a título oneroso é sujeito ao registo.

Tabela nº 15: Actividades e o Horizonte temporal detalhado para a componente 2C.

Actividades	Ano1		Ano2		Ano3	
	S1	S2	S1	S2	S1	S2
Implementação do quadro institucional para a gestão do processo REDD+						
Identificação dos actores ao nível descentralizados						

Implementação de estruturas locais para gestão da REDD+						
Estudo sobre a legislação necessária para operacionalização do processo REDD+						
Implementação gradual da legislação (em função do progresso do processo e o tempo necessário para sua adopção)						
Estudos e Debates sobre mecanismo de reclamação e resolução de conflitos (consulta – ver o componente 1c)						
Implementação de entidade de resolução dos conflitos (ao nível distrital – local)						
Teste dos mecanismos de reclamação previstos.						
Centralização dos dados relacionados com conflitos.						
Pesquisa e análise das experiências nacional e internacional sobre mecanismo de gestão de fundo (não apenas relacionado com floresta)						
Análise das experiências previa e actuais						
Estabelecimento de mecanismo para distribuição (partilha) de receita para o processo REDD+.						
Estudo e Análise das experiências Internacional e Nacional sobre Mecanismo de Gestão Fundo (não apenas relacionado com a floresta)						
Análise das experiências actuais e previas						
Estabelecimento de mecanismo de partilha de receita para o REDD+						

Tabela nº 16: Orçamento do Componente 2C.

Actividades Principais	Actividades Secundárias	Orçamento (em mil de dólares)			
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total
Implementação da legislação	Identificação e Draft das Leis	10	5	5	20
Estabelecimento de Mecanismo de Reclamação	Realização de estudos	15	15	0	30
	Implementação das Entidades	50	50	0	100

	Operacionalização das entidades	100	100	50	250
Estabelecimento de mecanismo de partilha das receitas	Realização de estudos	50	50	20	120
	Institucionalização do mecanismo	0	0	20	20
	Consultas (ver 1C)	0	0	0	0
Estabelecimento de mecanismo de gestão de fundos	Realização de estudos	0	0	30	30
	Consultas (ver 1C)	0	0	0	0
Total		225	220	125	570

2d. Impactos sociais e ambientais do processo de preparação para a REDD+ e sua implementação

Norma 2d que o texto da R-PP deve esperar para este componente : Impactos ambientais e sociais do processo de preparação à REDD+ e sua implementação

A proposta inclui um programa de medidas de precaução coerentes sob forma de uma avaliação dos riscos e impactos ambientais e sociais realizadas conforme ao processo de AASE. Para além disso, a proposta descreve os problemas de garantias pertinentes no contexto dos esforços de preparação do país. Para os países FCPF, um simples plano de trabalho é apresentado sobre o desenvolvimento do processo de AASE, fazendo referência, em caso necessidade, aos outros componentes da R-PP e para a preparação do QGAS.

Os ecossistemas florestais de São Tomé e Príncipe fornecem uma série de serviços e bens ambientais, nomeadamente: **abastecimento** (água, ar, segurança alimentar, madeira, energia, saúde humana); **regulação** (clima, recursos hídricos, catástrofes); **cultural** (espiritual, estético, recreativo) e **apoio** (habitats, nutrientes, produção primária), que são de extrema importância para as comunidades que dependem directa e indirectamente dos recursos florestais, bem como a população em geral. A preservação desses ecossistemas é uma tarefa do homem, pois a sua qualidade de vida depende grandemente do seu grau de conservação.

Durante o processo de elaboração da R-PP, fez-se uma análise das observações *in situ* das **causas directas e indirectas da deflorestação** (componente 2) em São Tomé e Príncipe. As **opções estratégicas** definidas no componente 2b do R-PP permitem reduzir as emissões dos gases de efeito de estufa ligados à deflorestação e degradação florestal e aumentar os estoques de carbono. Entretanto, a implementação dessas opções poderão ter consequências negativas tanto para o homem como para ambiente (biodiversidade, solos, recursos hídricos, etc.).

Para além dos benefícios climáticos esperados com a redução de emissões dos gases do efeito de estufa resultantes sobretudo da deflorestação, espera-se gerar outros benefícios sociais e ambientais no âmbito das actividades da REDD+, através da aplicação dos recursos nas seguintes actividades:

- Reforço da vigilância e monitoramento ambiental;
- Geração de renda através de negócios sustentáveis;
- Desenvolvimento comunitário, pesquisa, saúde e educação;
- Pagamento por serviços ambientais prestados pelas florestas (ciclo hidrológico e conservação dos solos).

O Governo da República Democrática de STP reconhece o potencial da REDD+ em termos de **benefícios** que poderá trazer para a população santomense, mas reconhece também que as actividades da REDD+ poderão gerar **impactos negativos** tanto para o ambiente como para as comunidades.

Em **termos ambientais**, o reforço da gestão sustentável das florestas de produção e das áreas protegidas terá **impactos positivos** sobre a protecção dos solos, dos recursos hídricos e da biodiversidade. Entretanto, uma reflorestação com determinadas espécies exóticas de crescimento rápido, apesar de contribuir para a redução da pressão sobre as florestas naturais e para o fornecimento de madeira para a construção e lenha, pode trazer impactos negativos sobre os solos, os recursos hídricos e a biodiversidade, como por exemplo, o comportamento da cedrela (*Cederela odorata*) em São Tomé e Príncipe.

Do ponto de vista social, a melhoria dos sistemas de produção agrícola e florestal poderá assegurar bons rendimentos, e por conseguinte, garantir a segurança alimentar das comunidades que dependem directamente das florestas. No entanto, a reforma fundiária de 1992, no contexto actual, poderá reduzir os direitos de acesso dessas comunidades às terras, o que poderá gerar conflitos geracionais, tal como referido no componente 2b.

Daí a importância de se proceder à **Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE)** e à preparação de um **Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS)**, de modo a tornar eficaz e sustentável o investimento ora a realizar no âmbito da Estratégia REDD+. A **AASE** visa descrever as medidas de atenuação para prevenir, minimizar e compensar os impactos ambientais e sociais negativos e reforçar ou maximizar os impactos positivos do projecto. Enquanto, o **QGAS** vai avaliar os impactos (bons ou maus) das opções estratégicas REDD+ sobre o ambiente e o homem para confirmar ou infirmar as **opções estratégicas** inicialmente propostas e propor, caso necessário, as acções corretivas ou de compensação. O QGAS será identificado na sequência da construção da AASE e será parte integrante da futura estratégia REDD+.

De acordo com as recomendações do FCPF, a Avaliação Ambiental e Social Estratégica deve prestar uma atenção especial às questões de desenvolvimento, dos direitos humanos, do reforço da protecção dos grupos vulneráveis, da biodiversidade, do património cultural, da equidade do género e da governação.

1. IMPACTOS PROVÁVEIS DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS

1.1. Opções Estratégicas Pré-Identificadas

As opções estratégicas são as opções de política ou de planeamento que nos ajudam a ir de onde estamos até onde queremos chegar. Essas opções são caminhos opcionais que nos auxiliam a atingir os objectivos de longo prazo, associados à nossa visão. Assim, foram definidas as seguintes **opções estratégicas**:

- Agroflorestal
- Produção de Madeira-construção-combustível
- Energia Renovável
- Boa governação
- Ecoturismo
- Ordenamento do território

1.2. PROVÁVEIS IMPACTOS

A partir da análise dos resultados das reflexões realizadas durante a elaboração do R-PP, foram feitas avaliações dos prováveis impactos que poderão ocorrer com a implementação da REDD+. As maiores preocupações em relação aos impactos e riscos ambientais decorrentes da construção da REDD+ dizem respeito a:

- Perda de território e direitos da população local que depende das florestas;
- Exclusão social e tomada dos benefícios pelas elites proprietários de terras;
- Maximização dos benefícios do carbono em detrimento de outros benefícios ou serviços florestais;
- Perda dos meios tradicionais e rurais de existência;
- Conversão das florestas naturais em plantações e outros usos;
- O não envolvimento das comunidades locais no processo de implementação do REDD+.

2. BASE LEGAL PARA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL ESTRATÉGICA

Após a Cimeira do Rio'92, São Tomé e Príncipe iniciou o seu processo de formulação do quadro legal para proteger o ambiente e recursos naturais. A Constituição da República de 1990 no seu Artigo 10º define um dos objectivos do Estado Santomense de *“Preservar o equilíbrio harmonioso da natureza e do ambiente”*, o que revela o engajamento das autoridades nacionais na preservação do ambiente. A Constituição estipula ainda no seu artigo 49º que **“Todos têm direito à habitação e a um ambiente de vida humana e o dever de o defender”**, cabendo ao Estado a responsabilidade de defender o ambiente e os recursos biológicos, através da adoção de estratégias, políticas e legislação ambiental, de âmbito nacional e internacional, para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Com base nos princípios da Constituição da República e da Declaração do Rio sobre o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi criada a **Lei nº 10/99** (Lei de Bases do Ambiente), de 15 de Abril, que define a política nacional de proteção ambiental, incluindo os princípios orientadores para a salvaguarda e valorização da fauna e da flora e determina que o Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares e comunitárias, deve estabelecer padrões de qualidade ambiental, promovendo a melhoria da qualidade de vida, individual e coletiva dos cidadãos. No seu Artigo 25º, a Lei de Bases do Ambiente define o **estudo de impacto ambiental** (EIA) como sendo uma avaliação sistemática conduzida para determinar se um projecto tem ou não um impacto desfavorável no ambiente.

Para dar seguimento a esta lei, foi promulgado o **Decreto Nº 37/99** que estabelece o Regulamento sobre o Processo de **Avaliação de Impacto Ambiental** (AIA). Este Decreto estabelece as etapas do processo de AIA, o conteúdo do EIA, as atribuições das instituições, os deveres do proponente, os mecanismos de avaliação do EIA, as consultas e audiências públicas, licenciamento ambiental,

O **Decreto n. 37/99**, determina as regras e os procedimentos aplicáveis aos **estudos de impacto ambiental** dos projectos de desenvolvimento. Assim, a partir de 2000, os operadores económicos passaram a submeter obrigatoriamente os estudos de impacto ambiental dos projectos antes da sua realização ou implementação. Actualmente todos os doadores ou agências de execução de projectos exigem a inclusão de um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) nos programas e projectos de desenvolvimento.

O Decreto nº 37/99 declara que o processo de EIA deverá ser elaborado pelo proponente das actividades e deverá conter no mínimo: localização e descrição da actividade a desenvolver; diagnóstico da situação ambiental da zona considerando os diversos componentes ambientais; identificação dos efeitos directos, indirectos, potenciais, globais e cumulativos mais significativos sobre o ambiente resultantes da actividade; as medidas para suprimir ou reduzir os efeitos negativos com a indicação do sistema de controlo e monitorização; a indicação das soluções tecnológicas ou de método e formulação de alternativas, incluindo a de não realização da actividade e a justificativa da escolha feita; a proposta do programa, objeto e formas de monitorização.

A Avaliação Ambiental e Social Estratégica deverá rever-se nos princípios do desenvolvimento sustentável e nas políticas de luta contra a pobreza. Assim, ela irá articular-se-á com a legislação em vigor em São Tomé e Príncipe, particularmente com os seguintes documentos:

- ✓ Lei das Florestas, Lei nº 5/2001
- ✓ Lei Fundiária, Lei nº 3/91;
- ✓ Lei da Conservação da Fauna e Flora e das Áreas Protegidas;

- ✓ Planos de Manejo e de Gestão dos Parques Naturais de São Tomé e do Príncipe;
- ✓ Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas ratificada em 1998 e o seu Protocolo de Quioto ratificado em 2008;
- ✓ Convenção sobre a Biodiversidade ratificada em 1998.

Esses documentos serão reforçados e complementados com as cláusulas das políticas de salvaguarda do Banco Mundial que são concebidas para proteger o ambiente e a sociedade contra os efeitos negativos dos projectos, planos, programas e políticas. Para este projecto particular, as políticas de salvaguarda ambiental e social mais pertinentes para São Tomé e Príncipe são: **OP 4.01** relativo à Avaliação Ambiental, **OP 4.04** relativo ao Habitat Natural, **OP 4.11** relativo ao Patrimônio Físico-Cultural e **OP 4.36** relativo às Florestas.

3. INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS E SEU PAPEL NA AASE

As instituições abaixo mencionadas irão intervir na AASE:

- A **Direcção Geral do Ambiente (DGA)** enquanto órgão responsável pela execução e coordenação de todas as políticas do governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe em matéria ambiental assumirá a liderança do processo de implementação da AASE, garantindo a supervisão das avaliações ambientais e sociais;
- A **Direcção das Florestas** que é o Órgão encarregue de dirigir e executar a política do Estado, nos domínios do ordenamento, protecção e conservação das florestas, fomento do património florestal, silvícola, cinegético e agrícola irá em parceria com a Direcção Geral do Ambiente garantir a implementação da AASE;

Durante o processo de consulta para a elaboração do AASE e QGAS outras instituições serão diretamente envolvidas a nível da administração central do Estado, distrital, privado, religioso, académico e sociedade civil, particularmente as ONGs de cariz ambientais.

4. AVALIAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL ESTRATÉGICA (AASE)

Entende-se por Avaliação Ambiental e Social Estratégica como um conjunto de abordagens analíticas e participativas de tomada de decisão estratégica que visam integrar as considerações ambientais e sociais nas políticas, planos e programas e avaliar as suas interações com as políticas económicas e os aspectos institucionais.

São Tomé e Príncipe ainda não se engajou na avaliação ambiental e social estratégica, pois até a data presente as abordagens nunca foram para além da avaliação de impacto ambiental. O processo de Avaliação de Impacto Ambiental (EIA) é bem conhecido em São Tomé e Príncipe, mas tanto a AASE como o QGAS ainda não figuram em nenhum diploma normativo como parte das orientações estratégicas em termos de políticas, planos e programas.

Tendo em conta essas lacunas, a implementação da REDD+ é extremamente importante e é uma oportunidade única que São Tomé e Príncipe tem para solucionar os possíveis constrangimentos e lacunas de natureza técnica e financeira que enfermam o processo de avaliação ambiental e social. Com efeito, torna-se necessário apontar algumas **necessidades** prioritárias:

- Adopção de uma legislação específica para a AASE e QGAS;
- Reforço das capacidades/capacitação para a implementação da AASE e QGAS;
- Apoio técnico/assistência técnica em vários domínios

Adopção de uma legislação específica para a AASE e QGAS;

De acordo com informações da Direcção Geral do Ambiente, tem-se verificado nos últimos tempos uma crescente preocupação dos parceiros de desenvolvimento em relação a aplicação desses instrumentos na decisão e avaliação das opções estratégicas de desenvolvimento. Em São Tomé e Príncipe a AASE tem sido amplamente promovida por agências internacionais de desenvolvimento, como World Bank, BAD, entre outros. Mas, esta exigência é feita à margem de uma legislação específica, o que constitui um entrave grande para a integração das preocupações ambientais e sociais no processo decisório do País. A legislação existente não contempla qualquer dispositivo em relação a AASE e nem tão pouco uma legislação sobre o Plano de Gestão Ambiental e Social. Daí que, é de extrema importância a adopção de uma legislação que tome em consideração esses aspectos de forma a garantir uma gestão sustentável dos nossos recursos naturais.

Reforço das capacidades/capacitação

A integração da avaliação ambiental e social nas políticas de desenvolvimento sustentável do País exige a disponibilidade de pessoal técnico qualificado e em número suficiente, com competências adequadas para à prestação nos domínios exigidos. Por outro lado, as capacidades existentes em matéria de avaliação ambiental e social estratégica não são suficientes ao nível nacional. Assim, prevê-se a realização de acções de formação contínua e ateliers para técnicos de diferentes sectores neste domínio.

Apoio técnico/assistência técnica em vários domínios

Tendo em conta a falta de expertises nesses domínios particulares, é salutar que os quadros técnicos nacionais possam em parceria com outros especialistas desenvolver acções que garantem a eficácia das futuras acções REDD+.

Objectivo da AASE

A AASE tem por objectivo integrar as considerações ambientais e sociais nas políticas, planos e programas e avaliar as suas interações com as políticas económicas e os aspectos institucionais.

5. ETAPAS DE ELABORAÇÃO DA AASE E QUADRO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

O processo de elaboração da AASE e Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS), será conduzido de maneira participativa e interactiva, compreendendo as seguintes etapas fundamentais:

5.1. Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE)

ETAPA 1 – Identificação dos impactos prováveis das opções estratégicas

ETAPA 2 – Determinação das necessidades em dados e do método de recolha desses dados

ETAPA 3 – Avaliação dos impactos ambientais e sociais

A Avaliação Ambiental e Social Estratégica irá fazer a avaliação das lacunas aos níveis jurídico, político, regulamentar institucional para dar respostas aos principais aspectos ambientais, sociais e de governação.

A **AASE** será construída a partir das preocupações de todos os actores, principalmente das comunidades que dependem das florestas e dos recursos florestais. Ela baseará nas experiencias locais em matéria de avaliação de impactos sociais e ambientais.

5.2. Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS)

ETAPA 1 – Elaboração de um plano de atenuação dos impactos negativos e maximização dos impactos positivos.

ETAPA 2 – Identificação dos impactos ambientais e sociais residuais depois da modificação das opções estratégicas;

ETAPA 3 – Desenvolvimento de um plano de reforço das capacidades institucionais para melhorar a gestão ambiental e social da estratégia REDD+.

O **Quadro de gestão ambiental e social** irá fazer a avaliação dos riscos ambientais e sociais das acções específicas na estratégia REDD+ para reduzir a desflorestação e degradação florestal.

6. ALGUNS ASPECTOS A CONSIDERAR NA PREPARAÇÃO DA AASE

Partilha de benefícios:

- Como assegurar que os benefícios do REDD+ vão realmente às mãos dos verdadeiros beneficiários
- Como partilhar os benefícios além da zona de influência do Projecto
- Como garantir que os recursos REDD+ apoiem o desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe?

Utilização da Terra

- Conflitos entre grandes agricultores e agricultura sobrevivência (familiar)
- Pressão sobre os recursos florestais devido o uso das terras

Participação/Governança

- A falta de relação entre o Governo e a comunidade local;
- A cooperação por parte dos diferentes actores está garantida;
- As necessidades e os direitos populações autóctones ou comunidades locais são respeitados;
- A governação está reforçada para garantir que os pagamentos de REDD+ são dirigidos a pessoa certa;
- Qual é a relação entre a implementação do REDD+ e os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODMs) e como harmonizá-los.
- Quem tem o direito de propor / desenvolver um projeto REDD+?

Tabela nº 17: Cronograma do Componente 2d

ACTIVIDADES	RESPONSÁVEL	Ano 1		Ano 2		Ano 3	
		S1	S2	S1	S2	S1	S2
Estabelecimento da gestão da AASE	Equipa de Coordenação Nacional REDD+						
Reforço das Capacidades	Equipa de Coordenação Nacional REDD+ Consultores nacionais e estrangeiro.						
Realização da AASE	Equipa de Coordenação Nacional REDD+ Consultores nacionais e estrangeiro.						
Avaliação dos resultados da AASE	Equipa de Coordenação Nacional REDD+ Consultores nacionais e estrangeiro.						
Implementação da AASE	Equipa de Coordenação Nacional REDD+						
Preparação e implementação do QGAS	Equipa de Coordenação Nacional REDD+ Consultores (nacional. e estrangeiro.)						

Tabela nº 18: Orçamento do Componente 2d.

Actividades Principais	Actividades Secundárias	Orçamento (em mil Dólares)			
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	TOTAL
Estabelecimento da gestão da AASE	Recrutamento da equipa responsável do AASE e QGAS	5			5
	Elaboração e validação dos TDR				
Reforço das Capacidades	Preparação dos instrumentos de formação		10		10
	Realização de acções de capacitação		20		20
	Workshop stakeholders		5	5	10
	Training		5		5
	Coordenação	5	10	10	25
Realização da AASE	Recolha de dados necessários para a construção da AASE (análise dos trabalhos anteriores e dos trabalhos de reflexão dos parceiros técnicos)		10	10	20
	Análise do quadro legislativo		5	5	10
	Análise dos impactos sociais e ambientais da estratégia REDD+		10	10	20
	Desenvolver um quadro de gestão socioeconómica			5	5
Avaliação dos resultados da AASE	Realização de avaliação			5	5
	Apresentação ao grande público dos resultados da AASE e sua validação			5	5
Implementação da AASE	Implementação da AASE		25	25	50
Preparação e implementação do QGAS	Preparação dos TDR				
	Consultas públicas		5	5	10
	Elaboração do QGAS		10	25	35
TOTAL		10	115	110	235

Componente 3 : Elaboração dum nível de referência nacional das emissões para as florestas e/ou de um nível de referência nacional para as florestas

Norma 3 - Devendo ser respeitada no texto do R-PP para satisfazer as disposições desta componente: elaboração de um nível de emissão de referencia nacional e/ de um nível de referencia nacional para as florestas.

Apresentar um plano de trabalho sobre o modo de desenvolvimento do nível de referência para a desflorestação, degradação das florestas (tão desejada), a conservação, a gestão sustentável das florestas e o reforço de estoque de carbono. Incluir ideias preliminares sobre um processo de determinação da abordagem e dos métodos a utilizar (por exemplo, mudança da cobertura florestas e das Emissões GEE sobre a base das tendências históricas e/ou projecções de dados de tendências históricas; combinação dos inventários e/ou teledeteção e/ou SIG ou modelização), dos principais dados necessários das capacidades atuais e das necessidades em matéria de capacidade. Avaliar as ligações com os aspectos tratados na 2a (avaliação das causas de desflorestação), 2b (actividades estratégicas da REDD+) e 4 (concepção dos sistema de seguimento).

(O FCPF e ONU-REDD reconhece que as decisões políticas internacionais pode influenciar sobre este aspecto e que uma abordagem gradual pode ser útil. Esta abordagem define as actividades preliminares propostas).

1- CONTEXTO E JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o acima exposto a Republica Democrática de São Tomé e Príncipe, não dispõe actualmente de uma base de dados consolidada sobre as emissões de GEE, o cenário de Referência nacional ora em análise, desenvolverá uma matriz podendo permitir aos políticos de realizar negociações internacionais sobre o mecanismo de REDD+. Enquanto instrumento de apoio a tomadas de decisões políticas, traduzirá de igual modo o engajamento do governo são-tomense no processo REDD+. Assim sendo, a submissão do presente R-PP à CQNUMC, vai possibilitar ao país de estimar um nível de referência das emissões históricas acompanhado de um factor de ajustamento de desenvolvimento.

Tomando em conta a particularidade enquanto arquipélago de origem vulcânica e vulnerável face as alterações climáticas, o país continua a ser um sumidouro de CO₂. Nesta conformidade, a abordagem proposta vai permitir ao país de proceder ao mapeamento e à monitorização do nível de desflorestação e da degradação florestal, bem como quantificar o aumento do estoque de carbono, as emissões e as remoções históricas de CO₂, através da criação do Sistema Nacional de Vigilância eficaz por imagem Satélite (SNVS) e o MRV.

É importante salientar que os exercícios de modelizações históricas e as projecções das emissões são ferramentas técnicas importantes para assistir a tomada de decisão. A determinação dos cenários de referência devem servir de suporte às decisões políticas que direccionam a execução de acções que evitam ou reduzam a desflorestação.

2- OBJECTIVO

Este componente tem o papel fundamental de estimar as emissões históricas que serão ajustadas em função da situação do país. Os ajustes serão feitos através das variáveis quantitativas, a fim de estimar a taxa de desflorestação e os dados espaciais a serem repartidos geograficamente nas superfícies em causa

3- DEFINIÇÃO DAS FLORESTAS E O PERÍODO DE REFERÊNCIA

O NER/NR de São Tomé e Príncipe será baseado no historial das últimas emissões no período de 10 à 20 anos atrás (1993-2013). Além disso, para estimar o nível, será necessário ter uma definição dos diferentes tipos de assentamentos, a fim de determinar as afectações e ao uso da terra. Essa definição terá uma incidência na definição das Florestas ora a ser adaptada no país.

Todavia, existem várias definições que podem ser tomadas em conta na reformulação da definição da floresta no contexto nacional, dentre as quais pode-se citar a da FAO, do acordo de Marrakech e do acordo do protocolo Quioto da UNFCCC.

A lei de Florestas nº5/2001 do país define no artigo 2º a Floresta como “*mata de vegetação arbórea e predominância de espécies lenhosas, assim como eventual ocorrência de demais formas de vegetação*”⁵.

A FAO define as florestas como “*terra com uma cobertura de copa (ou seu grau equivalente de espessura) com mais de 10 por cento da área e uma superfície superior a 0,5 hectares (ha). As árvores deveriam atingir uma altura mínima de 5 metros (m) em sua madurez*”. (FRA 2010).^[6]

A definição que o país definirá e adoptará para a REDD+ terá em conta a Lei nº 5/2001, Lei de Florestas, a definição da FAO, o Acordo de Marrakech e do Acordo do protocolo Quioto.

4- ESTIMAR AS EMISSÕES HISTÓRICAS DE EMISSÃO/ REMOÇÃO

As emissões e remoções ligadas as futuras mudanças de uso da terra serão obtidos através dos factores de emissão assegurado pelo sistema de S&MRV. O nível de referência será ajustado de acordo com os resultados obtidos do sistema de S&MRV na fase de implementação da R-PP e as estruturas responsáveis pela construção do nível de referência serão criadas. Os dados disponíveis ao nível nacional (mais detalhes no componente 4a).

O primeiro e Inventário Nacional de Gases com Efeito Estufa (IGEE) realizado no ano de 2004 tomou como referência o ano de 1998 e o segundo inventário em 2009 tomou como referência o ano de 2005.

Dados dos últimos inventários de (1998-2005), as emissões e remoções resultantes das Mudanças nas Florestas e outros Stocks de Biomassa estão representados na tabela a seguir:

Tabela nº 19: Emissões comparativas de CO₂ nos anos de 1998 e 2005 ^[7]

MUDANÇA DE USO DE TERRA E FLORESTA	ABSORÇÃO E EMISSÕES SECTORIAIS Gg	
	1998	2005
Mudanças nas florestas e outros stocks da biomassa	-666,12	-689,14
Conversão das florestas em campo	36,77	37,58
Combustão das florestas: emissão de gases equiparados ao CO2	----- --	----- -
Abandonos de terras manejadas	-38,42	-38,43
Mudança de carbono no solo	59,62	59,62
Emissões globais Gg	-608,16	-630,37

Fonte: Inventários de Gases com efeito estufa da 1ª e 2ª comunicação Nacional.

⁵ Lei de Florestas nº 5/2001, Promulgada pelo Presidente da Republica em 12/09/2001

⁶ <http://www.fao.org/docrep/006/ad665e/ad665e06.htm>

⁷ Inventario Nacional de Gases com Efeito Estufa da 1ª e 2ª Comunicação Nacional

Os resultados apurados no último Inventário de Gases com Efeito de Estufa relativo ao sector de Mudanças de Uso de Solos e Florestas, revelam que São Tomé e Príncipe é um País sumidor de dióxido de carbono (CO₂), o que quer dizer que as florestas do país têm tido um papel importante na captura do CO₂ reduzindo as emissões para a atmosfera.

- O primeiro Inventário Florestal Nacional (IFN) realizado no período de 1989-1990 pela firma Sueca INTERFOREST AB, e o segundo IFN em 1999 financiado pelo Projecto ECOFAC na fase III;
- Informação temática incluída na Geodatabase disponível na Direcção Geral do Ambiente (DGA);

O quadro seguinte sintetiza a informação temática incluída na Geodatabase disponível no observatório de informação ambiental da Direcção Geral do Ambiente (DGA):

Tabela nº 20: Informação geográfica de S. Tomé disponível no Observatório de Informação Ambiental na DGA⁸

NOME DO FICHEIRO	INFORMAÇÃO	FORMATO
LIMITE_ST	Limite de S. Tomé	Shapefile
DISTRITOS_ST	Limites administrativos	Shapefile
TOPONIMIA_ST	Topónimos	Shapefile
ALTIMETRIA_ST	Curvas de nível	Shapefile
HIPSOMETRIA_ST	Hipsometria	IMAGINE Image
DECLIVES_ST	Declives	IMAGINE Image
ST_ZONA_PROTEGIDA	Zonas Protegidas	Tab
ST_ZONA TAMPÃO	Zona Tampão	Tab
ST_PLAN_OET	Proposta do plano de ordenamento ecológico	Tab
ST_PLAN_OET_ONLY_FORESTAS	Proposta do plano de ordenamento ecológico somente para as Florestas	Tab
ORIENTACOES_ST	Orientações de encosta	IMAGINE Image
LAGUA_ST	Linhas de drenagem natural	Shapefile
LAGUAP_ST	Linhas de água principais	Shapefile
PAGUA_ST	Planos de água	Shapefile
CSOLOS_ST	Solos (1:50000)	Shapefile
OSOLO1957_ST	Ocupação do solo (1957)	Shapefile
OSOLO1970_ST	Ocupação do solo (1970)	Shapefile
OSOLO2008_ST	Ocupação actual do solo	Shapefile
IF_ST	Vulnerabilidade a incêndios	IMAGINE Image
RSP_ST	Erosão hídrica	IMAGINE Image
EHE_ST	Erosão hídrica	IMAGINE Image
OC_ST	Suscetibilidade a cheias	IMAGINE Image
EC_ST	Erosão costeira	IMAGINE Image

Fonte: Direcção Geral do Ambiente.

⁸ Fonte: Disponível na Geodatabase da do Observatório de Informação Ambiental na Direcção Geral do Ambiente.

4.1- CAPACIDADES EXISTENTES

O país enfrenta algumas dificuldades em dispor de informações Geográficas, geo-espaciais, imagens satélites, cartográficas e outras relevantes adstritas à consolidação da base de dados relativamente ao sector das florestas. Por conseguinte, a ausência de um sistema de monitorização das florestas por satélite gera enormes dificuldades na disponibilização de informações precisas para elaboração de um nível de emissão de referência nacional e/ou de um nível de referência nacional para as florestas quer na prossecução dos próprios parâmetros da desflorestação e degradação florestal, quer ainda na ocupação e uso dos solos.

Existem técnicos com capacidades em SIG e teledeteção distribuídos em diferentes instituições do país, em número muito limitado. Por outro lado, constata-se, que do ponto de vista institucional, o país não dispõe de estruturas adequadas, nem tão pouco dos recursos financeiros para fazer face à implementação do Sistema de Vigilância das Florestas.

Desta forma, a capacitação das instituições e dos técnicos ligados ao sector florestal e uso de solo em geomática florestal e estatística ambiental será de extrema importância, para a análise e quantificação das emissões resultantes da desflorestação e degradação das florestas.

5- ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DE CENÁRIO DE REFERÊNCIA

Uma das etapas importante na construção de cenário de Referência prende-se com o funcionamento dos grupos temáticos (ver componente 1A).

O SNVF & MRV é uma das células técnicas ou departamentos técnicos que prestam assessoria técnica para a implementação das actividades da UNREDD+. A estrutura da célula terá a seguinte composição:

Figura nº 3 - Composição do SNVF & MRV

Os grupos temáticos do SNVF & MRV deverão estabelecer cenários confiáveis de referência das emissões por desflorestação ao nível nacional, articulando com o sistema MRV nacional robusto para a quantificação do carbono. A direcção das Florestas será a instituição responsável pela construção dos cenários de referência em colaboração com a Direcção Geral do Ambiente, bem como as demais instituições que tenham presença directa nas áreas nacionais a serem definidas. As diferentes etapas para a construção do cenário de referência:

- A estimativa dos dados históricos da evolução da cobertura florestal dos últimos 10/20 anos através de fotointerpretação, utilizando imagens satélites;

- A quantificação das estimativas das emissões de referência passadas utilizando as estimativas de biomassa florestal realizadas nos inventários Florestais e nos Inventários dos GEE através da comunicação nacional;
- Previsões de desflorestação e as estimativas das emissões de referência.

Para a execução das etapas acima referenciadas serão necessárias desenvolver um conjunto de actividades que constituirão em:

Activ 1- Desenvolver as diferentes metodologias

- Definição dos protocolos de aquisição e tratamento das imagens via satélite;
- Elaboração de uma metodologia de inventários de estoque de carbono nos cinco reservatórios;

Elaboração de metodologias de verificação dos trabalhos cartográficos no terreno.

Activ 2- Definição do quadro de referência

- A estimativa das diferentes previsões no horizonte temporal de 10/20 anos;
- Adopção de uma definição nacional das florestas face aos novos desafios e emergentes.

Activ 3. Mobilização, avaliação e validação dos dados existentes

- Compilação, revisão, análise e validação das informações disponíveis;
- Realização de workshops com especialistas nacionais e internacionais para definir marcos conceituais e metodológicos, bem como as tecnologias e informações apropriadas.

Activ 4. Estabelecimento do cenário de referência nacional

- Recolha de todas as imagens satélites e ficheiros existentes sobre a cobertura vegetal no período definido de 20 anos atrás (1993-2013) na base da cartografia de superfície existente;
- Estabelecimento de cenários de referência sobre a desflorestação e a degradação florestal com base em tendências históricas e modelos de previsão;
- Desenvolvimento e validação de cenários futuros de desflorestação e degradação florestal ao nível nacional;
- Determinação da evolução do stock de carbono dos períodos de referência;
- Elaborar a cartografia florestal actual;
- Validação e adopção de cenários de referência por parte das autoridades nacionais.

Activ 5. Reforço de Capacidades técnicas e institucionais

O Reforço das capacidades nacionais existentes para o estabelecimento de cenários de referência decorrentes da desflorestação e degradação florestal serão efectuadas através de um plano de reforço das capacidades técnicas e científicas para REDD+.

Realizou-se no âmbito do Projecto MRV no país um curso de capacitação em imagem satélite e teledetecção. Beneficiaram da capacitação 7 quadros técnicos da Direcção das Florestas, Direcção Geral do Ambiente e do Instituto Nacional de Meteorologia. Estes técnicos farão parte do grupo técnico temático nacional da célula de S&MRV. A capacitação munuiu os técnicos de ferramentas capazes de monitorar as florestas, calcular taxas anuais de desmatamento bruto, estimar a degradação das florestas e monitorar em tempo quase real as alterações nos ecossistemas florestais (Amazônia brasileira). Este instituto poderá continuamente capacitar os quadros nacionais afectos nas técnicas de sensoriamento remoto e uso de imagens satélites para a

monitorização das florestas através de programas como o PRODES e o DETER na utilização das funcionalidades da TerraAmazon.

Neste componente serão programadas outras capacitações de forma continuada de forma a, os técnicos estarem preparados para os próximos desafios do REDD+.

✓ **Reforço de Capacidade técnica**

As instituições nacionais deparam com um défice de equipamentos e capacidade técnica para implementar acções em Sistema de Informação Geográfica- SIG e Teledeteção, dentre outros. Estas ferramentas proporcionam a gestão e o planeamento dos recursos florestais. O Gabinete de Reforma Fundiária e a Direcção dos Serviços Geográficos e Cadastrais possuem cartas em formato não numérico o que dificulta a análise da dinâmica de ocupação do solo de forma mais precisa.

É necessário o reforço de capacidades:

- ✓ Dos técnicos nacionais (grupos temáticos) para fazer face aos desafios da REDD+ na criação dos cenários de referência que possibilitará a monitorização florestal eficaz;
- ✓ De forma contínua em sensoriamento remoto, análise espacial e SIG (cartografia) para implementação do plano (**R-PP**) de forma eficaz;
- ✓ Aos membros da célula de MRV, bem como a população local que poderá ser responsável pelo seguimento;
- ✓ Em negociações internacionais sobre o clima e a REDD+, os processos de inventários para o sector agrícola, florestal e utilização do solo.
- ✓ A equipa técnica de coordenação nacional do MRV, as equipas locais de terreno (representantes locais do governo, população local), ONG sobre os inventários GEE/REDD+.
- ✓ Na modelização que será desenvolvida com finalidade de estimar a superfície de desflorestação e espacial a fim de analisar geograficamente a superfície de desflorestamento.

✓ **Reforço de Capacidade tecnológicas**

A direcção das florestas sendo a instituição responsável pela criação dos cenários de referência ao nível nacional enfrenta até actualidade enormes dificuldades em dispor de equipamentos tecnológicos para tratar as informações Geográficas, geo-espaciais através de imagens satélites, cartográficas e outras relevantes adstritas à consolidação da base de dados relativamente ao sector das florestas.

Deverão ser executadas para o reforço de capacidades tecnológicas as seguintes actividades:

- Aquisição de Imagens satélites LANDSAT, SPOT ou RADAR de baixo custo, ou através da cooperação Sul-Sul;
- Internet de boa qualidade ;
- Aquisição de Hardware e Software, etc. Os hardwares e softwares devem ser adquiridos com base nas especificações capazes de suportar a capacidade de armazenamento e de processamento.

6- CRONOGRAMA DAS ACTIVIDADES

Tabela nº 21: Cronograma de actividades do componente 3

ATIVIDADES	Ano 1		Ano 2		Ano 3	
	S1	S2	S1	S2	S1	S2
Actv 1. Desenvolver as diferentes metodologias						
Definição dos protocolos de aquisição e tratamento das imagens via satélite						
Elaboração de uma metodologia de inventários de estoque de carbono no terreno						
Elaboração de metodologias de verificação dos trabalhos cartográficos no terreno						
Actv 2. Definição do quadro de referência						
Estimação das diferentes previsões no horizonte temporal						
Adopção de uma definição nacional das florestas face aos novos desafios e emergentes.						
Actv 3. Mobilização, avaliação e validação dos dados existentes						
Compilação, revisão e análise das informações disponíveis;						
Realização de workshops com especialistas nacionais e internacionais para definir marcos conceituais e metodológicos, bem como as tecnologias e informações apropriadas.						
Actv 4. Estabelecimento do cenário de referência nacional						
Recolha de todas as imagens satélites e ficheiros existentes sobre a cobertura vegetal no período definido de 20 anos atrás (1993-2013) na base da cartografia de superfície existente						
Estabelecimento cenários de referência sobre a desflorestação e a degradação florestal com base em tendências históricas e modelos de previsão						
Desenvolvimento e validação de cenários futuros de desflorestação e degradação florestal ao nível nacional;						
Determinação da evolução do stock de carbono dos períodos de referência						
Elaborar a cartografia florestal actual						
Validação e adopção de cenários de referência por parte das autoridades nacionais.						
Actv 5. Reforço de capacidades						

Aquisição de imagens satélites						
Reforço de capacidades dos atores locais e montagem do NR						
Reforço de capacidades da célula técnica de MRV sobre o NR						

Tabela nº 22 :Orçamento do componente 3.

Actividade Principal	Actividades Secundárias	Orçamento (em milhares de dólares)			
		Ano 1	Ano 2	Ano3	Total
Análises de dados cronológicos	Identificação e validação dos dados históricos	50	50	30	130
	Definição da Floresta	5	-----	-----	5
	Dados futuros	25	25	-----	50
Definição do NER e NR	Modelação e desenvolvimento dos cenários de Referencia	-----	100	100	200
Reforço de capacidades	Formação	30	50	20	100
Total		110	225	150	485

Componente 4: Conceção de Sistemas Nacionais de Seguimento Florestal e de Informação.

4A: Sistema Nacional de Seguimento Florestal

Norma 4a devendo ser respeitada no texto da R-PP para satisfazer as disposições desta componente: Sistema Nacional de Seguimento Florestal

O R-PP representa uma proposta e um plano de trabalho para elaborar, etapa por etapa, um sistema integrado de medição, notificação e verificação das mudanças na deflorestação e/ou degradação das florestas, assim como as atividades de reforço dos recursos florestais. A concepção do sistema deve integrar ideias preliminares sobre o reforço das capacidades do país (através de um sistema de atividades integradas ou coordenadas) para monitorar a redução de emissões e o fortalecimento dos stocks de carbono florestal, bem como avaliar as repercussões da estratégia REDD+ no sector florestal.

O R-PP deve apresentar os principais dados exigidos, as capacidades necessárias, as medidas para garantir a transparência do sistema e dos dados de seguimento, das ideias preliminares sobre os métodos potenciais, assim como a maneira para o sistema aplicar as abordagens participativas de seguimento pelos povos autóctones, tributárias das florestas e doutros povos florestais. O documento também deve abordar a questão da isenção de seguimento e revisão, implicando a sociedade civil e outras partes integrantes, bem como a forma de explorar os resultados para melhorar a implementação do REDD+. A proposta deve apresentar ideias preliminares sobre a maneira como fazer evoluir o sistema rumo a um sistema sofisticado de seguimento do sistema REDD+, possuindo toda capacidade desejada.

O FCPF e UN- REDD reconhecem que esta componente pode ser influenciada por grandes decisões políticas internacionais, e que se seria preciso, talvez, uma abordagem faseada. O R-PP propõe atividades preliminares.

O sistema de Medição, Reportagem e Verificação (MRV) permitirá aos países engajados desenvolver:

- O seguimento das atividades da REDD+ nomeadamente: i) redução das emissões ligados a deflorestação, ii) a degradação das florestas, iii) conservação do stock de carbono, iv) gestão sustentável das florestas, v) aumento do stock de carbono;
- O seguimento das mudanças de afetação das terras nas diferentes zonas agroecológicas;
- O seguimento dos benefícios socioeconómicos e da governação.

São Tomé e Príncipe (STP) no cumprimento das suas obrigações assumidas com CQNUMC (Elaboração da primeira e segunda Comunicação Nacional sobre as MC), adquiriu experiências que lhe podem garantir o desenvolvimento do S&MRV em conformidade com:

- A Decisão 4/CP.15 de Copenhaga, que delineia as orientações metodológicas para as atividades relativas à redução das emissões derivadas da deflorestação e da degradação das florestas, o papel da conservação, da gestão durável das florestas e o aumento dos stocks de carbono florestal.
- O *Guia de Boas Práticas* do sector de utilização das terras e das florestas, estabelecido pelo GIEC em 2003, assim como as *Linhas Diretrizes* sobre o sector da *Agricultura, da utilização das terras e das florestas*, estabelecido também pelo GIEC em 2006.
- A aplicação as normas sobre a cota de carbono e as recomendações técnicas concernentes ao desenvolvimento do S&MRV e da Estratégia REDD+, estabelecidas em Maio 2009 pelo SE da CQNUMC também estão asseguradas através da mesma experiência acumulada.

O país pretende construir o seu MRV em 3 anos, pelas seguintes razões:

- Primeiramente deve-se organizar os dados existentes, sistematizar a sua recolha para criação de uma base de dados coerente;
- Proceder ao reforço das capacidades institucionais, individuais e sistémicas;
- Monitorar o coberto florestal em função do stock de carbono nos diferentes reservatórios: *biomassa aérea, biomassa subterrânea, húmus, madeira morta e solo*.

1. PRINCÍPIOS PARA ELABORAÇÃO DO MRV

O desenvolvimento do S&MRV utilizará essencialmente dois tipos de dados:

- Os resultados dos inventários florestais para a mobilização dos dados de terreno,
- As imagens de satélite e de radar para análise da evolução da cobertura florestal.

Para estimar as emissões e absorções dos GEE, exprimida em tCO_2/ano , duas etapas serão observadas:

- Determinação das mudanças de ocupação das terras entre as diferentes formações florestais; o resultado é chamado de “*variável de atividade*” e se exprime em há/ano ;
- Calcular as emissões e absorções de GEE para cada uma das classes de utilização de terras: o resultado é chamado de “*factor de emissão*” e se exprime em tCO_2/ha . O produto das duas grandezas se exprime em tCO_2/ano .

a) As variáveis de atividade

Para monitoramento da dinâmica da utilização das terras, as linhas diretrizes do GIEC apresentam três tipos de abordagens metodológicas, evoluindo-se a precisão técnica de 1 à 3: *abordagem 1, abordagem 2 e abordagem 3*.

Ao nível nacional existe preliminarmente algum potencial, no que concerne a aplicação da abordagem 3: já se formou alguns técnicos no domínio elementar da geomática (mais formações estão previstas) e também já possui alguns equipamentos informáticos munidos de softwares específicos. Mais para tão já, devido ainda à certas debilidades de ordem organizativo – institucional, é mais seguro, optar-se pela abordagem 1 e ir-se evoluindo gradualmente mas com rapidez para abordagem 3.

A abordagem 1 consiste em:

- Comparar as áreas das categorias de uso das terras em diferentes épocas, sem informações sobre a distribuição espacial das mesmas e nenhuma informação sobre tipos de conversão ocorridas entre as diferentes categorias;

b) Seguimento das emissões e absorções

Os “*fatores por defeito*” utilizados nos cálculos do IGEEs, disponibilizados pelo GIEC, não adaptam às particularidades das diferentes categorias do sector de uso de solos e das florestas em STP. Estes índices incutiram muita incerteza nos resultados dois IGEEs já realizados.

Nestes termos, é imprescindível, o desenvolvimento de capacidades técnicas nacionais para a elaboração de uma caderneta de factores nacionais de emissão, com assistência dum perito internacional.

GIEC definiu três níveis de precisão para estimar as mudanças do stock e do fluxo de carbono, nomeadamente: 1) os chamados “*fatores por defeito*” são preferidos; 2) factores de emissão

específicos do País são utilizados; nível 3) os inventários de biomassa, cujos resultados servem de base para cálculo dos factores específicos da emissão, são realizados em períodos de tempo regulares.

Numa fase de implementação do R-PP, STP não estará ainda a altura de efetuar um IGEE de nível 2, exigido para obter resultados com precisão, que induzem a cotas justas de carbono. Quer dizer que é sensato para o país agir gradualmente numa combinação entre os procedimentos técnicos do nível 1 e os do nível 2.

2. AS INFORMAÇÕES E AS FONTES DE INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS

a) Dados de satélite

Alguns trabalhos de captação e tratamento de imagens satélites ou de radar, para obter um retrato do uso de solos e florestas no território nacional, têm sido feitos por diferentes instituições descoordenadamente, o que faz com que os dados não se encontram agregados numa instituição com atribuições apropriadas. Alguns destes trabalhos e respectivas instituições que realizaram-nas, encontram-se no anexo 1 desta componente.

STP não podendo adquirir imagens satélites ou de radar com seus próprios meios, poderá, por meio de negociações, beneficiar de apoios disponíveis ao nível internacional, sobretudo na sub-região da África Central, das seguintes fontes:

- ✓ A aquisição da SPOT (5m, 10m, 20m) de dados poderá ser facilitado a partir da instalação de uma estação de recepção de satélite em Libreville - Gabão;
- ✓ A aquisição de dados CBERS. Na verdade, a estação receptora Libreville também deve permitir a aquisição de dados do satélite sino-brasileiro em resolução de 20 m.
- ✓ A experiência da Agência Espacial Brasileira (INPE), que tem uma experiência particular no monitoramento e seguimento da cobertura florestal (PRODES / DETER métodos) da Amazônia desde 1988, usando Landsat, MODIS e outras imagens;
- ✓ Experiência técnica na Austrália, que tem uma grande experiência na quantificação de carbono florestal " Sistema Nacional de quantificação de carbono (NCAS)". Esta agência já prestou apoio técnico a dois grandes países florestais, a Indonésia e Papua -Nova Guiné, ajudando-os a desenvolver um sistema de monitoramento adaptado aos respectivos ambiente nacional.

b) Dados cartográficos

Existe em São Tomé e Príncipe cartografia em diferentes escalas sobre muitas temáticas relacionadas com o sector florestal. Mas a problemática reside no facto de todos os mapas disponíveis datarem da era colonial. Encontram-se depositados essencialmente na atual Direção dos Serviços Geográficos e Cadastrais e nas instalações do Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural. No Arquivo Histórico pode-se encontrar eventualmente algumas cartas mais antigas. Os mais usados para atividades diversas são: Carta na escala 1/25 000; Carta na escala 1/75 000, Carta na escala 1/10 000 e Carta na escala 1/50 000. O anexo 2 desta componente apresenta um quadro exaustivo destes dados.

Os mapas existentes não foram atualizados sistematicamente durante muito tempo e atualmente não correspondem às realidades no terreno. ***A aquisição de tecnologias para captação e tratamento de fotografias satélites e de radar é um imperativo para STP, tendo em conta que, hoje em dia, é o***

meio mais pratico para monitorar, seguir e avaliar a evolução dos ecossistemas florestais e as diversas formas do uso de solos.

c) Inventários florestais

Os inventários florestais disponíveis em STP são de tipo único:

- Inventario florestal nacional de 1989-1990

Trata-se do primeiro Inventário Florestal Nacional (IFN), realizado em STP. Baseou-se numa metodologia de amostragem sistemática, onde as respectivas unidades consistiam em quadrados de 400 m de lado. Foram instaladas duas parcelas de forma circular em cada lado deste quadrado, distribuídos numa rede de 3 x 3 Km, cobrindo todo o país e traçados sobre um mapa na escala 1/25 000.

- Inventário Florestal Nacional 1999

Consiste em segundo IFN realizado em STP. Por razões de limitação financeira, neste inventário, deixou-se de fora o maciço da floresta natural do centro-sudoeste, que cobre uma região ultra-acidentado. As metodologias de inventariação foram as mesmas do de 1989.

De 1999 para cá não se realizou mais nenhum inventário florestal. Sendo um dos princípios técnicos da realização dos IFNs, a periodicidade de 10 anos, significa que os dados do IFN já estão ultrapassados 5 anos. **Para o desenvolvimento do processo REDD+ precisa-se realizar o 3.º IFN em STP.**

- Resultados do IFN

Os resultados fundamentais dos dois IFNs realizados, consistem na superfície dos diferentes estratos florestais identificados e validados, e a existência em madeira para todo o país. Nos dois inventários florestais nacionais realizados apurou-se um capital em madeira que varia entre 10 milhões e 12 milhões de m³. Mais detalhes sobre os resultados destes IFNs podem ser consultados nos anexos 3 e 4 desta componente.

d) Avaliação dos stocks de carbono

Os dois IGEE realizados em STP até ao momento, foram feitos a escala nacional e no quadro da elaboração da Primeira e Segunda Comunicação Nacional (PCN e SCN) sobre as Mudanças Climáticas (MC). Basearam-se essencialmente nos dados dos dois IFNs e nas diretrizes do GIEC. No primeiro com ano de referência 1998 calculou-se uma absorção de CO₂ para o sector florestal de – 632,00 Gg e no segundo com ano de referência de 2005 apurou-se uma absorção de – 654,21 Gg de CO₂.

Impõe-se para STP a criação de capacidades técnicas que permitam a medição sistemática da biomassa, para obter dados naturais que servem para conceção dos factores de emissão naturais. Porquanto, estes estão imbuídos de muita incerteza derivada da utilização de “factores por defeito” do GIEC para seus cálculos.

3. O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA MRV

Trata-se do estabelecimento de um sistema de Medição, de Registo (ou notificação) e de Verificação das emissões e absorções do GEE ligadas a REDD+ realmente realizadas. As atividades seguintes serão empreendidas:

1. Pesquisa detalhada sobre todos dados existentes relativos a IFN (incluindo IGEE) e a respectiva Cartografia

- Realização de uma consultoria de curta duração em matéria de cartografia, incluindo trabalhos feitos com auxílio de técnicas de geomática, que consistirá em recolha, análise, compilação e arquivo de todos dados existentes, na perspectiva da utilização dos mesmos para o desenvolvimento do S&MRV e do mecanismo REDD+.
- Desenvolvimento de uma consultoria de curta duração para recolha, compilação e análise dos dados existentes sobre IFN e IGEE, no sentido de estudar a serventia dos mesmos para estabelecer a base de desenvolvimento do S&MRV e do desenvolvimento do mecanismo REDD+.

2. Definição nacional das Florestas

- Conceção e validação duma definição das florestas, específica para STP, com envolvimento de todas partes intervenientes do processo REDD+;
- Conceção e validação duma ficha técnica acessível a todos, precisando as características técnicas da definição nacional das florestas (superfície mínima, altura, densidade) e os meios de identificar estas características.

3. Arquivo de dados S&MRV: transparência, validação de informação

- Criação de um arquivo central para agregar o conjunto de informações e dados, tanto produzidos antes do S&MRV – REDD+ como na época da implementação do sistema e da estratégia. O referido arquivo garantirá a segurança dos dados, seu uso duradouro e facilitará o controlo e validação regular dos inventários pelas estruturas afins.

4. Desenvolvimento do S&MRV propriamente dito

A montagem e desenvolvimento dum sistema MRV em STP, que respeita os 5 princípios-chaves do GIEC, e permita a admissão a estratégia REDD+, impõem sérios desafios a confrontar. No quadro abaixo encontram-se resumidos os principais desafios e os pontos fortes existentes.

Tabela nº 23: Pontos fortes e fraquezas para edificação do sistema MRV

Pontos fortes	Os desafios
<ul style="list-style-type: none"> • Existência dum quadro institucional, composto essencialmente pela Direção das Florestas e da Direção Geral de Ambiente, que podem acolher o processo de desenvolvimento do sistema MRV; • Disponibilidade de dados dos dois IFNs e IGEE realizados em STP; • Existência de uma rede nacional de unidades amostragem (UA) para IFN georreferenciados; • Ensaios de cálculo de stock de carbono florestal realizados nos dois IGEEs; • Disponibilidade de quadros técnicos na DF e DGA, que possuem experiências profissionais na realização do IFN, IGEE; • Disponibilidade de quadros técnicos na DGA e INM com alguma carreira feita em negociações internacionais sobre diferentes processos do MC e REDD+; • Existência de alguns quadros técnicos possuindo alguma expertise em SIG, tratamento de imagens satélite e de radar e teledeteção; • Um quadro jurídico-legal referente ao sector floresta-ambiente suficientemente constituído de textos legislativos em vigor; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de uma definição nacional das Florestas que coaduna com as diretrizes do GIEC, no que concerne ao desenvolvimento do S&MRV e REDD+; • Desconhecimento do paradeiro do mapa com a localização georreferenciada da rede da UA do IFN; • Desenvolvimento de uma tecnologia que permita medir a maior parte do recurso lenhoso explorado ilegalmente; • Recuperação e análise, na perspectiva da DEDD+, dos resultados dos IFNs e IGEE existentes; • Ausência de parâmetros de estimação da biomassa e de factores de emissão nacionais; • Formulação da equação alométrica e método adequado para melhor estimar os stocks de carbono, correspondentes às diferentes formações florestais; • Conceção de uma tecnologia para estimar com precisão as emissões derivadas da desflorestação e degradação das florestas; • Ausência de algum projeto REDD+ em execução ao nível nacional; • Insuficiência de equipamentos informáticos e softwares adequados ao desenvolvimento do sistema MRV.

5. Atividades transversais

- Nas condições de um estado insular, STP deve fazer uma análise e capitalizar experiências sobre projetos S&MRV dos países insulares possuidores de grandes extensões de florestas tropicais;
- Constituição duma equipa nacional multi-autor responsável pelo sistema MRV;
- Formação do pessoal existente e dos novos a serem recrutados para equipa nacional MRV, sobre as recomendações do GIEC, os softwares ad hoc e sobre a produção dos dados da cobertura do solo duma forma geral;
- Verificação dos métodos e dos resultados do nível de referência nacional, relativos aos projetos REDD+ nacionais e dos programas REDD+ regionais;
- Estabelecimento duma ligação entre as componentes 2a e 2b do R-PP afim de, assegurar que o MRV dos GEE florestal permita medir com precisão a eficácia das opções estratégicas REDD+ retidas;
- Montagem dum quadro institucional nacional para gerir tanto o S&MRV como o programa REDD+;

6. Atividades fundamentais e estratégicas

- Produção dum documento contendo os procedimentos técnicos adequados para elaboração de uma situação de base cartográfica geral e duma situação de base cartográfica temática;
- Produção de um guia de procedimentos técnicos para controlo de qualidade e de estimação das incertitudes, arquivo de dados e de gestão de base de dados;
- Baseando-se nos resultados da atividade anterior, elaborar uma cartografia nacional de referência, incluindo cartas temáticas também de referência;
- Em função dos resultados da atividade 1, construir um historial cartográfico da cobertura florestal, tendo como ano de referência 1974 (fim da ocupação de solo colonial), 1990 – 1996 (Início do redimensionamento das terras agrícolas e afetação aos agricultores). Deste historial pode-se apurar a cobertura florestal de referência, tanto no aspeto global como temático.
- A partir dos resultados da atividade 2, construir uma base de dados, concernente ao stock de carbono florestal, que deve alicerçar o desenvolvimento do sistema MRV e a estratégia REDD+.

7. Realização do 3.º IFN

- Conceção da metodologia e do manual de terreno para realização do IFN
- Aquisição de equipamentos e materiais de IFN: GPS, microcomputador portador, motosserra, hipsómetro, prisma relascopico, bussola, fita métrica, suta, etc.;
- Realizar o 3.º IFN propriamente dito: reconhecimento da rede de amostragens estabelecido no 1.º IFN e efectuar as respectivas medições e contagens nas mesmas;
- Redação do relatório dos resultados do 3.º IFN.

8. Realização do 3.º IGEE

- Identificar os parâmetros de estimação da biomassa e os fatores de emissão específicos para STP;
- Dentre os métodos de CHAVE (2005) e de BROWN e LUGO (1997) escolher o que adapta melhor às particularidades de STP, para estimar os stocks de carbono aéreo.

- Efectuar uma escolha do método mais adequado para estimar as emissões derivadas da deflorestação e/ou da degradação.

9. Seguimento e avaliação das emissões derivadas da DD e das absorções

- Comparação dos dados sobre mudanças de afetação de terras (passagem de floresta para outra classe e vice-versa) com os valores de stocks de carbono correspondentes à classe inicial (antes da deflorestação) e a classe final (depois da deflorestação e degradação das florestas);

4. INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS DO MRV

a) A célula MRV do Secretariado Técnico

Um dos principais resultados esperados do projeto S&MNV é a institucionalização de uma Coordenação Nacional REDD+. Dentro desta coordenação deverá estar incluída uma equipa para coordenar o S&MRV ao nível nacional, composta por três grupos temáticos: SIG e Teledetecção, IFN e IGEE.

A célula MRV no contexto da unidade da coordenação REDD+ está amplamente desenvolvida na componente 1a relativo aos arranjos institucionais.

A equipa de S&MRV de STP, pela génese da sua criação intimamente ligada à DF, deverá aproveitar todas potencialidades criadas, tanto humanas como em equipamentos, nesta direcção. Estes condicionalismos devem estender-se também ao CIAT e a DSGC, respetivamente por causa da necessidade de inventariação do stock de carbono no solo e de elaboração de mapas.

Pressupõe-se que pelo facto do governo ter assinado o acordo sub-regional para implementação deste projeto em STP, implicitamente estará engajado na criação do supracitado arranjo institucional.

b) Gestão do registo e seguimento

A gestão do registo e o processo de homologação serão da competência do MAPDR. Este ministério deverá ser apoiado pela DGA e trabalhará em estreita colaboração com o INE.

c) A participação na elaboração e implementação do MRV

As instituições ou arranjos institucionais abaixo descritas, são as que possuem capacidades de base para acolher a elaboração ou participação do S&MRV, com nível exigido pelas diretrizes da CQNUMC e da GIEC:

- Direcção das Florestas do Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural: nesta direcção operam um engenheiro florestal e uma engenheira agrónoma que assumiram com relativo êxito, a elaboração dos IGEEs, específicos para o sector de uso de solos e das florestas. Dois engenheiros florestais com fortes noções sobre tratamento de imagens satélite e teledetecção também contam ao staff técnico deste órgão do estado.
- Direcção Geral do Ambiente, sob tutela do Ministério dos Recursos Naturais, Infraestruturas e Ambiente; onde trabalham quadros técnicos conhecedores dos processos negociais sobre o clima e REDD+ no seio da CQNUMC.

- Direcção dos Serviços Geográficos e Cadastrais, sob tutela do Ministério dos Recursos Naturais, Infraestruturas e Ambiente; a qual foi apetrechada ultimamente com equipamentos modernos para realização de trabalhos cartográficos.
- CIAT (Centro de Investigação Agronómica e Tecnologia), tutelada pelo Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural; donde pode-se aproveitar as competências técnicas existentes na área de análise dos solos, para medir o stock de carbono no solo.
- ONGs que atuam no setor floresta-ambiente, ajudarão certamente na consulta pública concernente e na vulgarização dos desígnios do S&MRV;
- Delegações regionais da administração pública do sector *Floresta – Ambiente*: Delegações Regionais do MAPDR;
- Associações dos Pequenos Agricultores das comunidades agrícolas e as ONGs regionais.
- Observatório independente para controlo da qualidade do S&MRV

A aceitação com maior confiança do S&MRV de STP, pela comunidade internacional, implica um controlo independente e isento da qualidade do sistema e dos dados utilizados. Para este efeito torna-se necessário que um órgão também independente e neutro, assegure as seguintes tarefas: *i) controlo dos métodos de recolha de dados; ii) controlo dos dados utilizados; iii) Controlo das metodologias utilizadas; iv) Coerência dos resultados produzidos pela coordenação nacional S&MRV.*

Para evitar a criação de mais arranjos institucionais que muitas vezes não chegam a ter corpo sequer, ou jamais exercem as suas funções, por motivos subjetivos, deve-se prever para STP, a atribuição da missão em causa à uma Comissão criada no seio do Comité da Supervisão Técnica, previsto na orgânica de Coordenação Nacional REDD+.

A revisão dos resultados do IGEE dos países parte já é rotina no seio do CQNUMC. Sendo assim, a independência e isenção dos serviços produzidos pela comissão proposta, será garantida por estes mecanismos de controlo internacional.

No entanto, para que o desempenho destas instituições correspondam às exigências técnicas da CQNUMC e do GIEC, torna-se imprescindível equipa-las com ***sistemas de arquivo central e segurança de dados, sistema integrado de SIG e de tratamento de imagens satélites e de radar, estações integradas de trabalho informático, equipamentos de trabalhos de terreno, como GPS, Hipsómetro, Suta, Microcomputadores portáteis, bússolas e todos outros equipamentos de trabalho florestal de terreno.***

5. AS CAPACIDADES EM TORNO DO MRV

a) Capacidades técnicas existentes

O êxito do sistema MRV e do mecanismo REDD+ em STP depende em grande medida do recenseamento e da congregação numa organização institucional competente, dos quadros-técnicos possuindo certa carreira técnica em matérias de mudanças climáticas, comunicação nacional, IGEE, geomatica e estatística ambiental; e fomentar a ascensão técnica dos mesmos ao nível de peritos e especialistas em diferentes temáticas atinentes.

A gestão das ofertas de formação e de reforço de capacidades, provenientes de instituições nacionais e regionais, será feita pelas instâncias de decisão previstas no arranjo institucional a ser criada, no decurso deste ano, para coordenar o mecanismo REDD+. Esta gestão consistirá em: *i) pertinência das temáticas oferecidas em função das necessidades; ii) mobilização de pessoas alvo susceptíveis de seguir as formações; iii) e mobilização de pessoas força da proposta em matéria de formações correspondendo às necessidades específicas*

O reforço de capacidades será desenvolvido através de: *i) assistência técnica (de curta e longa duração); ii) sessão no estrangeiro para determinadas técnicas; e iii) dos ciclos de formação em forma de trabalhos dirigidos.*

A cooperação Sul-Sul poderá ser aproveitada para materialização das atividades de formação. Hoje em dia já existem países de sul com boas experiências técnicas em inventário florestal, IGEE, seguimento e monitoramento dos recursos florestais. Dentre estes países destaca-se o Brasil, Índia, as Republicas do Congo-Brazzaville e Congo Democrático e de Camarões.

b) O reforço das capacidades necessárias

O desenvolvimento da estratégia REDD+ em STP, requiere a formação de técnicos em matérias tal como segue:

- Informação, Educação e Comunicação sistémica e sistemática sobre as Mudanças Climáticas e o mecanismo REDD+;
 - Estatística sobre MC e o processo REDD+: recenseamento, organização, arquivo e gestão dos dados já existentes e dos novos que vierem a ser produzidos;
 - Diplomacia internacional e negociações sobre as MC e o processo REDD+, e sobre o IGEE para o sector de Agricultura, Florestas e Outros Usos de Terra (AFOLU);
 - Reforço de capacidades técnicas sobre o IGEE/REDD+, constituído por:
 - Linhas diretrizes do GIEC;
 - Formato do relatório dos inventários;
 - Unidade para medição de carbono;
 - Utilização das tabelas do relatório do GIEC; e a
 - Comunicação Nacional;
 - Formação integral e reforço de capacidades sobre técnicas de cartografia temática através de uso de técnicas de teledeteção e de gestão da informação espacial (SIG), compreendendo a geodesia, correções radiométricas dos dados satélites, classificação de imagens, estimação de incertezas, geodatabase, análises espaciais, gestão de dados vectoriais, topologia, etc.;
 - Reforço de capacidades em matéria de controlo da qualidade dos processos S&MRV e análise de dados utilizados no quadro das recomendações do GIEC.
 - Intercâmbios de experiências e reforço de capacidade sobre os inventários florestais, recuperação do mapa com o georeferenciamento da UA do IFN, instalação das parcelas permanentes e conceção de métodos para desenvolvimento das equações alométricas;
 - Reforço de capacidades e intercâmbio de experiências sobre métodos de cálculo do factor de expansão da biomassa e do coeficiente de expansão radicular.
- As formações em matérias técnicas necessárias para desenvolvimento do S&MRV e do mecanismo REDD+ visão fundamentalmente os seguintes grupos:
- Membros da equipa responsável do MRV, quadros técnicos do CIAT e DSGC que forem indigitados para integrarem a equipa MRV, membros da Coordenação Nacional REDD+ e membros do Comité Técnico de Seguimento;
 - A equipa nacional da IFN e do IGEE, a constituir;
 - Pessoal técnico da DF e da DGA, instituições que se encontram engajados diretamente desde início na preparação do S&MRV e do mecanismo REDD+ em STP.

O desenvolvimento do MRV através da componente 4a (seguimento das emissões e das absorções) far-se-á eventualmente a partir do ano 1. O orçamento para seu desenvolvimento apresenta-se como se segue:

Tabela nº 24: Orçamental do componente 4A.

Atividades principais	Actividades secundárias	Orçamento (em mil dólares)				Observação
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total	
Estabelecimento duma situação de base cartográfica.	Recrutamento de dois consultores-cartógrafos com domínio em técnicas de geomática: 1 internacional e 1 nacional	36	0		36	60 dias de consultoria de Julho à Agosto 2014; cons.int.: 350\$/dia e cons. nac: 250 \$/dia
	Recuperação e compilação de todos dados cartográficos referentes às florestas e outros tipos de uso de solos	5	0		5	Cobertura de despesas com reprodução de documentos, mapas, correios, etc.
	Atelier para validação do parecer/diretrizes sobre a serventia da cartografia existente.	5	0		5	Relativamente ao estabelecimento da situação de referência
Estabelecimento de uma situação de base relativo ao stock de carbono florestal	Recrutamento de dois consultores – experts em IFN e IGEE: 1 internacional e 1 nacional.	36	0		36	60 dias de consultoria de Julho à Agosto 2014: cons.int.: 350\$/dia e cons. nac: 250 \$/dia
	Recuperação e compilação dos dados do IFN e do IGEE existentes	5	0		5	Cobertura de despesas com reprodução de documentos, mapas, correios, etc.
	Atelier para validação do parecer/diretrizes sobre a serventia dos dados existentes.	5	0		5	Relativamente ao estabelecimento da situação de referência
	Estabelecimento da situação de referência para o desenvolvimento do S&MRV e do mecanismo REDD+	5	0		5	Cobertura de despesas com expedientes administrativos e logísticos
	Criação dum arquivo nacional de referência sobre o sistema MRV e o mecanismo REDD+, e o processo MC em geral	10	0		10	Despesas com aquisição de mobiliários de arquivo, equipamentos e outros materiais.
Formação para S&MRV e mecanismo REDD+	Despesas de deslocação (bilhete de passagem, perdiem, visa e etc.), propinas e/ou honorários	15	10	10	35	
Realização do 3.º IFN	Recrutamento de dois consultores: 1 internacional e 1 nacional	36	17	0	53	120 dias de consultoria de Setembro 2014 – Janeiro 2015; cons. int. 350\$/dia e cons. nac: 250 \$/dia
	Aquisição de equipamentos e materiais de trabalho de terreno	35	5	5	45	
	Compra de 2 computadores e programas específicos, micro computadores de campo, impressoras e consumíveis	8	1	1	10	
	Aquisição de 1 viaturas 4x4 + combustível +	30	5	5	40	

	manutenção					
	Reconhecimento da rede de amostragem estabelecida no 1.º IFN e realização do inventário piloto-experimental	10	5	5	20	Cobertura de despesas decorrentes das missões ao terreno
	Implementação do 3.º IFN	35	10	0	45	
	Atelier para validação dos resultados do IFN	0	5	0	5	
Constituição de bases para realização dum IGEE de nível 3	Recrutamento de um assistente técnico internacional e um consultor nacional	0	53	0	53	120 dias de consultoria de Janeiro – Abril 2015; cons. int. 350\$/dia e cons. nac: 250 \$/dia
	Inventariação da biomassa nacional e formulação dos fatores de emissão específicos para STP	0	5	0	5	Cobertura de despesas decorrentes das missões ao terreno
Estudos e outras atividades especiais	Recrutamento de assistentes técnicos internacionais e consultores nacionais.	0	15	15	30	
	Missões ao terreno para pesquisa sobre “puits” de carbono florestal	15	15	10	40	
	Pesquisas no terreno para determinação de emissões de carbono causadas pela desflorestação e degradação	20	10	10	40	
	Monitoramento dos resultados do IFN, identificação e desenvolvimento de temáticas inerentes	20	15	15	50	Por exemplo: georreferenciação (cartografar) áreas desflorestadas e degradadas, áreas ameaçadas para futuro, etc..
Auditoria externa	Auditoria externa	15	15	15	45	
Imprevistos	10% do orçamento	35	19	10	64	
Total		381	205	101	687	

4B: Concepção de um Sistema de Informação sobre as Vantagens múltiplas, os outros impactos, a governação e as garantias

Norma 4b devendo ser respeitada no texto da R PP para atender às exigências deste componente:

Concepção de um sistema de seguimento referentes aos múltiplos benefícios, outros impactos e governança:

O R-PP fornece uma proposta para a concepção inicial e um plano de trabalho, fundamentalmente as ideias preliminares sobre a capacidade (seja por meio de existência dum sistema integrado, seja através de atividades coordenadas) de um sistema de monitoramento integrado, fundamentada em benefícios múltiplos, outros impactos e a governação. Esses benefícios podem incluir melhoramentos dos meios de subsistência rurais, conservação da biodiversidade e fatores-chaves de governação, diretamente aplicáveis à implementação de REDD+ no país. FCPF e UN-REDD reconhecem que as decisões políticas internacionais de peso podem influir neste componente. Assim, uma abordagem gradual pode ser útil. O R PP indica quais atividades preliminares são necessárias.

Para além da medição e seguimento das emissões e absorções do GEE, causadas pela desflorestação, pela degradação das florestas, da conservação dos “stocks” carbono florestal, da gestão durável das florestas e do reforço dos “stocks” de carbono florestal, o sistema MRV de STP servirá também para seguir e avaliar as múltiplas vantagens, benefícios e impactos, resultantes da implementação da estratégia REDD+. A boa governação deste mecanismo, a transparência e o carácter participativo da mesma, são outros aspectos que também serão seguidos e avaliados para além do carbono florestal em si.

1. Elementos à gerir/seguir

a) Impactos sociais, económicos e ambientais da implementação da estratégia REDD+

A implementação de mecanismo REDD+ poderá produzir os seguintes impactos sociais, económicos e ambientais no sector florestal em São Tomé e Príncipe:

- Aumento da renda dos pequenos e médios agricultores de cacau e de café. Os cacauzais e cafezais constituem autênticos sistemas agroflorestais de plantações perenes, explorados também em termos florestais;
- Promoção de rendimento alternativo aos residentes das comunidades rurais que vivem da exploração ilegal e irracional dos recursos florestais;
- Restauração/reabilitação de habitats (ecossistemas florestais) e consequentemente o aumento de elementos da biodiversidade ameaçados (da avifauna sobretudo),
- Melhoramento das condições ecoclimáticas nas zonas de microclima árido, semiárido e subúmido-seco;
- Aumento da disponibilidade de água (através da melhoria de precipitação) para rega na região agrícola.
- Melhoramento das potencialidades naturais para desenvolvimento do ecoturismo
- Reabilitação das terras situadas em zonas declivosas submetidas a práticas que favorecem erosão.
- Contribuição significativa à redução dos abates ilegais e irracionais de árvores e arbustos.
- Controlo dos recursos em madeira existente no país e monitoramento da exploração madeireira

b) Boa governação da estratégia REDD+ e da evolução dos fatores subjacentes da desflorestação e da degradação.

As estruturas e o desenvolvimento de mecanismos para gestão e a implementação da REDD+ estão descritos nas componentes 1a, 1b, e 2c.

Trata-se aqui, concretamente de acoplar aos arranjos institucionais já propostos de uma subestrutura autónoma, que consiga seguir com isenção e neutralidade os impactos ambientais e sociais derivados da implementação do mecanismo REDD+, a semelhança da Agência Nacional de Ambiente (ANA), em vias de ser criada nalguns países da sub-região da África Central.

Em São Tomé e Príncipe já existe um potencial em quadro institucional que pode contribuir para supervisão de outros benefícios, impactos e vantagens, que não seja carbono florestal, nomeadamente:

- Direção Geral do Ambiente;
- Direção das Florestas;
- Direção da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direção Geral dos Recursos Naturais e Energia
- Instituto Nacional de Meteorologia;
- Instituto N. de Estatísticas;
- Direção de Planificação Económica.

c) **Crítérios e indicadores**

Outros impactos, benefícios e vantagens da estratégia REDD+, que não seja monitoramento do carbono florestal, serão seguidos através de indicadores e critérios identificados, que serão permitidos desenvolver no âmbito da realização da EESS, descrita na componente 2d. O desempenho das estruturas e mecanismos com missão para efeito serão seguidos e avaliados com base nos seguintes critérios e indicadores:

- Estatuto e regulamento interno de funcionamento das estruturas da governação da REDD+, mencionadas no componente 1a.
- Plano de atividades, relatórios técnicos, ata de reuniões de trabalho, etc.;
- Conferências, seminários, reuniões de trabalho, e sessões de sensibilização realizados pelas diferentes partes intervenientes da REDD+, descritas na componente 1b;
- Aspectos da estratégia REDD+ incluídos nas diferentes estratégias e políticas de desenvolvimento sectoriais;

2. Montagem e participação no MNV

Os dados recolhidos no quadro do seguimento dos outros benefícios e impactos, também têm que estar dotados de muita transparência e coerência. STP pretende garantir esta transparência por meio dos seguintes mecanismos;

- Publicação de registos, relatórios técnicos e resultados de estudos e pesquisa, levados a cabo no quadro da estratégia REDD+, vulgarizando-os essencialmente para as partes intervenientes;
- Intensificação da cooperação com a OFAC e OSFAC, no âmbito da COMIFAC, afim de, se implementar a supervisão do sector florestal nacional, tendo em conta que STP não possui o Observatório Independente do Sector Florestal;
- Possibilidades de exercer uma supervisão independente, adicional aos resultados de seguimento de outros benefícios e impactos da REDD+ a todos os níveis, serão dadas à todas as partes intervenientes da REDD+, nomeadamente: ONGs e associações da sociedade civil, da população local organizada e do sector privado emergente.

3. Reforço das capacidades

Uma ou outra instituição, estatal ou privada, que administra formação superior ou média, considera-se que ainda se encontram na fase de instalação, e por isso ainda não estão a altura de proporcionar cursos ligados à temática de carbono florestal. Num futuro próximo, com a criação duma Universidade Publica em São Tomé e Príncipe, a criação duma cadeira que se ocupará da medição e economia do carbono florestal é imprescindível.

Por enquanto, através dos mecanismos de cooperação existentes na sub-região da Africa central, por exemplo a COMIFAC, pode-se aproveitar instituições dos países como Cameroon (Universidade de Dschang, Universidade de Yaoundé) e RDC para formar técnicos nacionais em supracitadas matérias.

Deve-se capacitar de forma sistémica a sociedade civil, particularmente a população local, sobre a montagem e o funcionamento do sistema MRV (carbono e co-benefícios)

Tabela nº 25: Orçamento do componente 4b.

Atividades principais	Actividades secundárias	Orçamento (em mil dólares)				Observação
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total	
Seguimento permanente de outros benefícios e impactos do REDD+ (MRV 4b)	Identificação e sistematização de outros benefícios e impactos do mecanismo REDD+ em STP		40		40	Recrutamento de expert internacional e consultores nacionais
	Instituição do sistema de seguimento de outros benefícios e impactos do mecanismo REDD+		15		15	Recrutamento de consultores
	Formulação e execução de ações corretoras		15		15	Recrutamento de consultores
Total			70		70	

Tabela nº 26 : Calendário da execução das componentes 4a e 4b

Ações á empreender	2014	Ano 1		Ano 2		Ano 3
	Sem 2	Sem 1	Sem 2	Sem 1	Sem 2	Sem 1
Ações preliminares						
1.1 Recuperar e organizar todos os dados do IFN, do IGEE e de cartografia do uso de solos, existentes.						
1.2 Recensear o potencial existente em recurso humano.						
1.3 Elaborar diretrizes para a capitalização dos dados e informações existentes.						
1.4 Desenvolver uma orientação estratégica para capitalização do recurso humano existente.						
Ações transversais						
1.5 Apreciar projetos S&MRV de países insulares com condições ecoclimaticas semelhantes à STP.						
1.6 Realizar visitas de intercâmbio à países insulares com condições ecoclimaticas semelhantes à STP.						
1.7 Instalação de uma equipa nacional de trabalho dedicada especificamente à MRV.						
1.8 Congregar, formar e recrutar o pessoal que constituirá a equipa nacional MRV.						
1.9 Conceber e validar a definição são-tomense dos termos “Floresta” Desflorestação” e “Degradação”.						
1.10 Verificar que sinergias podem existir entre MRV e outros projetos do sector floresta – ambiente.						
1.11 Instituir bases dum arquivo central especifico para S&MRV e REDD+.						
Monitoramento das mudanças de uso das terras e florestas.						
1.12 Identificar períodos de evolução do uso das terras e florestas.						
1.13 Elaborar um historial cartográfico do uso das terras e florestas (até 2014).						
1.14 Programar a aquisição de dados						
1.15 Recolher, tratar e interpretar imagens satélite e de radar						
1.16 Realizar missões de reconhecimento e verificação no terreno.						
1.17 Estabelecer a situação de base cartográfica, do uso das terras e florestas.						
Recolha de dados para seguimento do Stock de carbono						
4.1 Formar a equipa do IFN						
4.2 Adquirir equipamentos e materiais de IFN						
4.3 Realizar o inventário piloto-experimental						
4.4 Realizar o 3.º IFN						
4.5 Tratar e interpretar os dados do IFN						
4.6 Elaborar e validar o relatório dos resultados do 3.º IFN						
Inventário e seguimento dos stocks de biomassa						
5.1 Identificar parâmetros nacionais para biomassa.						
5.2 Entre os métodos Chave (2005 e de Brown e						

Componente 5: Cronograma e o Orçamento

Norma 5 que deve ser observada no texto da R-PP para satisfazer as disposições deste componente: Informações detalhadas sobre a necessidade de financiamento

A R-PP propõe um conjunto de actividades com vista a preparação à REDD+ e identifica as actividades de reforço de capacidades e recursos financeiros para sua realização. Cronograma e Orçamento relacionados com assistência técnica e financeira solicitada pela FCPF e/ ou Programa UN- REDD e outras fontes internacionais de financiamento (por exemplo, a ajuda bilateral) devem ser resumidas por ano e de doadores fundos potenciais. As informações apresentadas refletem as prioridades do R PP, e correspondem às necessidades financeiras reais relacionadas com as actividades de preparação à REDD+ previstas no R PP. Toda insuficiencia (necessidade) de financiamento deve ser claramente indicada.

Mobilização de fundos para a fase preparatória.

As actividades consignadas na presente R-PP foram avaliadas a USD 4.814.000,00 (quatro milhões oitocentos e catorze mil dólares americanos). A República Democrática de São Tomé e Príncipe, irá contar com os habituais parceiros de desenvolvimento para financiar este R-PP, dentre os quais destacam-se, o FCPF, LDCF, Fundo Verde, UNREDD, Fundos Bilaterais, Fundos dos parceiros técnicos e financeiros, BAD, Fundo Estratégico de Angola sem esquecer os fundos do OGE.com cerca de USD 100.000,00.

As negociações com algumas instituições internacionais, sub-regionais estão em curso. O projecto REDD+ sub-regional da COMIFAC e o MRV irão obviamente contribuir para as formações e o reforço de capacidades das necessidades constantes da presente R-PP. Desta feita, o secretariado da UN REDD+, deverá desdobrar-se para implementar as actividades programadas para o efeito, porquanto, dum lado, a fase 2 do Projecto MRV vai implementar as actividades que foram identificadas na presente RPP e do outro, o Projecto de Cooperação Sul-Sul com o Brasil poderá implementar as actividades relacionadas com os aspectos de teledetecção do MRV.

As negociações para estes dois projectos estão em curso embora não se tenha conhecido ainda os respectivos montantes para o efeito.

1. ORÇAMENTO GERAL

Tabela nº 27: Estimativa Orçamental Geral

COMPONENTE	SUB-COMPONENTE	ORÇAMENTO EM (DÓLARES)			
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	TOTAL
1	1A. Dispositivos nacionais de gestão da preparação	300	165	115	580
	1B. Difusão de informação e diálogo inicial com Grupos chave das partes envolvidas	351	130	100	581
	1C. Processo de consulta e de participação	162	179	111	452
2	2A. Avaliação do uso das terras, das causas das mudanças de afectação das terras, da lei florestal, das políticas e da governança.	93	99	112	304
	2B. Opções estratégicas REDD+	350	250	150	750
	2C. Quadro de implementação do REDD+	225	220	125	570
	2D. Impactos sociais e ambientais do processo de preparação para a REDD+ e sua implementação	10	115	110	235
3	3. Desenvolvimento dum nível de referência nacional das emissões para as florestas e/ou de um nível de referência nacional para as florestas	110	225	150	485
4	4A. Sistema nacional de seguimento florestal	381	205	101	687
	4B. Concepção de um sistema de informação sobre as vantagens múltiplas, os outros impactos, a governação e as garantias	0	70	0	70
6	6. Concepção de um Quadro de Seguimento e Avaliação	40	30	30	100
TOTAL		2022	1688	1104	4814

2. ORÇAMENTO DETALHADO DOS COMPONENTES

Tabela nº 28: Componente 1a (Dispositivos nacionais de gestão da preparação)

Actividade Principal	Actividade Secundaria	Custos Estimados (em mil de US dólares)			
		Ano1	Ano2	Ano3	Total
Operacionalização do Quadro institucional	Equipamentos	30			30
	Staff (pessoal)	100	100	100	300
	Operação (ao nível central e distrital)	150	75	50	275
	Instituição de resolução dos conflitos	10	5	5	20
Formações	Formação especializada aos membros do quadro institucional	75	50	15	140
	Formação aos stakeholders	25	20		45
Intercambio	Participação em negociações internacionais	50	50		100
	Participação nos intercâmbios entre países.	20	20		40
Total		460	320	170	950

Tabela nº 29: Componente 1b (fusão de informação e diálogo inicial com Grupos chave das partes envolvidas)

Orçamento da componente 1B					
Actividade Principal	Actividade Secundária	Custo estimado (por milhares de Dólares)			
		Ano I	Ano II	Ano III	Total
Difusão de informação e diálogo inicial com Grupos chave	Capacitação de Jornalista dos diversos meios comunicação nacional.	10	12	15	37
	Criação de células a nível dos meios de comunicação nacional.	3	5	2	10
	Concepção dos suportes de comunicação e informação.	325	100	70	495
	Advocacia com os órgãos de soberania e os parceiros.	3	3	3	9
	Consultas e Monitoramento	10	10	10	30
Total		351	130	100	581

Tabela nº 30: Orçamento do Componente 1C

Orçamento da componente 1C					
Actividade Principal	Actividade Secundária	Custo estimado (por milhares de Dólares)			
		Ano I	Ano II	Ano III	Total
Identificar as necessidades dos arranjos institucionais e normativos em cada um dos sectores para desenhar e implementar uma estratégia REDD+ a nível nacional.	Reuniões de alto nível				
	Entrevistas com pessoas-chave das instituições	2	2	2	6
	Mesas técnicas com instituições a nível nacional.				
	Reuniões com as associações sobre mudanças climáticas.	12	24	12	48
	Grupos focais em cada região.	6	6	6	18
	Foros com peritos sobre florestas, serviços ambientais motivadores de desflorestação.	9	9	9	27
	Mesas temáticas nacionais	15	9	9	33
Definir protocolos de consultas para o desenvolvimento e implementação de iniciativas REDD+.	Consultas temáticas a nível distrital e regional com comunidades agrícolas.	12	12	12	36
	Protocolo de consultas de instrumento normativo para a REDD	1	1	1	3
	Elaboração de propostas técnica institucional (Presidência, M. da Justiça, M. Agricultura e M. do Ambiente).	12	12	12	36
	Atelier de consulta com as comunidades agrícolas a nível nacional.	15	15	10	40
Integração dos actores locais no sistema de monitoramento para o REDD+	Atelier para discutir a implementação dos actores locais no sistema de monitoramento do REDD+ (7 ateliers)	15	15	5	35
Construir de forma participativa estratégia de avaliação social e ambiental (AASE) e um marco de monitoro e manejo ambiental e social (QGAS)	Seminários nacionais sobre o AASE e QGAS.	10	30	0	40
	Consolidar mecanismos de transparência, análise e controlo social e nível local, regional e nacional.	15	10	10	35
Desenhar e implementar uma estratégia de comunicação direccionada ao público-alvo.	Estratégia nacional (para instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e comunidades locais)	8	7	8	23
Desenhar e implementar programas de fortalecimento de capacidades para cada grupo de actores.	Fortalecimento de capacidades institucionais, comunitárias e sectoriais.	30	27	15	72

Tabela nº 31: Orçamento do componente 2A

Actividade Principal	Actividade Secundária	Custo estimado (em mil dólares)			
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	TOTAL
Estado actual/ Análise das experiências passadas	Identificação das causas da deflorestação e da degradação nos diferentes ecossistemas florestais	8	8	10	26
	Avaliação das taxas de deflorestação e de degradação nos diferentes ecossistemas florestais	10	12	15	37
	Identificação e avaliação das causas futuras da deflorestação e degradação nos diferentes ecossistemas florestais	11	12	14	37
	Análise da governação em volta da utilização dos recursos florestais	9	10	10	29
	Análise das políticas sectoriais/legislação com o impacto sobre o estado das florestas	8	9	9	26
	Análise de problemas de coordenação entre as diferentes políticas florestais	7	8	9	24
	Análise dos riscos de má gestão dos assuntos públicos	8	8	10	26
	Inventário e análise das iniciativas/projectos desenvolvidos pela sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento	10	10	13	33
	Economia política da REDD+	12	12	12	36
	Consulta	10	10	10	30
TOTAL		93	99	112	304

Tabela nº 32: Orçamento do Componente 2B.

Actividade Principal	Actividade Secundária	Orçamento em (mil dólares)			
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total
Definição das opções estratégicas para combater as causas das Desflorestação e Degradação das Floresta.	Elaboração de estudos preliminares.	150	150	50	350
	Identificação dos projetos-pilotos				
	Elaboração de projetos-pilotos				
	Gestão dos projectos /seguimento e avaliação				
	Identificação das opções estratégicas.	200	100	100	400
	Logística e materiais				
Total		350	500	150	750

Tabela nº 33: Orçamento do Componente 2C

Actividade Principal	Actividade Secundária	Orçamento (em mil de dólares)			
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total
Implementação da legislação	Identificação e Draft das Leis	10	5	5	20
Estabelecimento de Mecanismo de Reclamação	Realização de estudos	15	15	0	30
	Implementação das Entidades	50	50	0	100
	Operacionalização das entidades	100	100	50	250
Estabelecimento de mecanismo de partilha das receitas	Realização de estudos	50	50	20	120
	Institucionalização do mecanismo	0	0	20	20
	Consultas (ver 1C)	0	0	0	0
Estabelecimento de mecanismo de gestão de fundos	Realização de estudos	0	0	30	30
	Consultas (ver 1C)	0	0	0	0
Total		225	220	125	570

Tabela nº 34: Orçamento do Componente 2d

Actividade Principal	Actividade Secundária	Orçamento (em mil Dólares)			
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	TOTAL
Estabelecimento da gestão da AASE	Recrutamento da equipa responsável do AASE e QGAS	5			5
	Elaboração e validação dos TDR				
Reforço das Capacidades	Preparação dos instrumentos de formação		10		10
	Realização de acções de capacitação		20		20
	Workshop stakeholders		5	5	10
	Training		5		5
	Coordenação	5	10	10	25
Realização da AASE	Recolha de dados necessários para a construção da AASE (análise dos trabalhos anteriores e dos trabalhos de reflexão dos parceiros técnicos)		10	10	20
	Análise do quadro legislativo		5	5	10
	Análise dos impactos sociais e ambientais da estratégia REDD+		10	10	20
	Desenvolver um quadro de gestão socioeconómica			5	5
Avaliação dos resultados da AASE	Realização de avaliação			5	5
	Apresentação ao grande público dos resultados da AASE e sua validação			5	5
Implementação da AASE	Implementação da AASE		25	25	50
Preparação e implementação do QGAS	Preparação dos TDR				
	Consultas públicas		5	5	10
	Elaboração do QGAS		10	25	35
TOTAL		10	115	110	235

Tabela nº 35: Orçamento do Componente 3.

Actividade Principal	Actividade Secundária	Orçamento (em milhares de dólares)			
		Ano 1	Ano 2	Ano3	Total
Análises de dados cronológicos	Identificação e validação dos dados históricos	50	50	30	130
	Definição da Floresta	5	-----	-----	5
	Dados futuros	25	25	-----	50
Definição do NER e NR	Modelação e desenvolvimento dos cenários de Referencia	-----	100	100	200
Reforço de capacidades	Formação	30	50	20	100
Total		110	225	150	485

Tabela nº 36: Orçamento do Componente 4A.

Actividade Principal	Actividade Secundária	Orçamento (em mil dólares)				Observação
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total	
Estabelecimento duma situação de base cartográfica.	Recrutamento de dois consultores-cartógrafos com domínio em técnicas de geomática: 1 internacional e 1 nacional	36	0		36	60 dias de consultoria de Julho à Agosto 2014; cons.int.: 350\$/dia e cons. nac: 250 \$/dia
	Recuperação e compilação de todos dados cartográficos referentes às florestas e outros tipos de uso de solos	5	0		5	Cobertura de despesas com reprodução de documentos, mapas, correios, etc.
	Atelier para validação do parecer/diretrizes sobre a serventia da cartografia existente.	5	0		5	Relativamente ao estabelecimento da situação de referência
Estabelecimento de uma situação de base relativo ao stock de carbono florestal	Recrutamento de dois consultores – experts em IFN e IGEE: 1 internacional e 1 nacional.	36	0		36	60 dias de consultoria de Julho à Agosto 2014; cons.int.: 350\$/dia e cons. nac: 250 \$/dia
	Recuperação e compilação dos dados do IFN e do IGEE existentes	5	0		5	Cobertura de despesas com reprodução de documentos, mapas, correios, etc.
	Atelier para validação do parecer/diretrizes sobre a serventia dos dados existentes.	5	0		5	Relativamente ao estabelecimento da situação de referência
	Estabelecimento da situação de referência para o desenvolvimento do S&MRV e do mecanismo REDD+	5	0		5	Cobertura de despesas com expedientes administrativos e logísticos
	Criação dum arquivo nacional de referência sobre o sistema MRV e o mecanismo REDD+, e o processo MC em geral	10	0		10	Despesas com aquisição de mobiliários de arquivo, equipamentos e outros materiais.
Formação para S&MRV e mecanismo REDD+	Despesas de deslocação (bilhete de passagem, perdiem, visa e etc.), propinas e/ou honorários	15	10	10	35	
	Recrutamento de dois consultores: 1 internacional e 1 nacional	36	17	0	53	120 dias de consultoria de Setembro 2014 – Janeiro 2015; cons. int.

Realização do 3.º IFN						350\$/dia e cons. nac: 250 \$/dia
	Aquisição de equipamentos e materiais de trabalho de terreno	35	5	5	45	
	Compra de 2 computadores e programas específicos, micro computadores de campo, impressoras e consumíveis	8	1	1	10	
	Aquisição de 1 viaturas 4x4 + combustível + manutenção	30	5	5	40	
	Reconhecimento da rede de amostragem estabelecida no 1.º IFN e realização do inventário piloto-experimental	10	5	5	20	Cobertura de despesas decorrentes das missões ao terreno
	Implementação do 3.º IFN	35	10	0	45	
	Atelier para validação dos resultados do IFN	0	5	0	5	
Constituição de bases para realização dum IGEE de nível 3	Recrutamento de um assistente técnico internacional e um consultor nacional	0	53	0	53	120 dias de consultoria de Janeiro – Abril 2015; cons. int. 350\$/dia e cons. nac: 250 \$/dia
	Inventariação da biomassa nacional e formulação dos fatores de emissão específicos para STP	0	5	0	5	Cobertura de despesas decorrentes das missões ao terreno
Estudos e outras atividades especiais	Recrutamento de assistentes técnicos internacionais e consultores nacionais.	0	15	15	30	
	Missões ao terreno para pesquisa sobre “puits” de carbono florestal	15	15	10	40	
	Pesquisas no terreno para determinação de emissões de carbono causadas pela desflorestação e degradação	20	10	10	40	
	Monitoramento dos resultados do IFN, identificação e desenvolvimento de temáticas inerentes	20	15	15	50	Por exemplo: georreferenciação (cartografar) áreas desflorestadas e degradadas, áreas ameaçadas para futuro, etc..
Auditoria externa	Auditoria externa	15	15	15	45	
Imprevistos	10% do orçamento	35	19	10	64	
Total		381	205	101	687	

Tabela nº 37: Orçamento do Componente 4b

Actividade Principal	Actividade Secundária	Orçamental (em mil dólares)				Observação
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total	
Seguimento permanente de outros benefícios e impactos do REDD+ (MRV 4b)	Identificação e sistematização de outros benefícios e impactos do mecanismo REDD+ em STP		40		40	Recrutamento de expert internacional e consultores nacionais
	Instituição do sistema de seguimento de outros benefícios e impactos do mecanismo REDD+		15		15	Recrutamento de consultores
	Formulação e execução de ações corretoras		15		15	Recrutamento de consultores
Total			70		70	

Actividade Principal	Actividade Secundária	Orçamento (em milhares de dólares)			
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total
Seguimento e Avaliação	Concepção de um Manual de Procedimentos	10			10
	Estabelecimento de Seguimento	10	10	10	30
	Avaliação Técnica e Financeira	20	20	20	60
TOTAL		40	30	30	100

Tabela nº 38:
Orçamento do
Componente 6
Seguimento e Avaliação

Componente 6 – Concepção de um Quadro de Seguimento e Avaliação

Norma 6 que o texto da R-PP deve alcançar para este componente – Elaborar um quadro de seguimento e avaliação

O R-PP descreve de maneira adequada os indicadores que serão utilizados para seguir as performances do R-PP e identifica de maneira reativa os problemas eventuais de implementação. O R-PP demonstra que o quadro de seguimento e avaliação apoiará de maneira transparente a gestão financeira do R-PP.

A criação do Comité de Seguimento do Grupo de Coordenação técnica e científica para as actividades do Projecto MNV/REDD+, através do Despacho nº 29/2013, do Ministro de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, datado de 01 de Agosto de 2013, revela a criação de bases para o quadro de seguimento e avaliação dos Projectos REDD+.

Este Comité tem como função fiscalizar, fazer balanço das actividades e financeiras programadas e executadas pelo Projecto MNV/REDD+ em São Tomé e Príncipe, emitir pareceres e comentários pertinentes, como aprovar e/ou reprovar os relatórios que lhes sejam submetidos.

Trata-se do estabelecimento dos indicadores que permitem avaliar o avanço da fase preparatória do processo REDD+ de São Tomé e Príncipe. Com efeito, o sistema de avaliação das fases seguintes só será montado durante a fase preparatória, com a construção da estratégia. Estes sistemas de avaliação a longo prazo compreenderão entre outros a AASE e os elementos do MRV.

Objectivo do Quadro de Seguimento e Avaliação

O objectivo da implementação do quadro de seguimento e avaliação é ser capaz de avaliar objetivamente o progresso do processo, mais especificamente dos elementos fornecidos/disponíveis para o R-PP. Este seguimento e avaliação será um quadro que irá assistir o processo de forma que o mesmo seja efetivo, eficiente e em particular transparente.

Áreas de aplicação para seguimento e avaliação

O quadro de seguimento e avaliação deve considerar os seguintes aspectos:

✓ Do ponto de vista técnico:

- Resultados e inventários do progresso de cada aspecto do R-PP, durante a preparação do relatório semi-anual e anual. Estes relatórios devem conter as recomendações para cada aspecto do R-PP;
- Actualizar os planos necessários no sentido de integrá-los na futura planificação.

✓ Do ponto de vista Financeiro:

- O uso dos Fundos em relação aos resultados realizados
- A declaração anual das finanças será auditada por auditores externos Se for necessário, os pedidos de financiamento adicionais poderão ser emitidos. Em caso contrário, os fundos serão relocados para outras actividades.

Os relatórios de seguimento e avaliação, bem como auditorias periódicas e os relatórios de progressos serão realizados de conformidade e publicados quando necessário.

Instrumento para o seguimento do processo REDD+

O seguimento e avaliação serão a combinação dos resultados de duas abordagens: um seguimento e avaliação do processo e um seguimento e avaliação em função dos objectivos e resultados previamente fixados.

Um manual de seguimento e avaliação do R-PP deverá ser realizado nos primeiros tempos do lançamento da primeira fase. Este manual deverá ser operacional e permitirá a colheita das informações sobre o avanço do processo.

Duas etapas importantes devem ser consideradas para a avaliação do processo: uma avaliação a meio percurso, no fim do segundo ano de execução do R-PP e uma avaliação final no fim do processo.

Frequências de seguimento :

Os relatórios de avanço periódicos serão realizados para cada domínio do processo. O mecanismo de recolha das informações será assim simplificado a fim de não perder muito tempo às pessoas responsáveis da implementação da fase I do processo.

O relatório anual das actividades, os relatórios semestrais são feitos com vista a ter uma visão de conjunto do processo em curso e para informar o Comité de Pilotagem sobre o avanço dos trabalhos. O Relatório anual será resultado de um trabalho em comum realizado pela célula IEC e Secretariado Técnico. Este relatório será submetido ao Ministério da tutela das florestas, ao Governo, ao parlamento e às partes interessadas.

Operacionalização do sistema de seguimento

O seguimento do processo REDD+ será sob a responsabilidade do Secretariado Técnico. Os comités técnicos departamentais serão mobilizados para fazer subir as informações de base para o Secretariado Técnico.

Tabela nº 39: Matriz de seguimento da implementação do R-PP

Compon entes	Actividade	Cronograma						Indicadores
		Ano 1		Ano 2		Ano 3		
		S1	S2	S1	S2	S1	S2	
IA	Definição das funções de cada autor e de cada instituição							TDR Acta das reuniões
	Estabelecimento da representação da Plataforma da sociedade civil (ao nível central e distrital)							Decreto que cria Plataforma Mecanismos inter-ministeriais ou intersectorias levam a cabo reuniões regulares
	Reunião do Comité Nacional REDD+ (CN REDD+)							Acta das reuniões Nº de reuniões CN realizadas
	Recrutamento dos especialistas							Contratos assinados
	Estabelecimento das Unidades Operacionais							
	Formação dos membros do CN REDD +							100% dos membros do CN formados Relatório da formação

	Estabelecimento de Unidade de Resolução de Conflitos							Criação de Unidade de Resolução de Conflitos Existe um engajamento político para Resolução de Conflitos
IB	Criação do Comité REDD + para informações (ver comp. 1-A)							Decreto que cria Comité REDD + e respectivo TDR do Comité
	Elaboração de uma estratégia para implicação das comunidades tributárias das florestas							Identificação das comunidades tributárias Documento de estratégia validado e publicado
	Capacitação de Jornalista dos diversos meios comunicação nacional.							60 % de jornalistas capacitados em REDD+
	Criação de células a nível dos meios de comunicação nacional.							% células a nível dos meios de comunicação nacional criadas
	Concepção dos suportes de comunicação e informação.							Número de desdobráveis produzidos e distribuídos
	Plaidoyer com os órgãos de soberania e os parceiros.							Número de seminários, conferências e palestras realizadas
	Concepção do Plano de consulta e participação							Validação de Plano de Consulta
	Implementação do Plano de consulta e participação							Relatório das consultas realizadas e lista dos respectivos parceiros
	Consultas e Monitoramento							
IC	Identificar as necessidades de adequação institucional e normativa em cada um dos sectores para desenhar e implementar uma estratégia REDD+ a nível nacional.							Nº de reuniões de consultas realizadas e as respectivas pessoas contactadas
	Definir protocolos de consultas e consentimento livre prévio e informado para o desenvolvimento da implementação de iniciativas REDD+.							Protocolos preparados
	Integração dos actores locais no sistema de monitoramento para o REDD+							50% dos membros das comunidades do projecto aumenta a sua sensibilidade em relação ao REDD+
	Construir de forma participativa a							60% da sociedade civil

	Avaliação Ambiental e Social e Estratégica (AASE) e um Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS)							presente no processo de preparação do AASE e QGAS
2A	Identificação das causas da desflorestação e da degradação nos diferentes ecossistemas florestais							Realização de consultas sectoriais e multisectoriais
	Avaliação das taxas de desflorestação e de degradação nos diferentes ecossistemas florestais							Elaboração de relatórios periódicos Recolha de dados Mapeamento e monitoramento
	Identificação e avaliação das causas futuras da desflorestação e degradação nos diferentes ecossistemas florestais							Elaboração de relatórios periódicos Recolha de dados Mapeamento e monitoramento
	Análise da governação em volta da utilização dos recursos florestais							Nível de performance das instituições Aplicação da legislação
	Análise das políticas sectoriais/legislação que com o impacto sobre o estado das florestas							Aplicação eficaz da legislação em matéria florestal.
	Análise de problemas de coordenação entre as diferentes políticas florestais							Realização de consultas sectoriais e multisectoriais
	Análise dos riscos de corrupção							Texto legislativo contemplando o acesso aos benefícios do REDD+
	Inventário e análise das iniciativas/projetos-pilotos REDD+ desenvolvidos pela sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento							Nº de projectos executados a favor das comunidades
2B	Avaliação das potencialidades na redução das Emissões GEE (Componente 4A)							Número de quadros técnicos capacitados e especializados.
	Avaliação das potencialidades económicas e sociológicas da REDD+ e dos inventários florestais							
	Consultas públicas locais para a identificação das zonas onde implementar os projectos REDD+							
	Montagem dos projectos REDD+							

	Procura de financiamentos para os projetos-pilotos/negociações							
	Implementação dos projecto-pilotos REDD+							
	Consultas públicas locais para a construção da estratégia.							
	Análise da Estratégia emergente REDD+ para avaliar as opções estratégicas							
	Elaboração de um plano de custos							
	Avaliação de custos e benefícios do REDD+							
	Construção da estratégia							
	Correção e emendas na estratégia							
	Finalização da estratégia							
2C	Implementação do quadro institucional para a gestão do processo REDD+							As instituições responsáveis pela gestão do processo REDD+ funcionais
	Identificação dos actores ao nível descentralizados							Realização de encontros com diversos actores.
	Implementação de estruturas locais para gestão da REDD+							Reforço das capacidades das estruturas locais
	Estudo sobre a legislação necessária para operacionalização do processo REDD+							Recrutamento de consultores; Realização de ateliers de validação de estudos
	Implementação gradual da legislação (em função do progresso do processo e o tempo necessário para sua adopção)							Redução de assimetrias em termos de benefícios de REDD+
	Estudos e Debates sobre mecanismo de reclamação e resolução de conflitos (consulta – ver seção 1c)							Redução de conflitos
	Implementação de entidade de resolução dos conflitos (ao nível distrital – local)							Nº de casos que foram julgados
	Teste dos mecanismos de reclamação previstos + ajustes							Preparação de relatórios de avaliação da situação dos conflitos
	Centralização dos dados relacionados com conflitos.							Existência de base de dados relacionados com conflitos
	Pesquisa e análise das experiencias nacional e internacional sobre mecanismo de gestão de fundo (não apenas relacionado com floresta)							Elaboração de relatórios e contas sobre gestão de fundos

	Análise das experiências previa e actuais							
	Estabelecimento de mecanismo para distribuição (partilha) de receita para o processo REDD+.							Relatórios e nº de pessoas beneficiadas com os fundos REDD+
	Estudo e análise das experiências Internacional e Nacional sobre Mecanismo de Gestão Fundo (não apenas relacionado com a floresta)							Realização de estudos
	Estabelecimento de mecanismo de partilha de receita para o REDD+							
2D	Estabelecimento da gestão da AASE							TDR Criação do Decreto Ministerial
	Reforço das Capacidades							TRD para o consultor Relatório da consultoria
	Realização da AASE							TDR para consultor Relatório de consultor jurídico
	Avaliação dos resultados da AASE							Relatório das reuniões de consulta
	Implementação da AASE							Taxa/nº de parceiros formados
	Preparação e implementação do QGAS							Nº de beneficiários dos fundos REDD+ Inventário das emissões
3	Definição dos protocolos de aquisição e tratamento das imagens via satélite							Nº de pessoas formadas
	Elaboração de uma metodologia de inventários de estoque de carbono no terreno							Nº de imagens recolhidas Criação de base de dados
	Elaboração de metodologias de verificação dos trabalhos cartográficos no terreno							Nº de relatórios produzidos
	Estimação das diferentes previsões no horizonte temporal							
	Adopção de uma definição nacional das florestas face aos novos desafios e emergentes.							
	Compilação, revisão e análise das							Nº de imagens satélites

	informações disponíveis;						recolhidas
	Realização de workshops com especialistas nacionais e internacionais para definir marcos conceituais e metodológicos, bem como as tecnologias e informações apropriadas.						
	Recolha de todas as imagens satélites e ficheiros existentes sobre a cobertura vegetal no período definido de 20 anos atrás (1993-2013) na base da cartografia de superfície existente						
	Estabelecimento cenários de referência sobre a desflorestação e a degradação florestal com base em tendências históricas e modelos de previsão						
	Desenvolvimento e validação de cenários futuros de desflorestação e degradação florestal ao nível nacional;						Nº de imagens satélites recolhidas
	Determinação da evolução do stock de carbono dos períodos de referência						
	Elaborar a cartografia florestal actual						
	Validação e adopção de cenários de referência por parte das autoridades nacionais.						
	Aquisição de imagens satélites						
	Reforço de Capacidade dos actores locais e montagem do NR						
	Reforço de capacidades da célula técnica do MRV						
4A	Recuperar e organizar todos os dados do IFN, do IGEE e de cartografia do uso de solos, existentes.						
	Recensear o potencial existente em recurso humano.						

Elaborar diretrizes para a capitalização dos dados e informações existentes.							
Desenvolver uma orientação estratégica para capitalização do recurso humano existente.							
Apreciar projetos S&MRV de países insulares com condições ecoclimáticas semelhantes à STP.							
Realizar visitas de intercâmbio à países insulares com condições ecoclimáticas semelhantes à STP.							
Instalação de uma equipa nacional de trabalho dedicada especificamente à MRV.							
Congregar, formar e recrutar o pessoal que constituirá a equipa nacional MRV.							
Conceber e validar a definição são-tomense dos termos “Floresta” “Desflorestação” e “Degradação”.							
Verificar que sinergias podem existir entre MRV e outros projetos do sector floresta – ambiente.							
Instituir bases dum arquivo central específico para S&MRV e REDD+.							
Identificar períodos de evolução do uso das terras e florestas.							
Elaborar um historial cartográfico do uso das terras e florestas (até 2014).							
Programar a aquisição de dados							
Recolher, tratar e interpretar imagens satélite e de radar							
Realizar missões de reconhecimento e verificação no terreno.							

Estabelecer a situação de base cartográfica, do uso das terras e florestas.							
Formar a equipa do IFN							
Adquirir equipamentos e materiais de IFN							
Realizar o inventário piloto-experimental							
Realizar o 3.º IFN							
Elaborar e validar o relatório dos resultados do 3.º IFN							
Tratar e interpretar os dados do IFN							
Identificar parâmetros nacionais para biomassa entre os métodos Chave (2005 e de Brown e Lugo (1997), Escolher o mais adequado para STP.							
Avaliar os stocks de biomassa e formular os fatores de emissão nacionais.							
Calcular os stocks de carbono.							
Georefenciar e cartografar áreas deflorestadas e degradadas.							
Estimar as emissões provenientes da deflorestação.							
Estimar as absorções produzidas pelo reflorestamento e gestão sustentável das florestas							
Estimar emissões causadas pela degradação florestal							
Levar a cabo estudos suplementares sobre os mangais							

Tabela nº 40: Orçamento do Componente 6.

Actividade Principal	Actividade Secundária	Orçamento (em milhares de dólares)			
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total
Segmento e Avaliação	Concepção de um Manual de Procedimentos	10			10
	Estabelecimento de Seguimento	10	10	10	30
	Avaliação Técnica e Financeira	20	20	20	60
TOTAL		40	30	30	100

BIBLIOGRAFIA

- Adriano Duarte Rodrigues, Estratégias da Comunicação, Edição em Português Publicado em 02-1990
- Cameroon's Readiness Preparation Proposal (R-PP), version 2012.
- Cameroon's Readiness Preparation Proposal (R-PP) version January 2013.
- Comissão de Coordenação Florestal, Proposta de desenvolvimento do sector florestal: Ministério da Agricultura e Pescas em São Tomé 7 pp. (1991).
- Costa Páscoa, Carvalho Sabino e Rita Aurélio - Análise da vulnerabilidade e adaptação no sector de florestas e solos – UNDP/GEF/São Tomé Príncipe (2011).
- CPLP REVISTA, Aposta na Segurança Alimentar e Nutricional - Documento apresentado na Conferência dos Chefes de Estado e do Governo da CPLP (2012).
- Decreto-Lei nº 51/91 que define regras de utilização e distribuição de terras que integram o domínio privada do Estado, publicado no Diário da República nº 25 de 07 de Novembro de 1991.
- Despacho 29/2013 que cria o CTNS (Comité Técnico Nacional de Seguimento)
- Direcção Geral do Ambiente (DGA) Inventário Nacional de Gases com Efeito de Estufa (IGEE), Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente. São Tomé e Príncipe. (ano 2004 e 2009)
- Direcção Geral dos Recursos Florestais e do Ambiente Florestal, Projecto Agro 667, Instituto Superior de Agronomia, Silvicultura, Unimadeiras.
- Direcção-Geral dos Recursos Florestais. Aliança Florestal, Celbi. Planeamento operacional e Boas Práticas de Exploração Florestal, Projeto AGRO 667, Instituto Superior de Agronomia, Silvicultura, Unimadeiras, (2007).
- Plano de Manejo do Parque Natural de Príncipe (PNP) Republica Democrática de São Tomé e Príncipe. ECOFAC IV (2002), 2009/2010.
- Etats des Forets de Bassin du Congo, OFAC, JRS, Union Europeenne, CIRAD, CARPE, CIFOR, WWF, FRM, UCL E University Maryland. (2010)
- Catalogue of the vascular plants of S. Tomé (with Principe and Annobon). London: British Museum (Natural History), 428 p. EXELL A. W., 1944.
- Supplement to the catalogue of the vascular plants of S. Tomé (with Principe and Annobon). London: British Museum (Natural History), 54 p. EXELL A. W., 1956.
- Additions to the flora of S. Tomé and Principe. Bull. Inst. Franç. Afrique Noire, sér. A, 21(2): 439-476. EXELL A. W., 1959.
- Angiosperms of the Islands of the Gulf of Guinea (Fernando Poo, Principe, S. Tomé and Annobon). Bull. Brit. Mus. (Nat. Hist.), Bot. 4(8): 397-411. EXELL A. W., 1973.

- Évaluation, région par région, de l'état de l'application des lois forestières et de la gouvernance dans le secteur forestier dans les pays tropicaux et recommandations utiles à leur amélioration. FAO ITT
- Rapport de mission de formulation pour le secteur agricole, FAO-Roma, 1982.
- Hamilton S. Cruz e Carlos S. Cruz. A Indústria de Madeira em ST. EIM, Junho 2000.
- Heriberto Cardoso Milanés, Diseño de estrategias de comunicación, Departamento de Comunicación Social, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, 2002
- Integração das Mudanças Climáticas e Gestão dos Riscos de Catástrofes na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – Enverdecimento - São Tomé e Príncipe
- Estudo do suprimento e demanda de produtos florestais primários. São Tomé. INTERFOREST AB, (1990a).
- Results of National Forest Inventory – Democratic Republic of São Tomé and Príncipe. Draft, INTERFOREST-AB, February 1990.
- J. Martín Babero, Comunicação e Educação, Ed. Moderna, 1998
- Jésus Barbosa de Souza, Meios de comunicação de Massa (jornal, televisão, rádio) Ed. Scipione, 1996
- Conservação dos Ecossistemas Florestais na República Democrática de São Tomé e Príncipe - UICN Programa para as Florestas Tropicais. Jones P. J. e A. Tye (2012)
- Leandro Angotti e Marcos Fava Neves, Comunicação Integrada de Marketing Baseada em Valor, Criando valor com estratégias de comunicação e marketing, Ed. Atlas, 2011
- Lei 03/91, quadro jurídico da propriedade fundiária;
- Lei N.º 10/1999, Lei de bases do ambiente, Diário da República publicada e em vigor desde 1999
- Lei n.º 5/2001- Lei das Florestas, Diário da República publicada e em vigor desde 2001
- Lei n.º 6/2006 – Lei do Parque Natural Obô de São Tomé (PNOST); Diário da República 2006
- Lei n.º 7/2006 – Lei do Parque Natural Obô do Príncipe; Diário da República 2006
- Lei nº 03/91, Quadro Jurídico Institucional Regulador da Propriedade Fundiária, publicada no Diário da República nº 21 de 31 de Julho de 1991;
- Lei nº 05/2001, Lei de Florestas publicada no Diário da República
- Lourenço Vilhena de Freitas (.....) - O sistema das autarquias locais de São Tomé e Príncipe JORNADAS DE DIREITO MUNICIPAL COMPARADO LUSÓFONO.
- M. de Carvalho Rodrigues. São Tomé e Príncipe sob o ponto de vista Agrícola.
- Madagascar Face Aux Defis Du Changement Climatique Capitalisation de nos Experiences, 2011.
- Ministério de Recursos Naturais e Ambiente Estratégia e Plano Nacional da Conservação da Biodiversidade. República Democrática de São Tomé e Príncipe, 2006.
- Myriam Cukier, Etude de l'accroissement et de la régénération des ligneux de la forêt dense de ST. ECOFAC. Travail de fin d'études et annexes, Université Libre de Bruxelles, Septembre 1997.
- Patricia TOELEN, Inventaire, biodiversité, structure des peuplements et biomasse ligneuse dans les forêts d'altitude de ST. ECOFAC. Travail de fin d'études et annexes, Université Libre de Bruxelles, septembre 1995.
- PHILIPPE Veron. Etude des Perspectives de la Filière Bois à ST. ECOFAC/Faculté Universitaire des Sciences Agronomiques de Gembloux, 1996.
- Pires dos Santos Argentino e de Menezes Bruzaca Aires Síntese dos principais documentos de política, da estratégia e de planos de investimentos São Tomé e Príncipe, 2013.

- Proposition de mesures pour l'état de préparation (R-PP) – Caneva ,Version préliminaire de travail 6 ; Avril 2012.
- Proposition de mesures pour l'État de Préparation (R-PP) du Cameroun – Republique Democratique du Cameroun. 2013.
- Rapport Final atelier de presentation des resultats preliminaires du projet redd-pac et de validation du rapport sur les considerations politiques pour l'utilisation des terres dans le bassin du congo, 2013.
- Readiness Preparation Proposal – RPP, Democratic republic of Congo, 2010.
- Readiness Preparation Proposal – RPP, Honduras, 2013
- Readiness Preparation Proposal – RPP, Peru, 2011
- Relatório Nacional Preparação à terceira Conferencia Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, ÁPIA, SAMOA 2014. República Democrática de São Tomé e Príncipe, 2013.
- Republique du Congo; Proposition pour la Préparation à la REDD+ (R-PP) ; Mars 2011.
- Resultados nacionais do IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2012, São Tomé e príncipe, 2013.
- Rita Aurélio. FLORESTAS, RECURSOS NATURAIS E AMBIENTE - Documento elaborado para a Atualização da Carta de Política Agrícola, Desenvolvimento Rural e Pesca. São Tomé Príncipe, 2005.
- Rocha Ricardo, Alterações do uso do solo e biodiversidade em São Tomé- Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar 2005.
- Salgueiro, António. Síntese do Inventário Florestal de 1999 e Propostas para a Utilização Racional dos recursos Lenhosos. ECOFAC/AGRECO/CIRAD Forêt, Março 2001.
- SANDRINA PEREIRA, José G. Borges, Pedro O. Carvalho A eficácia do interface ciência - política florestal - Departamento de Engenharia Florestal. Instituto Superior de Agronomia, Tapada da Ajuda, 1349-017 lisboa.
- Schéma d'orientation Post ECOFAC IV. Fonds Européen pour le Développement - São Tomé e Príncipe, 2010.
- Vera Waissman, Carlos Campana e Nayra Assad Pinto, Estratégias de Comunicação em Marketing, Ed.FGV, 2012

Anexos do R-PP

Anexos 1A: Dispositivos nacionais de gestão da preparação

Anexo 1A/1. Criação de REDD + e das instituições encarregadas do processo

a) Sua criação

São Tomé e Príncipe foi tendo o seu espaço na REDD+ com a participação do País nas negociações sobre o Clima e a REDD+ numa iniciativa do Grupo Clima de África Central e da COMIFAC. Este envolvimento facilitou a sua presença nas formações sub-regionais com ênfase no processo REDD+.

De resto, com a nomeação do Ponto Focal REDD+, através do Despacho Ministerial nº24/2012 de 22 de Outubro de 2012, o processo ganhou maior visibilidade a partir de Maio de 2013, com o Projecto MRV a efectuar o workshop de lançamento do processo de elaboração de RPP em São Tomé e Príncipe.

Contudo a elaboração da presente RPP impele a instalação de uma instituição cujo papel será o de facilitar a sua implementação.

2. INSTITUIÇÕES ENCARREGUES DE IMPLEMENTAR A RPP.

2.1 . Comité Nacional REDD + (CN REDD +)

O Comité Nacional REDD+ (CN REDD+) é superiormente orientado pelo Primeiro-ministro ou seu representante indigitado. Estará sob tutela do Ministério encarregue das florestas, em colaboração com o Ministério do Ambiente. A sua composição e funcionamento serão regulados por Decreto-Lei aprovado pelo Governo. Farão parte do mesmo os membros do Governo, da Sociedade Civil e do Sector Privado. Desta feita, reverter-se-á em autoridade máxima responsável pela tomada de decisões estratégicas, com vista a assegurar, entre outros, os actuais níveis baixos de emissões, propiciar um melhor mecanismo do uso de terras e fazer da REDD+ um verdadeiro instrumento de desenvolvimento humano.

Na sua composição fazem parte os seguintes membros:

- a) Primeiro-Ministro.
- b) Ministro/s tutelar/es da Direcção das Florestas, Ambiente e Agricultura;
- c) Ministro de Plano/Finanças;
- d) Presidente da Comissão responsável pelo ambiente na Assembleia Nacional (AN);
- e) Representante do Ministério de Educação.
- f) Representante do governo regional para área do meio ambiente;
- g) Um representante da Direcção dos Cuidados primários de Saúde.
- h) Um representante de organizações não - governamentais (ONGs) que trabalham na área do ambiente. Este a ser nomeado pela plataforma da FONG;
- i) Presidente da Cooperativa dos Pequenos Agricultores (FENAPA/STP);

- j) Presidente da Associação dos Artesãos;
 - k) Presidente da associação dos madeireiros;
 - l) Um representante dos diferentes sindicatos das cooperações laborais.
 - m) Presidente da associação da medicina tradicional;
 - n) Uma representante do Fórum das mulheres
 - o) Um membro em representação dos produtores de carvão, silvicultores, produtores de vinho de palma, caçadores, colectores de espécies medicinais, extracção de mel, etc.
- A escolha deste representante será feita através de atelier a serem realizados pela Unidade Nacional REDD+ em todos os distritos e na Região Autónoma do Príncipe. O método e critério de selecção serão definidos oportunamente.

a) Função

Na qualidade de órgão supremo reconhece-se-lhe as seguintes funções:

- a) Definir políticas, propostas de estratégias da REDD + ao nível nacional e garantir a sua implementação,
- b) Emitir opiniões sobre estratégia para o mecanismo de implementação do processo REDD+,
- c) Fazer a colecta de relatórios das actividades realizadas pela Unidade Nacional REDD+ depois de terem sido vistos pelo CTNS.
- d) Arbitrar eventuais conflitos existentes dentro das Unidades Operacionais Distritais REDD + (UOD REDD+); Unidade Operacional REDD+ do Príncipe (UO REDD+ Príncipe), da Unidade Nacional REDD+ (UN REDD+) e também dentro do Comité Técnico Nacional de Seguimento (CTNS)

O CN REDD+ reúne-se, semestralmente, em sessão ordinária e extraordinária, quando as circunstancias assim o exigirem. As decisões são tomadas por maioria de dois terços dos seus membros. As deliberações são registadas em acta.

O CN REDD + pode pedir apoio de outras autoridades em caso de necessidade.

Todos os demais ministérios que possam estar implicados, directa ou indirectamente no processo REDD + tais como Ministérios da Justiça, Defesa, Educação e Negócio Estrangeiro e Comunidade podem ser convidados e / ou consultados pelo CN REDD + em caso de necessidades.

São Tomé e Príncipe é um dos membros da COMIFAC, portanto impende sobre o CN REDD + o dever de trabalhar em estreita colaboração com outros organismos de gestão da REDD + regional.

O CN REDD + conduz a sua política tendo em conta as estratégias e / ou planeamento sub-regional no contexto do REDD +.

Nota: *Existe uma forte ligação entre o CN REED+ e Comissão Nacional do Ambiente (CNA). Esta criada nos termos do artigo 48.º da Lei 10/99, Lei Base do Ambiente, cujas funções e competências são muito mais abrangentes do que as do CN REED+. Entretanto, o CN REDD, que é orientado pelo 1º ministro, pode utilizar os resultados de deliberações do CNA com vista a alimentar as discussões e, eventualmente, as decisões no âmbito do CN REED+.*

2.2 Unidade Nacional REDD + (UN REDD +)

UN REDD+ é uma estrutura que será criada sob autoridade do Ministério tutelar das Florestas em colaboração com o Ministério do ambiente. Aquele coordenará e guiará a implementação diária do processo REDD+ na fase de preparação.

Os critérios de recrutamento dos membros da UN REDD+ são determinados por Despacho Presidencial em função das suas origens, membros do Governo, Sociedade Civil e Sector Empresarial.

UN REDD + é composta por Secretariado Técnico Permanente e cinco Células Técnicas.

O Secretariado Técnico Permanente, recrutado na base dos TDR, em anexo, depende do Coordenador nacional REDD +. Este assistido por um perito nacional, encarregado pelo monitoramento e coordenação das actividades das Unidades Operacionais Distritais REDD+ (UOD REDD+) e da Unidade Operacional REDD+ da Região Autónoma do Príncipe (UO REDD+ R.A.P), um Assessor Técnico Internacional, um secretário e dois motoristas. A fim de desenvolver utensílios técnicos necessários para a implementação do processo REDD+, a Unidade Nacional REDD+ (UN REDD+) terá 5 (cinco) Células Técnicas de apoio como equipa de apoio nomeadamente:

- a) **CT IEC** (Célula Técnica: Informação, Educação e Comunicação) encarregue pelos aspectos relacionados com comunicação, mas, também, presta assistência à UN REDD+ na preparação de documentos ligados às relações estratégicas institucionais e interministeriais. **Esta Célula Técnica está sob alçada da Direcção das Florestas.**
- b) **CT AASE** (Célula Técnica: Avaliação Ambiental Social Estratégica) responsável pelo estabelecimento de instrumentos para Avaliação Ambiental Social Estratégica e pela construção de um Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) para o REDD+. **Esta Célula Técnica está sob tutela da Direcção do Ambiente.**
- c) **CT SNVF & MRV**, Responsável pelo mapeamento/monitorização ao nível da desflorestação, degradação, aumento de estoque de carbono e quantificar as emissões e remoção históricas de CO₂. Esta Célula Técnica, por sua vez, está subdividida em três áreas designadamente: ***Inventário Florestal, Geomática Tele-detenção e Gás com Efeito de Estufa***. **Estas três áreas da Célula Técnica SNVF & MRV estão sob a jurisdição da Direcção das Florestas.**
- d) **CT Projectos /Programas REDD+** encarregue pela elaboração de projectos e programas REDD+, bem como velar pela sua implementação. **Esta Célula Técnica está sob tutela do Ministério Tutelar das Florestas.**
- e) **CT Jurídica** encarregue pelos assuntos de natureza jurídica do processo REDD+. **Esta Célula Técnica está sob tutela do Ministério Tutelar das Florestas.**

Cada Célula Técnica será integrada pelo menos por um especialista, recrutado mediante TDRs, definidos pela complexidade e volume de actividades delas referentes.

A composição das cinco células técnicas será da seguinte forma:

-**Para CT EIC**, uma pessoa. Essa pessoa deverá ser especializada em comunicação/educação e marketing social (ou disciplinas similares);

-**Para CT MRV** será composto por três especialistas: um em SIG/cartografia, outro em contabilidade de carbono e o último em ciências sociais (ou disciplinas similares);

-**Para CT ASA** será composto por dois peritos: um em ciências sociais e outro em estudos de impacto ambiental.

-**Para CT projecto / programa REDD+** será composto por dois peritos, incluindo um no projecto e / ou de configuração do programa/ gestão e um outro em monitoramento e avaliação.

Para CT Jurídico será composto por 1 (um) jurista com conhecimentos em direito ambiental e fundiário.

A CTN REDD+ reúne-se trimestralmente e as decisões são consignadas em acta.

Função

As funções específicas da UN REDD + são as seguintes:

- a) Implementar as actividades descritas no R- PP e, também, outras relacionadas com o processo REDD+, sob a fiscalização do CTNS e conhecimento do CN.
- b) Preparar e submeter à aprovação as propostas das suas actividades.
- c) Monitorar, diariamente, as actividades das Unidades Operacionais Distritais REDD+ (UODs REDD+) e da Unidade Operacional REDD+ do Príncipe (UO REDD+ R.P).
- d) Submeter os relatórios das suas actividades ao Comité Nacional REDD+, após terem sido analisados pelo Comité Técnico Nacional de seguimento (CTNS)
- e) Outras actividades relacionadas com o processo REDD+.

2.3. Unidades Operacionais Distritais REDD+ (UODs REDD+) e a Unidade Operacional REDD+ da R.A. do Príncipe (UO REDD+ R.A. P)

Serão criadas três unidades operacionais REDD+, passíveis de reagrupar a Região Autónoma e os sete distritos. Terão como função identificar intervenções; facilitar conexão e acertos entre os eventuais executores, nomeadamente, empresas do sector privado; as ONGs, Institutos Educacionais entre outros; avaliar eventual desfasamento entre o definido no RPP e o executado, monitorar o grau de implementação, incluindo a partilha de benefícios.

Estas Unidades Operacionais devem ser instaladas no local onde a degradação e/ou desflorestação (desmatamento) faz-se sentir com alguma preocupação, tal como definido anteriormente.

As UODs REDD + serão em número de 3 (três), reflectindo o reagrupamento dos distritos Norte/Sul e Região Autónoma do Príncipe.

As UODs REDD + + são presididas pelos Presidentes das Câmaras reagrupadas, tendo à cabeça aquele com maior representação populacional; não retirando a possibilidade de rotatividade. Em Príncipe, a UO REDD+ é presidida pelo coordenador do Departamento das Florestas.

As reuniões são realizadas trimestralmente ao nível de cada UODs REDD + e a UO REDD+ do Príncipe.

Um Técnico responsável pelo sector florestal, agricultura e o inspector encarregado pelo ambiente ao nível distrital são relatores. As decisões são tomadas por maioria de dois terços dos membros. As reuniões serão sujeitas ao registo em acta e devem ser compartilhadas com a Unidade Nacional REDD+.

a) Composição

A Unidade Operacional REDD+ dos distritos reagrupados será responsável pela gestão do processo REDD+ ao nível local e composto por 10 membros (quatro do governo e seis dos outros sectores) nomeados em função dos reagrupamentos, nomeadamente:

- ✓ O Presidente da Câmara
- ✓ Técnicos das respectivas áreas de acção, responsáveis pelos assuntos florestais, ambientais e de agricultura.
- ✓ Vereadores a serem designados pelo Presidente da Câmara
- ✓ Representantes das ONG's ambientais locais reconhecidas a serem designados pela plataforma FONG.
- ✓ Um representante da classe populacional, cujo sustento depende dos produtos das florestas (produtores de carvão, lenha, as serrações, silvicultores etc.) a ser designado pelas câmaras dos respectivos distritos reagrupados.
- ✓ Representante dos grupos de agricultores a ser nomeado pelas Câmaras ou Associações dos pequenos agricultores locais
- ✓ Representante de grupos de criadores de gado que será designado pelas Câmaras Distritais.
- ✓ Representante das empresas do sector privado.

A Composição da Unidade Operacional REDD+ na RAP deve obedecer a mesma estrutura das UODs REDD+ em São Tomé com seguintes adaptações:

Ao invés do Presidente da Câmara na Chefia da Unidade, ter-se-á o representante dos serviços camarários na posição do Chefe do Departamento das Florestas.

b) Função

As UODs REDD + e UO REDD+ R.A P concretamente desempenham as seguintes funções:

- i) Facilitar a implementação das decisões do Comité Nacional REDD + e o processo REDD+ ao nível distrital e na Região Autónoma do Príncipe.
- ii) Facilitar o debate sobre REDD + entre o reagrupamento dos distritos, a sociedade civil e o sector privado.
- iii) Propor actividades relacionadas com o desenvolvimento do processo REDD+ à UN REDD+.

Em caso de conflito em uma das UODs REDD + ou UO REDD+ R.A. P, a arbitragem CN REDD + será solicitada.

2.4 Comité Técnico Nacional de Seguimento (CTNS)

Os membros do CTNS são nomeados por despacho nº 29/2013 da Sua Excelência o Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.

Os elementos integrantes do CTNS são peritos, vindos das diversas instituições do Estado, relacionados com o sector florestal, ambiental, agrícola e outros, nomeadamente, a sociedade civil, ONG's, Cooperativas, Associações que lidam directa ou indirectamente com a emissão de gases com efeito de estufa como abaixo se descreve:

- a) Ponto Focal da Convenção sobre Biodiversidade (CBD),
- b) Ponto Focal da Convenção contra a Desertificação (CCD),
- c) Representante da Direcção Geral do Ambiente (DGA),
- d) Representante da Direcção de Conservação da Natureza, Saneamento e Qualidade do Meio (DCNSQA),
- e) Director de Gabinete do Ministro de tutela de Florestas (MAPDR)
- f) Representante da Direcção das Florestas,
- g) Representante da Direcção de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DADR)
- h) Representante do Parque Natural Obô de Príncipe (PNP)
- i) Representante da Direcção do Turismo e Hotelaria (DTH)
- j) Representante da Direcção da Pecuária. (DP)
- k) Representante do Instituto Nacional de Meteorologia (INM),
- l) Representante do Instituto Nacional de Estatística (INE)
- m) Representante do CDR/ MAPDR,
- n) Representante do Departamento das Florestas do Príncipe (Região Autónoma)
- o) Representante da ONG MARAPA,
- p) Representante da Cooperativa dos Pequenos Agricultores (FENAPA/STP),
- q) Representante da ASPMM.

O CTNS é presidido pelo Director do Gabinete do Ministro tutelar das Florestas.

As reuniões são realizadas mensalmente com um quórum de 2/3 dos seus membros e as deliberações são registadas em acta.

Função

O CTNS tem como função, fiscalizar, fazer o balanço das actividades técnicas financeiras programadas e executadas pelo Projecto MNV/REDD+ em São Tomé e Príncipe; emitir pareceres e comentários pertinentes, bem como aprovar e / ou reprovos os relatórios que lhe sejam submetidos pela UN REDD+.

2.5 Unidade Financeira da REDD+

A unidade financeira específica, ora em criação para a gestão do fundo REDD+, terá uma regulamentação própria.

No entanto, na ausência de uma representação da FAO em São Tomé o Projecto MRV tem estado a ser gerido pelo PNUD de acordo com os procedimentos internos da organização. Nota: A referida unidade financeira será criada no quadro do fundo de fomento florestal previsto nos artigos 12.º, 13.º; 14.º e 15º da Lei 05/2001, Lei das Florestas.

Aquando da revisão pontual da referida lei, tendo em vista a incorporação dos aspectos da REDD+ ou da adopção de Lei REDD+, dever-se-ia ter-se feito menção do fundo REED como uma das componentes do Fundo de Fomento Florestal com objectivo exclusivamente de financiar todos os planos de acções e projectos relacionados com o processo REDD+.

O Fundo Florestal é o Fundo Geral para questões que se prendem com acções florestais em geral e o fundo REED+ para questões exclusivas da REDD+, mas ambos estão sob a legitimidade da Lei Florestal.

O artigo 14.º da lei Florestal confere à Direcção das Florestas a faculdade de criar órgãos de gestão de fundos (inclusive o da REDD+) com regulamento específico. Nesta fase preliminar, a Direcção das Floresta fará um estudo com vista a promover uma estrutura de gestão com meios humanos e materiais adequados antes de avançar para a fase de implementação.

Enquanto não estiver consolidada a referida estrutura de gestão, que deve pautar pela transparência, orientar-se-á pelo regime geral do tesouro público através do Banco Central.

Anexo1A/2. Proposta do Decreto-lei do Regulamento do Sistema Nacional REDD+

PROPOSTA

Decreto - Lei nº..... de ____ de 2014

Considerando que o processo sobre Redução de Emissão dos Gases com Efeito de Estufa (GEE) proveniente da Desflorestação e Degradação das Florestas (REDD+) é de capital importância para promoção da conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal medido.

Considerando que o País, nos últimos dois anos, tem estado a levar a efeito acções com vista a materializar os objectivos preconizados pela REDD+, através do seu envolvimento com a negociação do projecto MRV entre os países membros da COMIFAC e CBFF/BAD;

Tendo em conta que ainda não foi instituído o sistema nacional REDD+ do qual defina o quadro institucional encarregue pela gestão e condução do processo REDD+ no país;
Nestes termos e no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 111º da Constituição, o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, decreta o seguinte:

REGULAMENTO DO SISTEMA NACIONAL REDD+

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Conceito

1- Para efeito do presente regulamento, entende-se por:

- a) **REDD+**, o Processo de Redução de Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) proveniente da Desflorestação e Degradação Florestal,
- b) **C N REDD+**, como Comité Nacional REED+ enquanto órgão decisor do processo REDD+;
- c) **CTNS**, como Comité Técnico Nacional de Seguimento enquanto órgão supervisor do processo REDD+;
- d) **UN REDD+**, como Unidade Nacional REDD+ enquanto órgão executor do processo REDD+;
- e) **UODs REDD+**, como Unidade Operacionais Distritais REDD+ enquanto Células Executivas da UN REED+ instaladas ao nível local;
- f) **UO REDDs R.A.P**, como Unidade Operacional REED+ enquanto Célula Executiva da UN REDD+ instalada na Região Autónoma do Príncipe;
- g) **CTEIC**, como Célula Técnica ou Departamento Técnico de Apoio da UN REDD+ para área de Educação, Informação e Comunicação (esta **CT está sob tutela da Direção de Florestas**);
- h) **CTASA**, como Célula Técnica ou Departamento Técnico de Apoio da UN REDD+ para área de Avaliação Socio-Ambiental (esta **CT está sob alçada da Direção do Ambiente**);
- i) **CT SNVF & MRV**, como Célula Técnica ou Departamento técnico de Apoio da UN REDD+ para área de mapeamento/monitorização do nível da desflorestação, degradação, aumento de estoque de carbono e quantificação das emissões e remoção históricas de CO2 (esta **CT está sob alçada da Direção das Floresta**);
- j) **CT Jurídica**, como Célula Técnica ou Departamento Técnico de Apoio da UN REDD+ para área jurídica (esta **CT está sob alçada do Ministério Tutelar das Florestas**);

- k) **CT Projectos /Programas REDD+**, como Célula Técnica ou Departamento Técnico de Apoio da UN REDD+ para área de elaboração de projectos e programas REDD+. **(esta CT está sob alçada da Direção das Floresta).**

Capítulo II

Quadro Institucional REDD+

Artigo 2º

Órgãos integrantes do Quadro Institucional REDD+

- 1- O quadro institucional REDD+ para gestão do processo REED+ em São Tomé e Príncipe é integrado por seguintes estruturas:
- a) **Comité Nacional REED+ (CN REDD+)** enquanto autoridade máxima em termos de tomada de decisões no âmbito do processo REDD+;
 - b) **Unidade Nacional REDD+ (UN REDD+)** enquanto órgão responsável pela execução diária do processo REED+ ao nível central;
 - c) **Unidades Operacionais Distritais REDD+ (UODs REDD+)** enquanto células executivas da UN REDD+ responsáveis pela implementação do processo REED+ ao nível distrital e local;
 - d) **Unidade Operacional REDD+ da Região Autónoma do Príncipe (UO REDD+ R. A. P)** enquanto célula executiva da UN REDD+ encarregue pela implementação do processo REED+ na Região Autónoma do Príncipe;
 - e) **Comité Técnico Nacional de Seguimento (CNTS)** enquanto autoridade de supervisão de todo o processo REED+.

Capítulo III

Composição, Responsabilidade e Periodicidade das Reuniões

Artigo 3º

Comité Nacional REDD+ (CN REDD+)

- 1- Comité Nacional REDD+ (CN REDD+) tem como responsabilidade as seguintes funções:
- a) Definir políticas, propostas de estratégias da REDD + relativamente ao processo de baixa emissão, incluindo revisão de uso de terra ao nível nacional e garantir a sua implementação,
 - b) Emitir opiniões sobre estratégia para o mecanismo de implementação do processo REDD+;
 - c) Receber relatórios das actividades realizadas pela Unidade Nacional REDD+ depois de terem sido vistos pelo CTNS.
 - d) Arbitrar os eventuais conflitos existentes dentro das Unidades Operacionais Distritais REDD + (UOD REDD+), Unidade Operacional REDD+ do Príncipe (UO REDD+ Príncipe), da Unidade Nacional REDD+ (UN REDD+) e também dentro do Comité Técnico Nacional de Seguimento (CTNS);
 - e) Tomar outras importantes decisões ao nível do processo REDD+.
- 2- O CN REDD+ é composto por seguintes membros:
- a) Chefe do Governo ou seu Representante indigitado.

- b) Ministro/s tutelar/es da Direcção das Florestas, Ambiente e Agricultura;
 - c) Ministro de Planos e Finanças;
 - d) Presidente da Comissão responsável pelo ambiente na Assembleia Nacional (AN);
 - e) Representante do governo regional para área do meio ambiente;
 - f) Um representante de organizações não - governamentais (ONG's) que trabalham no campo do meio ambiente, a ser nomeado pela plataforma da FONG;
 - g) Presidente da Cooperativa dos Pequenos Agricultores (FENAPA/STP);
 - h) Presidente da Associação dos Artesãos;
 - i) Um representante de empresas industriais de madeira a ser designado pela Unidade Nacional REDD+;
 - j) Presidente da associação dos madeireiros;
 - k) Presidente da associação da medicina tradicional;
 - l) Uma representante do Fórum das mulheres
 - m) Sete Representantes da camada populacional cujo sustento depende de produção de carvão, lenha e outros produtos da floresta a serem designados pela UN REDD+.
- 3- O CN REDD+ reúne-se semestralmente em sessão ordinária e em sessão extraordinária quando as circunstâncias assim o exigir. As decisões são tomadas por maioria de dois terços dos seus membros e registadas em acta.

Artigo 4º

Unidade Nacional REDD + (UN REDD +)

- 1- **Unidade Nacional REDD + (UN REDD +)**, instituída sob alçada do Ministério tutelar das Florestas em colaboração com o Ministério tutelar do Ambiente, tem sob sua responsabilidade as seguintes tarefas:
- a) Implementar as actividades descritas no R- PP e também outras relacionadas com o processo REDD+, sob a fiscalização do CTNS e também com conhecimento e Supervisão do CN REDD+;
 - b) Preparar e submeter à aprovação as propostas das suas actividades;
 - c) Monitorizar diariamente as actividades das Unidades Operacionais Distritais REDD+ (UODs REDD+) e da Unidade Operacional REDD+ do Príncipe (UO REDD+ R.P);
 - d) Submeter os relatórios das suas actividades ao Comité Nacional REDD+ após de terem sido analisados pelo Comité Técnico Nacional de Seguimento (CTNS);
 - e) E outras actividades relacionadas com o processo REDD+.
- 2- **UN REDD +** é composta por um Secretariado Técnico Permanente e cinco Departamentos ou Células Técnicas de apoio nomeadamente CTEIC, CTASA, CT SNVF & MNV, CT Jurídica, CT Projectos /Programas REDD+.
- 3- Os membros integrantes das subestruturas da UN REDD+ são nomeados por despacho do ministro tutelar das Florestas ou por despacho conjunto dos ministros tutelares das Florestas e do Ambiente.
- 4- A CTN REDD+ reúne-se trimestralmente e as decisões são registadas em actas.

Artigo 5º

Unidades Operacionais Distritais REDD+ (UODs REDD+) e a Unidade Operacional REDD+ da R.A. do Príncipe (UO REDD+ R.A. P)

- 1- Unidades Operacionais Distritais REDD+ (UODs REDD+) e a Unidade Operacional REDD+ da R.A. do Príncipe (UO REDD+ R.A. P), células executivas da UN REDD+, têm como responsabilidades as seguintes:
 - a) Facilitar a implementação das decisões do Comité Nacional REDD + e o processo REDD+ ao nível distrital e na Região Autónoma do Príncipe,
 - b) Facilitar o debate sobre REDD + entre as plataformas distritais das autoridades públicas, a sociedade civil e o sector privado;
 - c) Propor actividades relacionadas com o desenvolvimento do processo REDD+ à UN REDD+;
 - d) Solucionar conflito derivado do processo REDD+ entre as partes interessadas ao nível distrital e na região Autónoma do Príncipe.
- 2- UODs REDD+ / UO REDD+ R.A. P tem a seguinte composição:
 - a) O Presidente de Câmara ou representante dos serviços camarários,
 - b) Técnicos das respectivas áreas de acção, responsáveis pelos assuntos florestais; ambientais e de agricultura;
 - c) Dois vereadores a serem designados pelo Presidente da Câmara ou representante dos serviços camarários;
 - d) Um representante das ONGs ambiental local reconhecido a ser designado pela plataforma das ONGs (FONG);
 - e) Um representante da camada populacional cujo sustento depende dos produtos das florestas (os produtores de carvão, lenhas, as serrações, silvicultores, etc.) a ser designado pela câmara do respectivo distrito e de acordo com a especificidade do distrito;
 - f) Um representante dos grupos dos agricultores a ser designado pelas Câmaras ou Associações dos pequenos agricultores locais;
 - g) Um representante de grupos de criadores de gado que será designado pelas Câmaras Distritais ou serviços camarários.
- 3- As reuniões são realizadas trimestralmente ao nível de cada UOD REDD + e a UO REDD+ do Príncipe e deliberações são registadas em acta.

Artigo 6.º

Comité Técnico Nacional de Seguimento (CTNS)

- 1- Comité Técnico Nacional de Seguimento (CTNS) tem como responsabilidades fiscalizar, fazer o balanço das actividades técnicas financeiras programadas e executadas pelo Projecto MNV/REDD+ em São Tomé e Príncipe, emitir pareceres e comentários pertinentes, bem como aprovar e/ ou reprovar os relatórios que lhe sejam submetidos pela UN REDD+.

2- O CTNS é composto por seguintes especialistas representantes das diversas instituições do Estado relacionados com sector florestal, ambiental, agricultura e outros sectores nomeadamente a sociedade civil, ONG's, Cooperativas, Associações que lidam directa ou indirectamente com a emissão de gases com efeito de estufa:

- a) Ponto Focal da Convenção sobre Biodiversidade (CBD),
- b) Ponto Focal da Convenção contra a Desertificação (CCD),
- c) Representante da Direcção Geral do Ambiente (DGA),
- d) Representante da Direcção de Conservação da Natureza, Saneamento e Qualidade do Ambiente (DCNSQA),
- e) Director de Gabinete do Ministro de tutela de Florestas (MAPDR)
- f) Representante da Direcção da Florestas,
- g) Representante da Direcção de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DADR)
- h) Representante do Parque Natural Obô de Príncipe (PNP)
- i) Representante da Direcção de Turismo e Hotelaria (DTH)
- j) Representante da Direcção de Pecuária. (DP)
- k) Representante do Instituto Nacional de Meteorologia (INM),
- l) Representante do Instituto Nacional de Estatística (INE)
- m) Representante do CADR/ MAPDR,
- n) Representante do Departamento das Florestas do Príncipe (Região Autónoma)
- o) Representante da ONG MARAPA,
- p) Representante da Cooperativa dos Pequenos Agricultores (FENAPA/STP)
- q) Representante ASPMM.

3- As reuniões são realizadas mensalmente com um quórum de 2/3 dos seus membros e as deliberações são registadas em acta.

Capítulo IV Disposições Finais

Artigo 7.º Entrada em vigor

O presente regulamente entra imediatamente em vigor nos termos legais

Visto e aprovado pelo Conselho de Ministro aos ____ dias do mês de _____ de 2014.

ANEXO 1A/3. PAPEL DOS ACTORES –CHAVE

PAPEL DOS ACTORES-CHAVE NO PROCESSO REDD+ EM SÃO TOME E PRÍNCIPE

A- Sociedade Civil

A participação da sociedade civil no processo da REDD+ será feita gradualmente em São Tomé e Príncipe. Recomenda-se a criação de uma Plataforma REDD+ da Sociedade Civil; esta exclusivamente para facilitar a materialização do envolvimento deste sector no processo REDD+.

Esta plataforma será uma ligação entre as comunidades locais e as instituições, gestoras da REDD+, com vista a divulgaras sugestões e recomendações saídas das reuniões REDD+.

B- Grupos populacionais que dependem da floresta

Considerando a dependência das comunidades locais dos diferentes serviços florestais, torna-se importante entender as sinergias suscetíveis de reforçar ou inviabilizar a conservação do ecossistema. Daí a grande preocupação em tudo fazer-se para que os proveitos do processo REDD+ em São Tomé e Príncipe venham a ser direcionados para as comunidades vulneráveis. O ideal é mitigar esta sua condição, transformando-as em partícipes do processo REDD+ quer nas tomadas de decisões quer no próprio desenvolvimento da estratégia, quer ainda e, sobretudo, na implementação do R-PP na monitorização dos impactos sócio- ambientais.

Independentemente da sua presença no CN REDD+ e nas Unidades Distritais (também do Príncipe), as Comunidades locais deverão participar em várias discussões e tomada de decisões relativamente às opções estratégicas a serem adoptadas de acordo com o plano de consulta que foi desenvolvido na componente 1C.

Não há sombra de dúvida quanto ao papel das Comunidades locais em prol da conservação da floresta e, sobretudo, da redução das emissões devido à degradação, fenómeno mais presente em toda a extensão do território, pois, o êxito do processo REDD+ vai depender, em grande medida, da tomada em conta das suas preocupações e do seu estado de pobreza na implementação das políticas públicas do desenvolvimento em São Tomé e Príncipe.

C-Sector Privado

A presença deste nas várias estruturas do quadro institucional deve ter uma incidência na implementação de opções estratégicas, se o sector privado considerar a REDD+ como uma oportunidade de negócio, particularmente, para promoção do microcrédito. Este com vista a estimular investimentos nas comunidades locais. Na perspectiva do Estado São-tomense continuar a desempenhar o seu papel de facilitador do +processo REDD+, o Sector privado poderá contribuir grandemente para o sucesso da REDD+, porquanto as suas actividades dependerão da sustentabilidade do próprio ecossistema florestal.

Anexo 1A/4. Termos de referência para o Recrutamento dos Peritos das Células Técnicas da UN-REDD+

a) TDR para o perito da Célula Técnica IEC

Objetivo:

Desenvolver e implementar um plano de comunicação, consulta e participação para o envolvimento de todos os intervenientes no processo REDD+

Tarefas:

- Preparar o plano de consulta de acordo com as diferentes fases para a construção da estratégia nacional,
- Estabelecimento de uma base de dados sobre projetos e iniciativas de REDD + com Célula MRV / e cenário de referência;
- Construção de uma base para resolução conflitos,
- Facilitação de consultas para realização de vários estudos e reflexões com vista a construção da estratégia de REDD+
- Construção e implementação do plano de consulta de acordo com o cronograma da construção da estratégia e da necessidade de construção de consulta / coordenação / capacidade.
- Apoiar a implementação de consultas a nível local e nacional (apoio à sociedade civil, os parceiros técnicos e do setor privado)
- Ferramentas de produção para a implementação do plano de comunicação: identificação de ferramentas, ferramentas de produção e transmissões nos diferentes canais previamente identificados;
- Produção de ferramentas de comunicação
- Facilitar a UN REDD+ (reuniões regulares, elaboração atas de reuniões, etc.)
- Preparar documentos para as reuniões da UN REDD+.

Qualificação

1 Perito qualificado em Comunicação e Marketing Social (ou disciplinas similares).

Experiencia Profissional: mínimo de 3 anos de experiência em comunicação ou desenvolvimento de sistema de informação

Nível Académico: Mestrado.

TDR preliminar para especialista SESA

Objetivo

Desenvolvimento da ASA para reduzir os riscos sociais e ambientais associados com a implementação do REDD +.

Tarefas:

- Coordenar as atividades a serem desenvolvidas no âmbito da construção da ASA: estudo, consultas, capacitação, comunicação.
- Análise de iniciativas e atividades de REDD + a fim de desenhar os elementos para melhorar a ASA
- Facilitação e acompanhamento de consultas para a construção da ASA,
- Facilitação da parceria com as partes interessadas,
- Comissão de Coordenação para a implementação da ASA,

Qualificação

3 Peritos qualificados, sendo:

- a) Um em Gestão Ambiental ou Ciências Ambientais,
- b) Um em Economia e Ciências Sociais, o desenvolvimento comunitário, a terra
- c) O último em estudo de impacto ambiental

(Ou disciplinas similares)

Experiência profissional: 3 anos no mínimo

Nível de Académico: Mestrado

TDR preliminar para especialistas MRV / Cenário de Referência**Objetivo:**

Estabelecimento de sistema MRV/Cenário de referência.

Tarefas:

- Desenvolvimento de parcerias com os doadores para construir o cenário ref./ MRV,
- Análise de dados históricos;
- Análise das causas do desmatamento e da degradação florestal;
- Desenvolvimento de metodologia para avaliar o estoque de carbono;
- Estimativa do estoque de carbono;
- Avaliação de NR e NER;
- Construção do sistema de MRV;
- Sistema de Contabilidade e remoções de emissões de GEE;
- Co benefícios do Sistema de Rastreamento;
- Registro Construção;
- Desenvolvimento de uma base de dados de projetos e iniciativas com a célula IEC REDD+;
- Identificação e implementação de procedimentos de aprovação e registro de projetos de REDD +;
- Suporte para o Projeto para o desenvolvimento de células MRV em projectos-piloto;
- Desenvolvimento do quadro jurídico relativo à aprovação e registro de projetos de REDD+; com a UN REED+;
- Desenvolvimento de um sistema de monitoramento de impactos ambientais e sociais no sistema MRV;

Qualificação

3 Peritos qualificados:

- a) Um em Contabilidade Carbono,
- b) Um em Mapeamento e GIS;
- c) Outro em Ciências Sociais

(Ou disciplinas similares)

Experiência profissional: 3 ano em cada disciplina (para cada um dos peritos)

Experiência em inventários florestais

Nível Académico: Mestrado

TDR preliminar para especialistas em projetos / REDD +

Objetivo

Os projetos de desenvolvimento - programas setoriais ou integrados com as partes interessadas com o objetivo de implantar REDD + no país.

Tarefas:

- Identificação de potenciais fontes de financiamento para projetos de REDD,
- Identificação das partes interessadas e parceiros técnicos para a implementação de projetos;
- Identificação de potenciais projetos de REDD (local, objetivo do projeto, o conteúdo do projeto)
- Gestão e suporte técnico das partes interessadas para a criação de projetos;
- Monitoramento e apoio aos interessados ;
- Apoiar ao desenvolvimento e implementação de projectos / programas;
- Monitoramento - Avaliação de projectos / programas;

Qualificação

2 Peritos qualificados:

Um em Instalação e gestão de projectos / programas

Outro em Monitoramento e avaliação de projetos - programas

(Ou disciplinas similares)

Experiencia Profissional: de 3 anos em design / gestão / acompanhamento de projetos – programas;

Nível Académico: Mestrado,

TDR preliminar para peritos para apoiar o Secretariado Técnico

Objetivo

A construção da estratégia nacional de REDD+ STP

Tarefas:

- Planeamento de atividades a serem realizadas pela Secretaria Técnica,
- Elaboração de ferramentas operacionais e estratégicas necessárias para a construção da estratégia;
- Assegurar a participação de todos os interessados no processo REDD +;
- Garantir a consistência da estratégia de REDD + com todas as estratégias sectoriais;
- Coordenação das actividades a realizar no âmbito da construção da estratégia;
- Preparar arquivos para a representação de São Tomé e Príncipe para a comunidade internacional;
- Identificação e elaboração de legislação necessária para legalizar o processo de REDD +; procedimentos de monitoramento para a adoção dessas leis
- Prepare os registros necessários para a transmissão ao Comité de Direcção
- Realizar qualquer atividade recomendada e programado pela Unidade Gestora;

Qualificação

Quatro peritos qualificados incluindo:

- A gestão jurídica e institucional
- Um planeamento
- Um em desenvolvimento ou de desenvolvimento rural
- A sócio-economia e participativa do desenvolvimento
(Ou disciplinas similares)

Nível de Mestrado, no mínimo,

Experiência de pelo menos 3 anos na coordenação

TDR preliminar para perito do CT-Jurídica**Objetivo**

Emitir pareceres jurídicos relacionado com o processo REDD+.

Qualificação

1 Perito qualificado em direito fundiário e ambiental

Nível Académico: Mestrado

Experiência: 3 ano na área jurídica fundiária e ambiental

Anexos 1B: Difusão de informação e diálogo inicial com Grupos chave das partes envolvidas

Anexo 1B/1: Lista do público-alvo

Presidência de Republica

1. Assessor/ Assuntos Sociais
2. Assessor/ Assuntos Ambientais
3. Assessor/ Comunicação social

Primeiro-ministro

Membros do Governo

1. M. Plano e Finanças
2. M. da juventude e desporto
3. M. Saúde e assuntos sociais
4. M. Educação, cultura e formação
5. M. Justiça Administração pública e assuntos parlamentares
6. M. Negócios Estrangeiros cooperação e comunidades
7. M. Defesa e ordem interna
8. M. Obras Públicas, infraestrutura, recursos naturais e Meio Ambiente
9. M. Agricultura e desenvolvimento rural
10. M. Comercio Industria e Turismo

Instituições:

1. Direcção do Comercio

Poder Local

1. PR. Câmara Distrital de Água Grande
2. PR. Câmara Distrital de Mé-Zochi
3. PR. Câmara Distrital de Lembá
4. PR. Câmara Distrital de Lobata
5. PR. Câmara Distrital de Caué
6. PR. Câmara Distrital de Cantagalo
7. PR. Região Autónoma do Príncipe

Comandante Geral e distritais da polícia Nacional

1. Comandante Distrital de Água Grande
2. Comandante Distrital de Mé-Zochi

2. Direcção do Turismo
3. Direcção das Pescas
4. Direcção do Ambiente
5. Direcção do Pecuária
6. Direcção da Floresta
7. Direcção do Planeamento e Inovação Educativa
8. Direcção do Ensino Primário
9. Direcção do Ensino Secundário
10. Ensino superior (IUCAI, ISP, Lusíadas)
11. Direcção da habitação
12. Direcção do Trabalho
13. Direcção de planeamento e estudos da Agricultura
14. Instituto Nacional de Estradas - INAE
15. Gabinete de Interesse de Manutenção de Estradas - GIME
16. Instituto Nacional de Estatística – INE
17. Direcção de Cuidado de Saúde
18. Direcção CIAT
19. Direcção CATAP
20. Direcção EFOP
21. Direcção INPG

3. Comandante Distrital de Lembá
4. Comandante Distrital de Lobata
5. Comandante Distrital de Caué
6. Comandante Distrital de Cantagalo
7. Comandante da RAP

Responsáveis distritais de Saúde e RAP

1. Responsável de Lobata
2. Responsável de Lembá
3. Responsável de Caué
4. Responsável de Água Grande
5. Responsável Mé-Zochi
6. Responsável de Cantagalo
7. Região Autónoma do Príncipe

Partidos Políticos

1. MLSTP
2. MDFM
3. ADI
4. PCD

Corpos Diplomáticos

1. E. Brasil
2. E. Portugal
3. E. França
4. E. Angola
5. E. Cabo Verde
6. E. Taiwan
7. E. Nigéria
8. E. Japão
9. E. Guiné Equatorial
10. E. Gabão

Agência da ONU

1. PNUD
2. INICEF
3. OMS
4. UNFPA
5. PAM
6. BAD
7. FED
8. UE

Empresa privadas

1. CST
2. EMAE
3. Os Bancos locais: Banco Internacional, COBSTP, Afriland Bank, Ecobank, Oceanic Bank, Banco Equador, Island Bank, etc.
4. Seguros: Sociedade SAT Assurance, e a Nicon Seguros, etc.
5. SATOCAO, AGRIPALMA

6. E. Construção Civil

Igrejas

- 1) Católica
- 2) Maná
- 3) I.Evangélica
- 4) I.Universal do Reino de Deus
- 5) I. Baptista
- 6) I. Assembleia de Deus (TVS)**ONG**
- 1) ADAPPA
- 2) ALISEI
- 3) ARCAR
- 4) Assistência Médica Internacional-AMI
- 5) Associação de Moradores de Boa-Morte-AMBM
- 6) Associação dos Moradores de Riboque Capital-AMAR
- 7) CARITAS de STP CSTP
- 8) Cruz Vermelha de São Tomé e Príncipe
- 9) Instituto Marquês de Valle Flôr-IMVF
- 10) Leigos para o Desenvolvimento-LEIGOS
- 11) Médicos do Mundo – Portugal
- 12) Santa Casa da Misericórdia

Projectos

1. CECAF
2. PAPAFA
3. Priasa

Representantes

4. Representantes das Localidades
5. Representantes das serrações
6. Representantes Carvoeiros
7. Representantes dos estudantes
8. Representantes Club de Jornalistas do Meio Ambiente.

Anexo 1B 2: Quadro Sínteses das actividades de informação e diálogo realizados no quadro da R-PP.

Tabela nº 41: Quadro Sínteses das actividades de informação e diálogo realizados no quadro da R-PP.

Actividades	Lugar Data	Nº Participantes	Participantes	Objectivos	Principais Recomendações
Atelier de Sensibilização de Formação e de Planificação do projeto MNV STP	21 à 23 /5/2013 Água Grande	43 Participantes	Técnicos de diversas instituições do Estado, ONG e associações.	Divulgar informações sobre o projeto para as diferentes partes interessadas; Informar o processo de elaboração do R-PP e identificar os primeiros elementos que possam contribuir para a elaboração deste documento (identificar necessidades de capacitação para o desenvolvimento de REDD e, particularmente, o SNSF); Montar o processo do roteiro.	Criar um decreto ministerial sobre a criação de instituições para o gerenciamento de processo de REDD +; Desenvolver uma abordagem integrada, a fim de considerar todos os aspectos e causas do desmatamento e da degradação dos recursos naturais e florestais; Identificar e rapidamente construir a capacidade dos especialistas envolvidos no processo; Enfatizar a propriedade do processo de REDD + São Tomé e Príncipe, através da participação de potenciais interessados e isso no início do processo; Reforçar a cooperação Sul-Sul para a capacitação e troca de experiências; Envolver todos os intervenientes no processo de REED + na campanha de conscientização que deve ser realizada em grande escala; O Departamento Florestal deve procurar e capitalizar sobre os dados de inventários últimos espalhadas entre diferentes instituições; As instituições de pesquisa devem ser envolvidos no processo de REDD +;
Formação de Facilitadores sobre o REDD+	5, 6 e 7/ 11/2013 Água Grande	23 Formandos	Técnicos da direcção das florestas, de direcção da agricultura, agentes das diversas ONG e os consultores nacionais.	Explicar o que é o REDD+, a sua importância para STP, benefícios. Quais são as fases do processo REDD+ e colher subsídios das diversas localidades a nível dos distritos.	Criar equipas para divulgar o REDD+. Sensibilizar um número máximo de localidades nos distritos.
Encontros entre CNS (Comité Nacional de Seguimento o projecto SMNV e as Câmaras Distritais)	26 á 28/ 11/2013	3 Participantes por cada distrito	Dois Membros do CNS e um representante das diversas Câmaras Distritais.	Fazer abordagem geral sobre o aparecimento do programa REDD+ e consequentemente o projecto SMNV. Pedir a colaboração das autoridades locais em futuras actividades a serem desenvolvidas no âmbito do projecto.	Envolver sempre o poder local para o sucesso do REDD+. Passar toda a informação recebida a toda a Staff de referida instituição. Apoiar nas actividades de sensibilização nas comunidades do distrito.
Sensibilização a	4,5,6,7, 8	1000	Equipa de terreno	Informar sobre a existência	O Ministério da agricultura e a direcção da floresta e o

Anexo 1B/3. Cartografia das partes interessadas do Público-alvo

Parte interessadas	Composição:
Sociedade Civil	A Sociedade Civil inclui o conjunto de organizações e instituições cívicas que trabalham como mediadores entre os indivíduos e o Estado; organizações não-governamentais nacionais e internacionais, associações e universidades. Ela compreende as comunidades locais, donde se destaca entre outros as ONGs, associações, autoridades tradicionais, religiosas; líderes de opinião, pequenos e médios agricultores, carvoeiros, vinhateiros, curandeiros, etc.
Poder Local	São Tomé e Príncipe está dividido em seis Distritos (Água Grande, Mé-Zochi, Lembá, Lobata, Caué, Cantagalo) e uma região autónoma)), representada pelo Presidente regional. Os Distritos têm como autoridade territorial o presidente de Câmara. Essas instituições jogam um papel fundamental, porque estão em contacto permanente com a população no seu dia-a-dia e andam a par das dificuldades e conquistas nas suas respectivas localidades. Daí a necessidade de se definir seu papel na implementação da REDD+, enquanto instrumento adoptado para o desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe.
Administração pública	A Administração pública é um outro grupo importante, sobretudo, na definição dos programas e linhas gerais dos projetos-piloto que poderão ser desenvolvidos na fase de implementação da REDD+. Daí que direcções como a do planeamento e estudos da Agricultura, serviços geográficos e cadastrais, Instituto Nacional de Estradas – INAE, Gabinete de Interesse de Manutenção de Estradas – GIME, Instituto Nacional de Estatística – INE serão de grande ajuda pelas funções e competências no processo de preparação da REDD+.
Sector Privado	Este segmento desempenha um papel muito importante. Pode entretanto, ser motor de desflorestação directo ou indirecto, como é o caso da SATOCAO, AGRIPALMA e empresas de Construção Civil, EMAE. Por outro, é com o sector privado que São Tomé e Príncipe poderá tirar melhor os dividendos da REDD+, pela sua vocação em gerar mais emprego, riqueza e transformando os recursos disponíveis em bens e serviços a favor do desenvolvimento.
Media	Os médias, como em qualquer outro processo, são parte essencial na difusão de inovações ou vulgarização de procedimentos. São Tomé e Príncipe vive a aldeia planetária; primeiro, pela dimensão do seu território, segundo, pelo grau de alfabetização da sua população e terceiro, pela influência da opinião pública no seu quotidiano e quarto, pela comunicação interpessoal. Nesta conformidade, os média é um pressuposto para o êxito da REDD+ com o seu envolvimento em todas as fases.
Parceiros do desenvolvimento	Estas categorias estão presentes em todos os Distritos e o seu papel poderá ser diferencial em função da construção da estratégia.

Anexo 1B/4. Ferramentas de Comunicação

Instrumentos De comunicação	Alcance e compreensão				
	Alvo	Conteúdo	Canal para mobilização	Momento	local
Outdoor	Todas faixas etárias	REDD+	Quadros	Durante todo processo	Praças e sítios públicos
Cartazes	Todas faixas	REDD+	Site, jornais digitais	Todos anos	Distritos
Folhetos	Jovens+adultos	REDD+	Site, jornais digitais, escolas	Durante todo processo	Distritos
Calendário	Adultos	REDD+	Estabelecimento de ensino, Ongs, Associações	Durante todo processo	Distritos
Banners	Todas faixas	REDD+	Comissão REDD+	Durante eventos	Sítios eleitos
Spot publicitário	Todos	REDD+	TV, RADIO	Todo processo	São Tomé e Príncipe
T-shirt	Crianças e Jovens	REDD+	Associações Juvenis	Início e 3ºano	Escolas
Bonés	Crianças e Jovens	REDD+	Direcções escolares	1ºano	Escolas
Bolsas	Senhoras	REDD+	Associações de Mulheres	2ºano	Comunidades
Mochilas	Jovens	REDD+	Associações juvenis	1º ano	Escolas
Cadernos	Estudantes	REDD+	Direcções escolares	Cada inicio do ano	Escolas
Bloco de notas	Estudantes e trabalhadores	REDD+	Associações	1ºano	Escolas, Função Pública
Canetas	Trabalhadores	REDD+	Estabelecimentos do ensino	2º ano	Escolas, Função Pública
Balões	Estudantes	REDD+	Estabelecimento de ensino Ongs	Durante todo processo	Escolas, Função Pública
Crachas	Pessoal autorizado	REDD+	Trabalhadores	Durante todo processo	Instituição
Desdobrável	Todas faixas	REDD+	Estabelecimento de ensino, Ongs, Associações	Durante todo processo	Comunidades
Autocolantes	Todas faixas	REDD+	Estabelecimento de ensino, Ongs, Associações	Durante todo processo	Comunidades
Soltos (capas)	Todas faixas	REDD+	Ongs	Durante todo processo	Comunidades
Fita porta-chaves	Jovens e adultos	REDD+	Ongs Associações	Durante todo processo	Comunidades

Anexo 1C : Processo de consulta e de participação

Anexo 1C/1. Estratégias de comunicação

ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PARA A REDD+ STP E FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO.

Difusão de informação e diálogo inicial com Grupos chave das partes envolvidas.

Contextualização

O processo de preparação e implementação da REDD+, na sua fase de elaboração do RPP requer participação contínua dos principais autores chave de São Tomé e Príncipe, para facilitar uma maior inclusividade tendo em conta as particularidades da sua situação geográfica em relação ao resto do Continente.

Ademais, São Tomé e Príncipe está prenhe de experiências participativas, pelo que o processo REDD+ afigura-se como uma destas iniciativas que poderão valorizar o leque de lições apreendidas. Importa salientar que o exercício da cidadania é uma das práticas evidentes neste País, ao considerar-se o peso dos cidadãos na feitura da opinião pública em São Tomé e Príncipe, durante os XV Governos, desde que o País ascendeu à soberania nacional.

É importante frisar que São Tomé e Príncipe é um país territorialmente pequeno com uma cultura mista, composta por diversas línguas (crioulo cabo-verdiano, foro, luguie e anguené), apesar do português ser a língua nacional. Todo o processo de divulgação de inovações e/ou informações será sempre facilitada pelo grau de alfabetização da sua população, que conta com cerca de 91% de alfabetizados. As barreiras linguísticas não têm tanto peso, pois o português, enquanto língua materna, constitui o denominador comum.

Partilha de informações e diálogo precoce com grupos chave

A partilha de informação e diálogo na fase pré REDD+ foi de uma abrangência territorial nomeadamente a Região Autónoma do Príncipe e 6 (seis) Distritos de São Tomé. As etapas deste diálogo envolveram sessões de formação, sensibilização, consulta e concertação tendo envolvido cerca de 1429 cidadãos. O conteúdo destas sessões prendeu-se com a problemática das alterações climáticas, a importância da preservação e conservação na biodiversidade de S. Tomé e Príncipe, a REDD + e os seus mecanismos de implementação, a necessidade de se construir uma estratégia nacional sobre a REDD + que seja inclusiva e sirva os interesses do desenvolvimento do País; e a importância na elaboração do presente R-PP que seja um documento consensual das partes envolvidas.

Desenvolvimento da Estratégia de Comunicação.

Uma estratégia de comunicação é essencial para incluir de forma abrangente as necessidades e as preocupações das partes interessadas, a imagem do processo em curso, a coerência e continuidade das acções a empreender assim como a sua adaptação ao contexto do País.

A comunicação cara a cara através do processo de consulta e participação é um dos requisitos “sine qua non” do nosso R-PP. Mas para a actual estratégia de comunicação usaremos também os meios de comunicação massiva. Pois temos o privilégio de São Tomé e Príncipe ter uma taxa de alfabetização de 91% (segundo o censo de 2012) o que justifica o uso destes diversos produtos comunicativos tornando assim o trabalho mais coerente.

O principal objetivo desta estratégia é:

"Melhorar a participação dos interessados em questões relacionadas às mudanças climáticas e REDD+, através da elaboração e implementação de acções comunicativas para construção e divulgação da estratégia REDD+ com vista a consolidar as acções consignadas no presente R-PP.

Objetivos específicos:

- Criar mecanismos para difusão dos elementos do processo REDD+.
- Desenvolver, sistemas e suportes Áudio, audiovisual, digital e impresso para produção de informação sobre o REDD+.
- Promover uma difusão massiva e eficaz sobre o R-PP e os passos a seguir em direcção a REDD+ fazendo tanto informação acessível como a sua ampla disseminação.
- Envolver as partes interessadas a desempenhar um papel mais activo na implementação da estratégia de comunicação.
- Sensibilizar e mobilizar as partes interessadas sobre as mudanças climáticas e REDD+, bem como a necessidade de trocar e divulgar informações.
- Reforçar as competências dos actores em vários campos particularmente em relação às mudanças climáticas e REDD +.

Resultados esperados

- Sistemas e suportes (Áudio, audiovisual, digital impresso) para produção de informação sobre o REDD+ são elaborados e difundidos.
- A proposta de preparação para a REDD+ é elaborada, difundida e aplicada.

Descrição do público e Necessidades de Comunicação.

Para a identificação do público-alvo torna-se importante esclarecer as suas funções e necessidades em termos de comunicação na medida em que o impacto da mensagem a desenvolver não depende apenas do destinatário, mas também daquele com o qual ele está relacionado.

Público-alvo.

Para uma melhor compressão da categorização do público-alvo o diagrama abaixo é elucidativo: A participação de um público diversificado será uma constante no desenvolvimento da proposta R-PP, assim como a sua implementação.

Para efeito, foram identificados seis principais categorias de partes interessadas tal como se segue: Sociedade Civil, Sector Privado, Administração pública, Parceiros do Desenvolvimento, medias e Poder local.

Esquema nº 1: Partes interessadas no processo de REDD + STP.

Administração pública

A Administração pública é um outro grupo importante, sobretudo, na definição dos programas e linhas gerais dos projetos-piloto que poderão ser desenvolvidos na fase de implementação da REDD+. Daí que direcções como a do planeamento e estudos da Agricultura, serviços geográficos e cadastrais, Instituto Nacional de Estradas – INAE, Gabinete de Interesse de Manutenção de Estradas – GIME, Instituto Nacional de Estatística – INE serão de grande ajuda pelas funções e competências no processo de preparação da REDD+.

Parceiros do desenvolvimento

Estas categorias estão presentes em todos os Distritos e o seu papel poderá ser diferencial em função da construção da estratégia.

Poder Local

São Tomé e Príncipe está divididos em seis Distritos (Água Grande, Mé-Zochi, Lembá, Lobata, Caué, Cantagalo) e uma região autónoma, representada pelo Presidente regional. Os Distritos têm como autoridade territorial o presidente de Câmara. Essas instituições jogam um papel fundamental, porque estão em contacto permanente com a população no seu dia-a-dia e andam a par das dificuldades e conquistas nas suas respectivas localidades. Daí a necessidade de se definir seu papel na implementação da REDD+, enquanto instrumento adoptado para o desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe.

Sector Privado

Este segmento desempenha um papel muito importante. Pode entretanto, ser motor de desflorestação directo ou indirecto, como é o caso da SATOCAO, AGRIPALMA e empresas de Construção Civil, EMAE.

Por outro, é com o sector privado que São Tomé e Príncipe poderá tirar melhor os dividendos da REDD+, pela sua vocação em gerar mais emprego, riqueza e transformando os recursos disponíveis em bens e serviços a favor do desenvolvimento.

Sociedade Civil

A Sociedade Civil inclui o conjunto de organizações e instituições cívicas que trabalham como mediadores entre os indivíduos e o Estado; organizações não-governamentais nacionais e internacionais, associações e universidades.

Ela compreende as comunidades locais, donde se destaca entre outros as ONGs, associações, autoridades tradicionais, religiosas; líderes de opinião, pequenos e médios agricultores, carvoeiros, vinhateiros, curandeiros, etc.

Média

Os médias, como em qualquer outro processo, são parte essencial na difusão de inovações ou vulgarização de procedimentos. São Tomé e Príncipe vive a aldeia planetária; primeiro, pela dimensão do seu território, segundo, pelo grau de alfabetização da sua população e terceiro, pela influência da opinião pública no seu quotidiano e quarto, pela comunicação inter-pessoal.

Nesta conformidade, os média é um pressuposto para o êxito da REDD+ com o seu envolvimento em todas fases.

b) Preocupações das partes interessadas quanto ao futuro da REDD+

É necessário estabelecer um diálogo, onde todos os actores possam ter acesso à informação actualizada. Nesta perspectiva cada categoria das partes interessadas poderá ser esclarecida quanto aos passos a serem dados para a construção da estratégia; as causas da desflorestação e degradação das florestas em São Tomé e Príncipe, o reforço das capacidades institucionais não só da Sociedade Civil mas dos Média, das administrações públicas e até do sector privado.

Durante as cinco formações sobre o processo REDD+ (atelier de formação sobre a planificação, formação dos membros do Comité técnico Nacional de Segmentos (CTNS), formação de formadores, dos consultores nacionais, dos pontos focais REDD+) foram recolhidos contributos para a R-PP, identificando preocupações, necessidades, interesses e oportunidades com os distintos públicos e reconheceu-se ainda que São Tomé e Príncipe conta com um grande potencial para desenvolver rapidamente a REDD+, mas tem apresentado algumas lacunas tais como:

- A problemática de gestão florestal do país e a fraca aplicação da legislação florestal.

- Os riscos de ver os mesmos grupos dominantes a beneficiarem dos resultados da REDD+;

- A questão da cedência de terras à SATOCAO e AGRIPALMA, duas empresas cuja actividades têm impacto directo na desflorestação e degradação das florestas. A primeira ocupa a parte Norte da Ilha de São Tomé. O seu trabalho, nas encostas dos taludes montanhosos, incide grandemente na degradação do coberto florestal, embora a cultura de Cacau seja altamente ombrófila.

A segunda, sobretudo com maior extensão na zona Sul da ilha de São Tomé, gera uma autêntica ruptura, pelo que o processo de desflorestação é bem visível. Esta deve ter sido uma das razões que levaram as Autoridades de Príncipe a manifestar a sua reticência em relação à instalação da AGRIPALMA, naquelas paragens.

- O processo de tomada de decisões entre as diferentes categorias, com o risco de tudo baralhar, ao correr-se o risco de as decisões virem sempre do topo para a base, quando o processo de transferência de informações poderia a partir da base para as instâncias de topo.

Apesar dos passos importantes, na realidade, esta etapa deve continuar no decurso do presente ano e nos primeiros meses de implementação do R-PP, de modo a que se possa ampliar a quantidade e qualidade de informação ao nível nacional. Implementa-se, ipso facto, o diálogo com as universidades, as associações (juvenis rurais, madeireiros).

Descrição da mensagem geral de base

Ao identificar o público-alvo e as suas necessidades de comunicação, leva-nos a refletir sobre a natureza da mensagem a oferecer. Importa lembrar que uma mensagem a transmitir deve ser clara e concisa para dar maior impacto. Ela incorpora os elementos essenciais das informações que devem aparecer de forma consistente na concepção e na implementação da comunicação tal como descritos abaixo.

Mensagem Básica:

"O REDD + é um novo mecanismo que visa mitigar os efeitos das alterações climáticas e promover a conservação da floresta e desenvolvimento sustentável."

São Tomé e Príncipe como membro dos países da COMIFAC realmente quer envolver-se em REDD +.

O sucesso e a sustentabilidade deste processo envolve:

- *A participação e o envolvimento de todas as partes interessadas para alcançar uma visão comum que reflita as preocupações da estratégia de REDD +,*
- *O compromisso em assumir a responsabilidade de cada um para permitir a sua participação no processo e as mudanças no seu estilo de vida.*
- *A participação e o empenho de cada processo implica trabalhar ativamente para a sua implementação, tomada de decisão, monitoramento e avaliação, equilibrando interesses individuais e colectivos na gestão das florestas.*

Acções de comunicação.

As s de comunicação a realizar devem ser eficazes e sensíveis às necessidades das partes interessadas acima mencionadas.

A estratégia a implementar nesta proposta abarca todo o território nacional, toda a população, com a disseminação de mensagens chave através de comunicação cara a cara e mass média. A mesma começa desde advocacia (Plaidoyer), formação, mensagens nos meios de comunicação massiva, etc... munindo os diversos públicos com informação e conhecimento suficientes que os permitirão utilizá-los antes e durante o processo REDD+.

Advocacia é dirigida aos órgãos de soberania, decisores políticos, parceiros, poder local e o sector privado.

Acções a desenvolver junto a entidades acima mencionadas:

- ✓ Organizar encontros de informação (reuniões, ateliês, entrevistas) sobre o que é a REDD+, sua importância para o país e a necessidade da participação e colaboração dos mesmos neste processo. Dever-se-á durante estes encontros partilhar documentários audiovisual, folhetos com informações chave, apresentar a R-PP, etc.
- ✓ Reuniões de alto nível e mesas técnicas nacionais.
- ✓ Gravar depoimentos dos mesmos a favor da REDD+ e divulgá-los através dos órgãos da comunicação social.

Mobilização social é convocar vontades para actuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados, a mesma está direccionada ao conjunto de organizações e instituições cívicas (ONGs, Igrejas, líderes de opiniões e representantes das comunidades) e através delas sensibilizar a população.

Acções a desenvolver:

- ✓ Sessões de Formações, reuniões e discussões com a sociedade civil ao propósito do tema:
 - O que é a REDD+? A sua importância para o País? Quais são as grandes vantagens e desvantagens da REDD+? E principais desafios?

Comunicação através de meios áudio, audiovisual, impresso e digital.

Atingir um número máximo de pessoas. O objectivo é massificar a difusão de informação de forma que as pessoas possam informar-se sobre o processo e desta forma dar a seu maior contributo (opinião) sobre o processo REDD+.

Acções a desenvolver:

- ✓ **Formação** para Informar e capacitar os profissionais das médias sobre tudo o que tem a ver com o processo REDD+. Responder às suas questões e dissipar as suas inquietações e que por seu turno possam informar com segurança às questões relacionada a REDD+.

Mensagem mass média com o apoio da Coordenação Técnica e Científica Nacional REDD+ (CTN REDD+), elaborar textos a serem difundidos pelos diversos meios de comunicação. Os referidos meios prendem-se com: Rádios, TV, internet e meios impressos (jornais, cartazes, desdobráveis, banners, outdoors, etc.).

As ferramentas de comunicação

- **Folhetos e Livretos:** o mais simples possível com as principais informações e uma língua local compreensível pelo público-alvo.
- **Impressão:** Com uma função de incentivo, ele vai concentrar-se num tópico específico e fornecer informações mais específicas. O **cartaz** tem o potencial de reduzir e substituí-los com as imagens.
- **Flash:** para tema específico, produz uma sequência de imagens que descreve uma situação desejada e se colocará em sites mais visitados pelos Santomenses. Exemplos: Jornal digital Tela-Nón, STP Digital, O Parvo, Jornal Kê Kuá, etc...
- **Artigos jornais, Comunicado de Imprensa, Spot Publicitário e Documental:** para a sua função como ferramentas de comunicação de massa, ou seja, até um público mais amplo e diversificado. Eles também podem consultar e aderir actores locais no processo de REDD +.
- **Músicas e Teatros:** é eficaz para levantar e despertar o baixo astral, tem a vantagem de alcançar as mentes e incentivar a mudança de comportamento.
- **Sms:** duplamente útil no sentido de que é possível não só enviar informações e orientações, mas também para receber alertas e denúncias de quaisquer s ilegais ou anormais.

Cada passo, cada ação, cada ferramenta tem seu próprio interesse, mas tudo se encaixa em uma coerência global.

Objectivo principal:

- Melhorar a participação dos interessados em questões relacionadas às mudanças climáticas e REDD+, no âmbito de partilha de informação e comunicação ou ambas as partes pudessem expressar livremente suas expectativas e preocupações e se envolver de forma responsável.

Objectivo Estratégico:

- "Envolver as partes interessadas a desempenhar um papel mais activo na validação e implementação da estratégia de comunicação."

Objetivos de comunicação:

- Sensibilizar e mobilizar sobre mudanças climáticas e REDD+ como necessidade de trocar e divulgar informações,
- Divulgar informações sobre as mudanças climáticas e REDD+ fazendo tanto a informação acessível como a sua ampla disseminação,
- Reforçar a capacidade das partes interessadas em diversas áreas particularmente em relação às mudanças climáticas e REDD +.

Tabela: Plano de Acção Proposto

Os grupos-alvo	Actividades/Ferramentas	Mensagem específico (mais mensagem geral)	Resultados esperados	Responsável	Pessoas Envolvidas
População	<ul style="list-style-type: none"> • Sessões de sensibilização • As transmissões de rádio • Flash • Teatros e músicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança de comportamento requer o envolvimento e a capacitação das comunidades locais e rural no processo de REDD+, • A acção do homem sobre as florestas pode com o tempo, fazê-las desaparecer e não servir nem às futuras gerações. 	<ul style="list-style-type: none"> • As Actividades de controlo que afetam suas vidas, • Uma visão que reflita o consenso comum no que diz respeito a estratégia da REDD+, • Transformações de seus estilos de vida e sua participação na tomada de decisões 	Comitê REDD +	Da sociedade civil, Administração, Parceiros de Desenvolvimento
Poder local e de Órgão Soberania	<ul style="list-style-type: none"> • Consultas distritais, • Reuniões de coordenação, • Sessões de sensibilizações, • Emissões de Rádio-TV, • Dia Nacional de Mudanças Climáticas, • Intercâmbios entre os países • Folhetos / livretos • Comunicados de imprensa, artigos de jornal, documental • SMS 	<ul style="list-style-type: none"> • REDD + é um novo mecanismo adoptado pelas partes para a mitigação da mudança climática, e sem a participação dos ministérios e o poder local, a REDD+ só pode ser feito de forma eficaz com as realidades de cada um, • Funcionários e administração deputados e Presidentes de Camaras devem desempenhar o seu papel de divulgar informações sobre leis e convenções. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de REDD + • Iniciar leis para REDD + nas leis sectoriais • Cumprimento da legislação Florestal. 	Comitê REDD +	Parceiros do Governo, de desenvolvimento
Setor privado e Sociedade civil	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta distrital, reuniões de coordenação, • Sessões de sensibilização, • Emissões de rádio-tv • Dia Nacional de Mudanças 	REDD + é a mobilização das comunidades locais para as questões relacionadas às mudanças climáticas devido ao desmatamento no âmbito da	• Estratégia de REDD + é enriquecida com a experiência, o conhecimento (experiência	Comitê REDD +	Parceiros da sociedade civil, do setor privado, o desenvolvimento

Os grupos-alvo	Actividades/Ferramentas	Mensagem específico (mais mensagem geral)	Resultados esperados	Responsável	Pessoas Envolvidas
	Climáticas <ul style="list-style-type: none"> • Os intercâmbios entre os países • Folhetos / livretos, cartazes • Comunicado de imprensa, artigos de jornal, documental, • SMS • Flash, cartazes ✓ Comunicado de imprensa, artigos de jornal, Documental ✓ SMS 	luta contra a pobreza.	capitalização) <ul style="list-style-type: none"> • Transformações de seus estilos de vida e na sua participação na tomada de decisões. 		
Os parceiros de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Sessões de sensibilização • Emissões de Rádio-TV • Folhetos / livretos, cartazes • Documental • Artigos de jornais, imprensa, Spot publicitário 	<ul style="list-style-type: none"> • O compromisso dos parceiros de desenvolvimento para o REDD + é essencial, especialmente em termos de sustentabilidade e replicabilidade • A integração dos programas de REDD + também seria um forte sinal de seu compromisso. • Depois de ter apoiado o desenvolvimento do R-PP, é importante que eles também apoiem a estratégia de REDD +. 	<ul style="list-style-type: none"> • REDD + está em linha com os objectivos principais dos parceiros de desenvolvimento, tais como os ODM, PRSP • Capitalização de boas experiências • Apoio Financeiro 	Comitê REDD +	Parceiros de desenvolvimento do Governo

Avaliação da comunicação estratégica.

Para garantir o sucesso de uma estratégia de comunicação, a avaliação dinâmica do sistema de monitoramento deve ser instituída. Esta é, entre outras coisas a garantia para o acompanhamento regular dos indicadores da estratégia de comunicação e medição da eficácia da estratégia de comunicação, como e quando o avanço do projecto para ajustar se for necessário.

a) Indicadores

De fato, o monitoramento é baseado na colecta de informações, a fim de estabelecer e medir indicadores. Ele permite que você siga passo a passo as conquistas da Estratégia, especifique o nível desejado atingido durante um tempo específico para cada indicador.

Outras ferramentas diárias de monitoramento de indicadores devem ser desenvolvidas. Em especial:

1. As sessões de sensibilização de todos os actores,
2. A frequência das sessões de sensibilização,
3. O número de vezes em que o spot publicitário e documental serão transmitidos.

b) Avaliação da Estratégia de Comunicação

O objectivo da avaliação da estratégia de comunicação é melhorar a eficácia, o impacto ou a relevância de sua implementação (para o projecto actual ou programação futura).

c) Plano de monitoramento e avaliação

A avaliação da Estratégia de Comunicação pode ser feita através de um Plano de Avaliação a ser desenvolvido para esta finalidade. E ela permite que você especifique mais indicadores com as metodologias de medição/monitoramento e, portanto, define as responsabilidades na recolha e análise de dados para cada indicador.

Os elementos de um Plano de Avaliação Monitoramento estão incluídos na matriz abaixo, usando um exemplo:

Tabela: Elementos de um Plano de Avaliação Monitoramento.

Actividade	Indicadores	Análise de Unidade (dados necessários)	Fonte de dados	Pessoa responsável pela coleta e análise	Frequência	Ferramentas coleção	A análise dos dados	Utilização das informações
Reuniões de Coordenação	<ul style="list-style-type: none"> Número de reuniões Temas Número de Participantes 	<ul style="list-style-type: none"> Acta da reunião Livro de Presença 	A Actividade s de contribuição	Responsável pelo monitoramento e avaliação e comunicação	Trimestral mente ou semestralm ente	Questionário ou Entrevistas	Qualitativo ou quantitativo	Melhorar ou mudar o comportamento ou o projecto

Outras ferramentas a ser desenvolvida para ajudar a monitorar a estratégia de comunicação:

1. O guia de entrevista para a pesquisa de opinião sobre o estado de satisfação dos parceiros, partes interessadas e beneficiários do projecto.
2. O questionário das queixas e reclamações.
3. O guião para as entrevistas semi-estruturadas e grupos focais, etc.

Observação: Recomenda-se a envolver todas as partes interessadas no desenvolvimento destas ferramentas de monitoramento e avaliação.

Ferramentas de comunicação

- ✓ Logotipo e Crachá



- ✓ Banners Vertical



✓ Outdoor e Cartaz



✓ Folheto



✓ Calendário e Estrutura do Web Site



✓ Banners Urbano



✓ Camisolas / T-Shirt



Bonés, Bolsa e Mochila

✓



✓ Caderno e Bloco de Nota



Esferográficas, Porta-chaves com fita e Pen Drive



Anexos 2: Preparação da Estratégia REDD+

Anexos 2A: Avaliação do uso de terras, causas das mudanças de afectação de terras, da lei florestal, das políticas e da governação

Anexos 2A/1. Causas da desflorestação e degradação das florestas em São Tomé e Príncipe

	Causas directas	Causas indirectas
Desflorestação	<p>a) Agricultura industrial colonial e pós-colonial</p> <p>b) Construção das infraestruturas</p> <p>c) Agricultura de subsistência</p> <p>Uso de Queimadas descontroladas e de pesticidas como técnica agrícola;</p> <p>d) A exploração da Madeira para Energia -</p> <p>Uso de lenha e carvão como fontes de energia doméstica e industrial</p> <p>e) Extração de inertes</p> <p>f) Comércio informal</p>	<p>a) Fraca capacidade económica do País baseada na exploração dos recursos naturais;</p> <p>b) Crescimento da população e o êxodo rural;</p> <p>c) Políticas mal coordenadas;</p> <p>d) Fragilidades institucionais;</p> <p>e) Falta de tecnologia para a transformação de madeira (uso excessivo e abusivo de motosserras);</p> <p>f) Lacunas na legislação florestal e o seu incumprimento</p> <p>g) Instabilidade político-partidária</p> <p>h) Falta de emprego</p> <p>i) Promiscuidades entre os agentes de controlo e fiscalização das actividades florestais e os madeireiros,</p> <p>j) Insuficiente concertação entre a administração central do Estado ;</p> <p>k) Diferentes interpretações das regulamentações pelas diferentes instituições do Estado,</p> <p>l) Implicação insuficiente de outras administrações do Estado e a sociedade civil pouco envolvida.</p>
Degradação	<p>a) Queimadas de controladas</p> <p>b) Corte indiscriminado inclusive nas Áreas do parque</p> <p>c) Presença de diversas espécies invasoras</p>	<p>a) Falta de fiscalização nas parcelas Agrícolas distribuídas para a população;</p> <p>b) Falta de meios financeiros por parte dos Agricultores;</p> <p>c) Falta de uma política de reflorestação;</p> <p>d) Não observância da Lei Florestal</p>

Anexos 2A/2. Predominância das causas directas da desflorestação e degradação no País.

Causas directas de desflorestação e degradação	Floresta de altitude	Florestas secundárias, capoeira	Florestas de sombra	Savana	Mangais
Agricultura industrial colonial e pós-colonial	+	+++	++++	++	++
Agricultura de subsistência	+	++	++	+	++
Exploração de madeira (lenha e carvão) e a problemática da eficiência energética	+	++++	++++	++++	+++
Construção das infraestruras	+	+++	+++	+++	++
Extracção de inertes	+	+++	+++	+++	++

Legenda:

+ à +++ : do menos à mais importante

Anexo 2A/3. Futuras causas de desflorestação e degradação das florestas em São Tomé e Príncipe.

Utilização futura das terras	Zona de florestas de altitude	Floresta secundária	Florestas de sombra	Savana	Mangais
Agricultura					
Agricultura de exportação	+	++++	++++	+++	+
Agricultura de subsistência	+	++++	++++	++++	++
Exploração do carvão e lenha	+	+++	++++	++++	++
Infraestrutura					
Centralidade habitacional	+	+	+	++++	+++
Porto de Águas Profundas	++++	++++	++++	++++	+++
Infraestruturas de base para o ecoturismo	++	++++	++++	++++	++++
Construções de barragens hidroelétricas	++++	+++	++	+	+
Extração de Inertes	+	++++	++++	++++	+++
Exploração legal e ilegal da madeira	++	++++	++++	++++	+++
Outros	+	+++	+++	+++	+++

Legenda: + à +++ de menos à mais importante

Anexo 2A/4. Esforços empreendidos pelo Governo no sector florestal

✓ Políticas florestais

Do ponto de vista legislativo, muitos esforços foram feitos para: a aplicação da legislação florestal em vigor desde 2001 e os seus decretos; a criação de mecanismos para aplicação da Lei de Protecção da Fauna, Flora e Áreas Protegidas; a promulgação e publicação das Leis de criação dos Parques Naturais Obô de São Tomé e do Príncipe; a actualização e aprovação do Regulamento de Caça; a elaboração da carta de vegetação e da ocupação de solos e a carta de ordenamento florestal; e particularmente projecto do Governo de luta contra o abate ilegal de árvores financiado pelo Orçamento geral do Estado (OGE).

Neste último, prevê-se, para além do mais: (i) Rever as taxas de abate, de serragem e de transporte, adaptando-as ao actual perfil do sector, (ii) reforçar o controlo e fiscalização das áreas florestais para lutar contra exploração abusiva e ilegal, (iii) Incentivar as campanhas de produção de mudas e o plantio para reposição das espécies produtoras de madeira de 1ª qualidade e limitar o seu desperdício derivado de exploração clandestina à motosserras ;

No que tange aos recursos humanos, o Estado prevê a Criação de um corpo de guardas florestais mais eficiente e eficaz;

No entanto o governo participou nas iniciativas ao nível regional e sub-regional para permitir uma melhor integração do nosso País nas políticas de conservação e a gestão dos recursos florestais.

A adesão de São Tomé e Príncipe à Comissão das Florestas de África Central (COMIFAC) foi feita em 2005, mas ainda não ratificou o Tratado da referida organização embora o País esteja a implementar as acções plasmadas no Plano de Convergência da COMIFAC.⁹

Desde 2012, o País é membro do COFO, o Comité das Florestas da Fundo das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO).

Por fim, São Tomé e Príncipe, assinou as Iniciativas sobre os Recursos Fitogenéticos e a Biossegurança.

✓ Políticas ambientais

As políticas ambientais em São Tomé e Príncipe estão assentes nos esforços consentidos na busca de financiamentos depois da cimeira da Terra em 1992, durante a qual foram assinadas as três convenções do Rio:

- A Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas;
- A Convenção relativa a Diversidade Biológica;
- A Convenção sobre o Combate à Desertificação nos Países afectados por seca grave e/ou desertificação, particularmente em África;

⁹ **Nota** - sob a equipa coordenação nacional da COMIFAC, esta em curso o processo de actualização do Plano de Convergência da Comissão das Florestas de África Central.

Essas convenções mudaram o ordenamento jurídico ambiental do País, pelo que:

- **Criou-se do Parque Obô de São Tomé e Príncipe.**

O Parque natural Obô como uma consequência a implementação da Convenção sobre a Biodiversidade.

- ✓ O Parque Natural Obô de São Tomé e Príncipe, pertence à Rede das Áreas Protegidas da África Central - RAPAC. É uma reserva da biosfera da UNESCO.
 - ✓ Este parque é conhecido internacionalmente pela sua riqueza biológica, como o segundo biótopo mais importante em termos da biodiversidade das 75 florestas existentes em África. Os seus habitats e os biótopos hospedam um conjunto de espécies e subespécies endémicas.
 - ✓ Ademais, o WWF, também o classificou na eco-região do Mundo 200, isto é, São Tomé, é um dos 200 sítios mais importantes do mundo em termos da Biodiversidade. Ver o mapa em anexo 2A. 4.
- Criou-se o Jardim botânico e o Herbário Nacional de São Tomé e Príncipe (STPH) associados ao Parque Natural Obô

O Jardim botânico e o Herbário Nacional de São Tomé e Príncipe (STPH)

- ✓ O Jardim botânico de Bom Sucesso é a sede do parque Natural e conta com uma colecção de plantas da flora de São Tomé e Príncipe cultivadas; ele é a porta de entrada aos ecossistemas existentes no interior do Parque;
- ✓ O STPH, é uma colecção com mais de 2000 amostras de plantas colhidas por diversos botânicos e estudiosos que visitaram as florestas do País no quadro da colaboração de São Tomé e Príncipe com as instituições de pesquisas tais como: a Universidade Livre de Bruxelas (ULB), o Centro de Botânica de Lisboa (LISC), Missouri Botanical Garden (MBG) de Nova York), etc.

Estas infraestruturas refletem o esforço nacional e a sua criação contou apoio da União europeia. Esta cooperação permitiu através do Projecto intitulado ECOFAC /UE (Fase I, II, III e IV), criar as condições para implementação de medidas conservação e a utilização racional dos recursos existentes nos ecossistemas florestais de São Tomé e Príncipe.

- Para além do Projecto acima referido, São Tomé e Príncipe implementou o chamado AAP/África de apoio às abordagens integradas para a adaptação às Mudanças Climáticas em África (AAP), com o apoio do Banco Mundial, implementado no País para responder ao prolongamento da estação seca “gravana” que afecta várias partes do País e com uma maior incidência para a região savânica do distrito de Lobata ;

Todavia, o leque de documentos estratégicos e orientadores relacionados com o ambiente, às mudanças climáticas e o aquecimento global integram nomeadamente :

- Plano Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável - PNADD (1998), um para um período de 10 anos (1999/2008), cujo objectivo consistiu no reforço das capacidades nacionais com vista a integrar os conceitos de durabilidade e da gestão ambiental no processo de desenvolvimento;

- Identificação de uma estratégia de sensibilização das populações ribeirinhas com vista a conservação do parque Natural Obô de S. Tomé e o parque do Príncipe e uma gestão participativa das zonas tampão dos referidos parques (ECOFAC IV);
- Elaboração da Estratégia Nacional para uma gestão adequada da Biodiversidade, assim como um Plano de Acção para a proteção e conservação da Diversidade Biológica;
- Elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Obô de São Tomé e Príncipe (2009/2014);
- Plano de acção nacional para adaptação as mudanças climáticas NAPA (2006);
- Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade em STP (MRNEA, 2009);
- Primeira Comunicação Nacional (MRNA, 2002);
- Segunda Comunicação Nacional (MOPRN, 2010);

✓ **Políticas agrícolas**

O objetivo fundamental das políticas agrícolas inseridas em diversos planos estratégicos elaborados e implementados no meio rural visa reduzir até a metade a taxa de pobreza (concentrada sobretudo nas áreas rurais), até 2015 e melhorar o bem-estar geral das populações.

São eles:

- A Carta Política Agrícola e do Desenvolvimento Rural (CPADR 2007) ;
- A Estratégia Nacional de Redução da Pobreza ;
- O programa das Ações Prioritárias (PAP);
- O Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN);
- E o PRIASA I e II (Projecto de Reabilitação das Infraestruturas de Apoio à Agricultura).

Para além disto, estas políticas procuram criar no País um ambiente jurídico e económico favoráveis aos investimentos públicos e privados, para:

- A Preparação e a implementação do Programa Detalhado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PDDAA) para sector realizado em 2012;
- O desenvolvimento de culturas alimentares, hortícolas e frutícolas de forma sustentada;
- A melhoria dos serviços sociais de base e infra-estruturas económicas;
- A promoção da transformação de produtos locais; o estímulo do comércio internacional e promoção da exportação de bens alimentares podem contribuir para melhorar o rendimento familiar, gerar o emprego e diminuir a pobreza no meio rural;
- A reactivação da estrutura experimental agronómica do CIAT e
- A criação um serviço de extensão rural activo e motivado, voltado à vulgarização de tecnologias de produção e transformação e de técnicas de comercialização.

Em 2012/2013, no âmbito da Convenção CCNUCC, São Tomé e Príncipe assinou a convenção em que se compromete em participar no processo REDD+. Para manifestar a sua intenção em tudo fazer para reduzir as emissões dos GEE devido às actividades antrópicas de desmatamento e degradação das florestas está elaborando com o R-PP na fase preparatória; enquanto na fase de implementação o País vai levar a cabo um conjunto de projectos prioritários que concorram na redução das emissões dos GEE e aumentar os stocks de carbono florestal.

Paralelamente à REDD+, STP vai montar um sistema MNV para o seguimento e a verificação das mudanças induzidas pelo projecto REDD+ para medir os stocks de carbono florestal, no âmbito dos Acordos de Cancun de 2010 sobre as Mudanças climáticas.

Em 2014, o ministério de tutela das florestas de São Tomé e Príncipe vai implementar o projecto GCP/RAF/479/AFB, sobre o Reforço da contribuição dos Produtos Florestais Não Lenhosos - PFNL (*Renforcement de la contribution des PFNL*) à segurança alimentar na África Central. No âmbito da integração sub-regional, STP, aderiu ao NEPAD ou seja a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África;

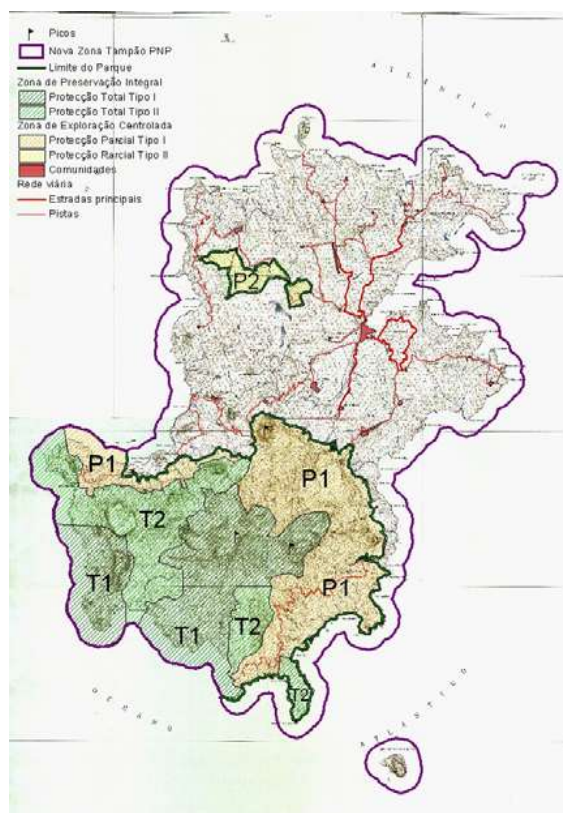
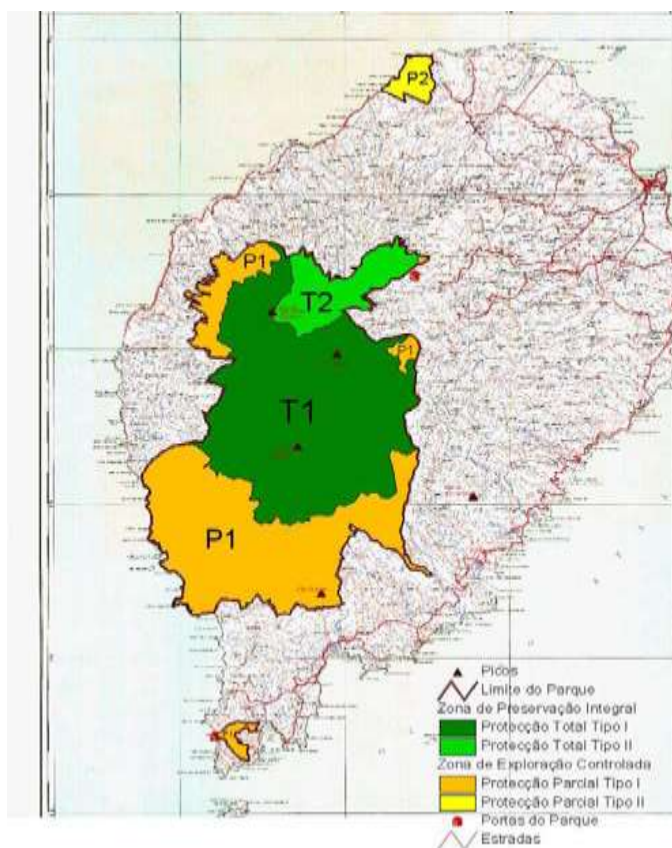
✓ **Política energética**

A fim de diminuir os custos com o fornecimento de energia eléctrica, já começou a pensar-se a utilização de fontes alternativas de fornecimento de energia, nomeadamente a utilização de painéis solares para aproveitamento das horas de insolação do País, bem como a possibilidade de recurso à construção de mini-hídricas.

✓ **Política mineira**

Estas prerrogativas são da atribuição da Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia (DGRNE), junto às empresas que fazem a extração de inertes, em diversas regiões do País : pedreiras de Penha, Boa Morte/Agua Marçal, imediações do Rio Manuel Jorge/Pinheira, Boa Entrada, etc. Não existe alguma política nesta matéria a medio prazo, pois não constituir um sector fundamental no País.

Anexo 2A/5 - Mapa de zonagem do Parque Natural Obô de S.Tomé e do Parque Natural do Príncipe.



Fonte: Planos de manejo dos Parques Naturais Obô de São Tomé e do Príncipe.

Anexo 2A/6 - Acções por sector que tiveram impacto sobre a governação florestal e ambiental.

Acção por sectores com impacto sobre a governação		
Acções realizadas	Acções previstas	Lições apreendidas
Organização administrativa		
Descentralização dos serviços de Agricultura e Pescas com a criação das Delegações Regionais	<ul style="list-style-type: none"> • Informatização da DNAP, com vista a criação de um sistema de base de dados dos funcionários públicos; • Implementação do sistema de avaliação de desempenho anual, de forma a incentivar a gestão por objectivo; • Prossecução de acções de formação contínua dos funcionários públicos; • Introdução do sistema de caixas de sugestões/reclamações em toda Administração Pública, com vista a melhoria dos serviços aos utentes; • Prossecução da monitorização e avaliação da Administração Pública. 	Existe pouca organização administrativa
Sector das Florestas		
Implementação da lei das Florestas (lei 05/2001) e os decretos-leis 19/2009 e 20/2009, no combate ao abate ilegal de árvores; sensibilização da população e actividades de produção e distribuição de plantinhas para a manutenção da cobertura vegetal do País.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço do controlo de abate de árvores combate à exploração abusiva da floresta de sombreamento e redução de desperdícios de madeira; ▪ Replantação de árvores de qualidade; ▪ Prossecução das acções de vulgarização e sensibilização da população rural sobre a legislação florestal; ▪ Revisão do quadro jurídico e reforma institucional sobre a gestão florestal; 	<ul style="list-style-type: none"> • É necessário lutar-se para a Redução das taxas de exploração ilegal de recursos florestais e ambientais.

Sector de Ambiente		
<ul style="list-style-type: none"> Adopção da lei base do Ambiente e de outras afins tais como a lei sobre a flora e áreas protegidas, lei sobre os estudos do Impacto ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Reformas na lei base do Ambiente para a sua melhor implementação 	<ul style="list-style-type: none"> Falta ainda uma conscientização da população no exercício da cidadania responsável face às florestas e o ambiente.
	<ul style="list-style-type: none"> Gestão das vulnerabilidades ; Estabelecimento de um sistema de alerta climático; 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de estruturas de base para o efeito climático, o que faz de STP um país muito vulnerável às Mudanças climáticas.
Sector Energia e Águas		
<ul style="list-style-type: none"> Adopção do Plano Director de Água e Saneamento. Necessidade de investimento na produção de energias alternativas 	<ul style="list-style-type: none"> Estudos para o aproveitamento de novas formas de energia ; Abastecimento com água potável às comunidades agrícolas ; Construção de centrais hidroelétricas (actualmente cerca de 1% de energia consumida é da hidroeletricidade¹⁰). 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento de consumo de água canalizada Escassez de energia Corte de tamarindeiros e de outras espécies para lenha e carvão vegetal
Sector de Extração de inertes		
<ul style="list-style-type: none"> Fiscalização da orla marinha pela guarda costeira 	<ul style="list-style-type: none"> Não existem políticas sobre a exploração de basalto e de cinzas vulcânicas (areão) nas zonas declivosas e de areia. 	<ul style="list-style-type: none"> É necessária monitorizar os sinais de erosão costeira e deslizamentos de terra nalgumas zonas inclinadas (Bom Sucesso, vales de Rio Manuel Jorge e Abade e Zampalma.
Sector de Agricultura		
<ul style="list-style-type: none"> Adopção de vários planos e políticas para a diversificação da produção e produtividade agrícola e combate a insegurança alimentar em parceria com a FAO ; Descentralização dos serviços de agricultura com a criação das Delegações Regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Intensificação durável da produção agropecuária ; Desenvolvimento da infraestrutura de apoio à produção e valorização dos produtos ; Microfinanças e Crédito Rural ; Reforço de Capacidade dos Atores de Desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> É necessária a Reafecção das terras abandonadas e semi abandonadas aos projectos de renovação de cacauzal e de plameiras. Possibilidade de uma maior assistência técnica às comunidades

¹⁰ Inventário de gases com efeito de estufa

Infraestrutura e Ordenamento do território ¹¹		
<ul style="list-style-type: none"> • Adopção de uma lei de orientação para o manejo e o ordenamento do território : • Implementação de obras de infraestruturação do País. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modernizar e dotar o País criando as infraestruturas de base ; ▪ Elaboração do Plano Nacional de Ordenamento do Território; ▪ Capacitação de quadros dos Serviços Geográficos e Cadastrais; ▪ Actualização da cartografia nacional, no âmbito do projecto ESPERG/IPAD; ▪ Criação do Sistema de Informação Geográfica (SIG); ▪ Actualização de plantas topográficas das cidades, para implantação de infraestruturas socioeconómicas; ▪ Elaboração de Plano de Ordenamento do Território Gongga- Santo Amaro. 	<ul style="list-style-type: none"> • É prioritário um plano d'ordenamento de território o que leva à uma Ocupação desordenada dos espaços existentes.

¹¹ Opções de plano 2014

Anexo 2B/1 - Resumo das opções estratégicas por zonas ecossistémicas

	Zona de floresta de altitude	Zona de floresta secundária	Zona de floresta de sombra	Zona de savana	Zona de mangal
Uma actividade agrosilvopastoral competitiva e respeitosa do ambiente					
Implementação de Apicultura e criação animal durável	+	+++	+++	+++	++
Medidas de acompanhamento (financiamento, equipamento, formação, etc.)	+++	+++	+++	+++	+++
As fontes de energia diversificadas para reduzir a pressão sobre a madeira					
Construções de casas com materiais alternativos /utilização fornos melhorados.	+	+	++	++	++
Produção de viveiros e plantação de espécies para a lenha e carvão (fins energéticos).	+	++	++	++	++
Implementação de projetos de Energias alternativas com maior eficiência energética (Mini-hídricas).	++	+++	+++	+++	+
Importação de madeira em toros/pranchas ou transformados para reduzir a degradação florestal.	++	+++	+++	+++	+
Crescimento do stock de carbono é favorecido através da floresta durável e a conservação das AP.					
Reforço da gestão e manejo das Áreas Protegidas (PNO ST, PNOP).	+++	+++	+++	+	+
Reflorestamentos e repoavamentos florestais com espécies produtoras de madeira de boa qualidade.	+	+++	+++	++	+
Controlo e fiscalização florestal e faunística em prol da conservação a biodiversidade.	+++	+++	+++	+++	++

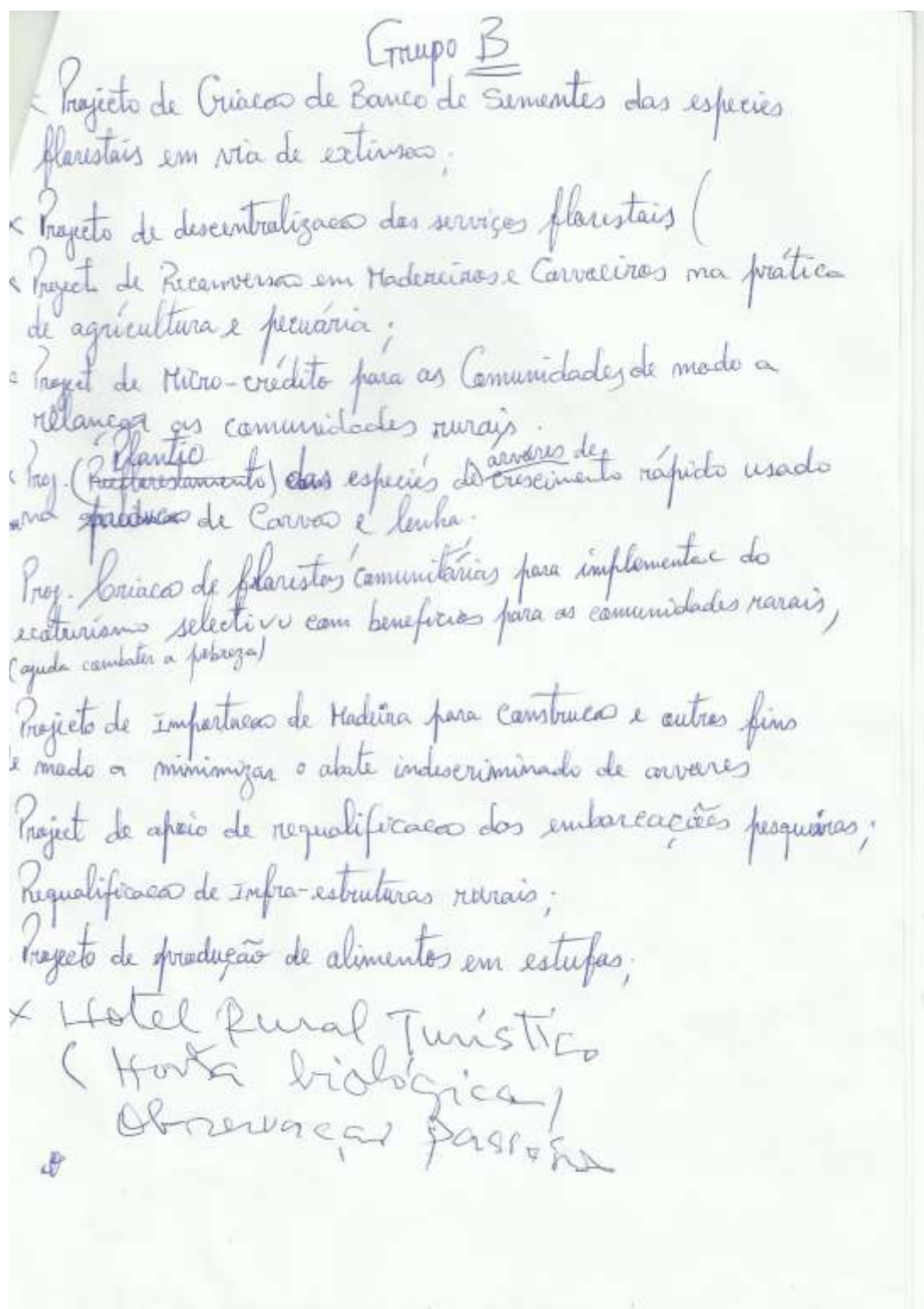
Legenda:

+ à +++ : de menos importante ao mais importante

Anexo 2B/2 – Identificação dos projectos-pilotos para cada ecossistema.

Ecossistemas	Causas da deflorestação e da degradação de terras	Projecto-pilotos	Zona de intervenção prioritária
Florestas de altitude	Extensão das áreas para a agricultura	Projecto de Plantação e repovoamento das florestas degradadas com as espécies de rápido crescimento	Hots spots dos abates de árvores, já identificados.
	Sobre-exploração madeireira ilegal	Projecto de Promoção do Ecoturismo	
Floresta Secundária	Agricultura e Queimadas	Criação os sistemas Agroflorestais	Hots spots de derrube de árvores já identificados.
	Sobre-exploração ilegal e intensiva de madeira para a construção, lenha e carvão vegetal	Criação de florestas comunitárias	
Florestas de sombra	Queimada	Projecto de Plantação e repovoamento das florestas degradadas	Todas as Parcelas de terras distribuídas aos pequenos agricultores e médios empresários
		Projecto de Criação de sistemas Agroflorestais e	
	Sobreexploração ilegal e intensiva de madeira para a construção lenha e carvão vegetal.	Projecto de Criação das florestas comunitárias	
Savanas	Queimada	Projecto de Valorização dos PFNL em alternativa à exploração da madeira e carvão.	Praia das Conchas, Lagoa Azul, Morro Mutamba e Fernão Dias.
	Queima de carvão	Projecto de Construção, vulgarização e comercialização de fogões melhorados.	Zona Norte
		Projecto Implementação de Energias Renováveis	
Mangais	Exploração ilegal e intensiva de madeira para a lenha e carvão	Projecto sobre o manejo sustentável dos mangais	Zonas do litoral e em particular em Morro Peixe, Malanza.
		Projecto de Implementação de Energias Renováveis	

Fonte: Dados obtidos das opiniões das Consultas públicas distritais



Anexo 2C: Quadro de implementação de REDD+

Anexo 2D: Impactos sociais e ambientais das medidas de preparação e a implementação de REDD+

Anexo 2D/1 Esboço dos TDR para a AASE.

São Tomé e Príncipe considera a REDD+ como um instrumento que permite alcançar os objectivos de desenvolvimento, mobilizando os diferentes sectores de produção. Mas, o Governo está também consciente que a REDD+, através das actividades que ela pode desenvolver, pode ter os impactos negativos não somente para as comunidades mas também para o ambiente. Nesta perspectiva, é importante criar de maneira inclusiva as sinergias a fim de responder preventivamente aos potenciais impactos sociais e ambientais negativos do REDD+ e maximizar os potenciais impactos positivos.

A AASE permite também garantir que os aspectos sociais e ambientais foram realmente tomados em consideração durante a montagem da estratégia e que os riscos e impactos negativos do REDD+ foram previamente identificados e tomados em consideração.

Objectivos

- Analisar os impactos potenciais (positivos e negativos) das diferentes opções estratégicas por zonas agroecológicas sobre as comunidades tributárias dos recursos naturais e florestais e sobre o ambiente.
- Identificar as alternativas aos possíveis impactos ambientais e sociais negativos da implementação do processo REDD+.
- Desenvolver um quadro de gestão ambiental e social para a implementação da estratégia REDD+.

Resultados esperados

- Um plano de acção para a implementação da AASE preparado;
- Os possíveis impactos sociais e ambientais positivos e negativos de cada opção estratégica estão identificados;
- As opções estratégicas REDD+ estão avaliadas em função das prioridades;
- Quadro de Gestão Ambiental e Social proposto para a implementação da estratégia nacional REDD+.

Atelier de Pré-validação

Recomendações do atelier de pré-validação da R-PP realizado de 3-4 de Junho de 2014.

Após os debates e discussão em plenária, a assembleia aprovou o 1º Draft do R-PP com as seguintes emendas:

- ✓ Reformular o Plano de comunicação de forma a incluir as instituições de pesquisa e formação (CIAT, CATAP, EFOPE e Universidades);
- ✓ Reformular a Unidade Operacional REDD+;
- ✓ Descentralizar dos serviços florestais;
- ✓ Harmonizar as futuras acções do REDD+ com as actividades de projectos existentes;
- ✓ Definir no R-PP, os conceitos da desflorestação e Degradação florestal para o país;

- ✓ Propor no documento R-PP, acções que promovam a mudança de comportamento e não só simplesmente acções de sensibilização;
- ✓ Propor utilização de materiais alternativos (serradura) como combustível para diminuir a pressão sobre floresta;
- ✓ Actualizar as bases cartográficas, e do inventário florestal;
- ✓ Reforço das capacidades da ordem pública.

Anexo 3: Cenários de Referência

Anexo 4: Conceção de Sistemas Nacionais de Seguimento Florestal e de Informação

Anexo 4A: Sistema Nacional de Seguimento das Florestas

Anexo 4A/1. Tipo de dados satélites existentes

Instituições autores	Resultados	Ano de realização	Tipo de dados
ECOFAC III e IV	Atualização do perfil dos diferentes ecossistemas florestais e agrícolas	2000 - 2003	-----
Projeto Africano de Adaptação às MC – Componente STP	Atualização do perfil dos diferentes ecossistemas florestais e agrícolas	2010	-----
	Carta de vulnerabilidade de incendio florestal	2010	-----
	Zonas de possível avanço da Savana norte-nordeste	2010	-----

Anexo 4A/2. Dados cartográficos disponíveis

Cobertura Cartográfica de São Tomé e Príncipe

Tipos de cartas cuja cobertura seja nacional, regional ou local, suas escalas, conteúdos e eventualmente a data e local de produção bem como o Datum

	Designação	Abrangência	Conteúdo	Tamanho	Observação
1	Carta topográfica escala de 1: 10 000	Cobertura Nacional e Completa em 1966 Missão hidrográfica de Angola e S.Tomé e Foto aérea ARTOP	Carta de base cadastral inclui rede hidrográfica; planos de água; vértices geodésicos; pontos cotados; toponímia; extremas, rede urbana; redes viárias; monumentos	1 X 0,75 Metros	Elipsoide Clarke. Missão geodésica 1915/16. Missão fotograma. 1955/58. Completo e cadastro GTCC
2	Carta topográfica em escala de 1:25 000	Cobertura Nacional	Rede hidrográfica; planos de água; curvas de níveis; vértices geodésicos; pontos cotados; toponímia; rede urbana; redes viárias; ocupação do solo.	0,82X0,87 Metros	Projeção Mercator (UTM) Elipsoide Intern. (Hayford)
3	Carta topográfica em escala de 1:75 000	Cobertura Nacional, Completa em 1961	Rede hidrográfica; planos de água; curvas de níveis; vértices geodésicos; pontos cotados; toponímia; rede urbana; redes viárias; ocupação do solo.	0,65X0,88 metros	Projeção Mercator (UTM) Elipsoide Intern. (Hayford)
4	Carta Cadastral Escalas 1: 500 ; 1:1 000 e 1: 5 000	Cobertura Nacional Localizada a 88,5%	Referências cartográficas e limites de prédios rústicos, urbanos e unidades de produção agroindustriais	variável	Base Lev. Topográfico Clássico
5	Carta Orográfica 1:50 000	Cobertura nacional total	Detalhes de zonas montanhosas e grandes vales	0,80X0,85 metros	Transformação de escala a partir de 1: 25 000
6	Carta do potencial agrícola 1:50 000	Cobertura nacional total	Detalhes dos grandes espaços cultivados e observação dos parâmetros do clima e do solo	0,80X0,85 metros	Transformação de escala a partir de 1: 25 000
7	Carta das pendentes 1:50 000	Cobertura nacional total	Abordagem sobre a parte relativa de cada tipo de encostas agricultáveis.	0,80X0,85 metros	Transformação de escala a partir de 1:25 000
8	Carta hidrográfica 1:50 000	Cobertura nacional total	Descrição das bacias hidrográficas	0,80X0,85 metros	Transformação de escala a partir de 1: 25 000

9	Esboço Pedológico 1: 250 000 S. Tomé e 1: 150 000 Príncipe	Cobertura nacional total	Separação, caracterização zonal de fenómenos dentro do tema	0,17X0,22 metros	Mapa temático
10	Esboço Geológico 1: 250 000 S. Tomé e 1: 150 000 Príncipe	Cobertura nacional total	Separação, caracterização zonal de fenómenos dentro do tema	0,17X0,22 metros	Mapa temático
11	Esboço de Vegetação 1: 250 000 S. Tomé e 1: 150 000 Príncipe	Cobertura nacional total	Separação, caracterização zonal de fenómenos dentro do tema	0,17X0,22 metros	Mapa temático
12	Esboço hipsométrico 1: 250 000 S. Tomé e 1: 150 000 Príncipe	Cobertura nacional total	Separação, caracterização zonal de fenómenos dentro do tema	0,17X0,22 metros	Mapa temático
13	Esboço Pluviosidade 1: 250 000 S. Tomé e 1: 150 000 Príncipe	Cobertura nacional total	Separação, caracterização zonal de fenómenos dentro do tema	0,17X0,22 metros	Mapa temático
14	Esboço Temperatura 1: 250 000 S. Tomé e 1: 150 000 Príncipe	Cobertura nacional total	Separação, caracterização zonal de fenómenos dentro do tema	0,17X0,22 metros	Mapa temático
15	Aptidão Bananícola 1: 250 000 S. Tomé e 1: 150 000 Príncipe	Cobertura nacional total	Separação, caracterização zonal de fenómenos dentro do tema	0,17X0,22 metros	Mapa temático
16	Aptidão Cafeícola 1: 250 000 S. Tomé e 1: 150 000 Príncipe	Cobertura nacional total	Separação, caracterização zonal de fenómenos dentro do tema	0,17X0,22 metros	Mapa temático
17	Aptidão Cacaúcola 1: 250 000 S. Tomé e 1: 150 000 Príncipe Planos Urbanísticos 1: 250 a 1: 5000	Cobertura nacional total	Separação, caracterização zonal de fenómenos dentro do tema	0,17X0,22 Metros	Mapa temático

- Cartas a pequena escala: 1:100 000 em diante; Cartas a média escala entre 1: 5 000 e 1: 100 000; Cartas a grande escala: até 1: 5 000.
- Lev de Maio de 2014 feito por Fernando Trindade

Anexo 4A/3: Superfície das formações florestais

Formações florestais	Área em hectares		S.Tomé e Príncipe	% da área total
	S. Tomé	Príncipe		
Floresta Natural	23 864	4 554	28 418,0	28,5
Floresta secundária	25 027	3 750	30 111,0	30,2
Floresta de sombra	27 000	5 289	32 289,0	32,4
Outras terras	N E	NE	8 095,0	8,2
Águas insulares	NE	NE	688,0	0,7
Total			99 601,0	100,0

Anexo 4A/4. Resultados do IFN (variação entre 1989 – 1990 e 1999)

Ano	Todas as espécies		Espécies comerciais	
	VC	VT	VCC	VTC
	x 1 000 m3	x 1 000 m3	x 1 000 m3	x 1 000 m3
1989	8.042	10.878	2.886	3.669
1999	9.530	12.810	2.690	3.409
Variação	+ 18	+ 18	- 7	- 7

Anexo 4A/5. Comparação entre as emissões de 1998 e 2005

Mudanças de uso das terras e florestas	Absorção e emissões das florestas em Gg	
	CO2	
	1998	2005
Mudanças nas florestas e outros stocks da biomassa	- 666,12	- 689,14
Conversão das florestas e dos campos	36,77	37,58
Abandono das terras manejadas	- 38,43	- 38,43
Mudanças de carbono no solo	35,78	35,78
Emissões globais Gg	- 632,00	- 654,21

Foto nº 1: Foto em Família do atelier Validação do R-PP com a participação do 1º Ministro da RDSTP

